

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO

**“Somos todos iguais”: Nacional-desenvolvimentismo, modernização econômica e
segregação racial na Companhia Siderúrgica Nacional (1964-1970)**

Luís Felipe Nunes Silva

Seropédica
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

“Somos todos iguais”: Nacional-desenvolvimentismo, modernização econômica e segregação racial na Companhia Siderúrgica Nacional (1964-1970)

Luís Felipe Nunes Silva

Sob a orientação do Professor
Alexandre Fortes

e Coorientação da Professora
Alejandra Luisa Magalhães Estevez

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em **História**, ao programa de Pós-Graduação em História, área de concentração: Relações de Poder e Cultura, *O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001*

Seropédica, RJ

2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586?

Silva, Luís Felipe Nunes , 1990-
"Somos todos iguais": Nacional-desenvolvimentismo,
modernização econômica e segregação racial na Companhia
Siderúrgica Nacional (1964-1970) / Luís Felipe Nunes
Silva. - Volta Redonda, 2022.
126 f.: il.

Orientador: Alexandre Fortes.
Coorientadora: Alejandra Luisa Magalhães Estevez.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em História, 2022.

1. : Nacional desenvolvimentismo. 2. Democracia
Racial. 3. Classe Operária. 4. Companhia Siderúrgica
Nacional. 5. Ditadura Militar. I. Fortes, Alexandre,
1966-, orient. II. Estevez, Alejandra Luisa
Magalhães, 1983-, coorient. III Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Pós-Graduação em História. IV.
Título.



TERMO N° 1279 / 2022 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.075639/2022-95

Seropédica-RJ, 13 de dezembro de 2022.

LUÍS FELIPE NUNES SILVA

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 12 de dezembro de 2022

Dr. FELIPE AUGUSTO DOS SANTOS RIBEIRO, UESPI Examinador Externo à Instituição

Dr. JEAN RODRIGUES SALES, UFRRJ Examinador Interno

Dr. ALEXANDRE FORTES, UFRRJ Presidente e orientador

(Assinado digitalmente em 13/12/2022 12:21)
ALEXANDRE FORTES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1308466

(Assinado digitalmente em 14/12/2022 13:53)
JEAN RODRIGUES SALES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)
Matrícula: 1720605

(Assinado digitalmente em 13/12/2022 14:58)
FELIPE AUGUSTO DOS SANTOS RIBEIRO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 087.925.387-89

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **1279**, ano: **2022**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **13/12/2022** e o
código de verificação: **66a03448c6**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meu orientadores, Alexandre Fortes e Alejandra Estevez, por toda atenção, paciencia e cuidado nesse percurso turbulento pós covid – 19, em que foi forjado esta pesquisa. Apesar de todos os obstáculos impostos, pela pandemia da covid – 19, nós conseguimos finalizar esta pesquisa tão pertinente para o debate sobre racismo e democracia racial de nosso país.

Isto posto, agradeço minha mãe, Elisiane, por todo suporte estrutural e aprendizado ao longo da vida. E agradeço também, aos meus amigos e amigas, que sempre me apoiam e me dão forças para seguir nesta empreitada que chamamos de vida.

RESUMO

SILVA, Luís Felipe Nunes. **Somos todos iguais:** Nacional-desenvolvimentismo, modernização econômica e segregação racial na Companhia Siderúrgica Nacional (1964-1970). 2022. 126 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

Esta pesquisa, analisando a primeira metade do período da Ditadura Militar, tem o objetivo de descrever e contextualizar o modo como a Companhia Siderúrgica Nacional promovia junto aos seus trabalhadores os ideais de nacional desenvolvimentismo e de modernização da economia, associando-os à ideia de que existiria na empresa uma democracia racial, ao mesmo tempo que reproduzia no seu interior esferas de estratificação social e desigualdade. A maioria das pesquisas dentro da perspectiva da História Social do trabalho feitas sobre Volta Redonda, durante a ditadura militar, enfocam o período final dos anos de 1970 e os anos 1980. Isso resulta numa menor contextualização sobre os abusos de poder dos militares contra os trabalhadores da cidade, passando uma impressão de certa passividade dos operários. Poucos são os trabalhos que analisam as estratégias que os militares, por meio da CSN, utilizaram visando instrumentalizar a formação ideológica dos operários. Diante deste quadro historiográfico, ainda hegemônico, pretendo matizar esses pontos de vistas, propondo uma nova interpretação para o período na perspectiva da história social do trabalho, particularmente no que diz respeito às conexões entre a questão racial e de classe. Esta pesquisa dá ênfase à abordagem cultural, analisando discursos e trazendo a relevância das relações de etnicidade, levantando provocações ao modo de se pensar a formação de classe operária aliada ao debate de classe e raça.

Palavras-chave: Nacional desenvolvimentismo; Democracia Racial; Classe Operária; Companhia Siderúrgica Nacional; Ditadura Militar

ABSTRACT

SILVA, Luís Felipe Nunes. **Somos todos iguais:** Nacional-desenvolvimentismo, modernização econômica e segregação racial na Companhia Siderúrgica Nacional (1964-1970). 2022. 126 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

This research, analyzing the first half of the period of the Military Dictatorship, has the objective of describing and contextualizing the way in which the Companhia Siderúrgica Nacional promoted among its workers the ideals of national developmentalism and the modernization of the economy, associating them with the idea that there would be a racial democracy in the company, while reproducing within it spheres of social stratification and inequality. Most research within the perspective of the Social History of work done on Volta Redonda, during the military dictatorship, focuses on the late 1970s and 1980s. of the city, giving an impression of a certain passivity on the part of the workers. There are few works that analyze the strategies that the military, through the CSN, used to instrumentalize the ideological formation of the workers. Faced with this still hegemonic historiographical picture, I intend to clarify these points of view, proposing a new interpretation for the period from the perspective of the social history of work, particularly with regard to the connections between racial and class issues. This research emphasizes the cultural approach, analyzing discourses and bringing the relevance of ethnicity relations, raising provocations to the way of thinking about the formation of a working class allied to class and race discourse.

Keywords: National developmentalism; Racial Democracy; Working class; National Steel Company; Military dictatorship

Sumário

Introdução	9
Capítulo I: Formação de classe em perspectiva histórica	25
A contribuição de E. P. Thompson para o ofício do historiador.....	25
O papel da insegurança estrutural na formação da classe trabalhadora	35
Capítulo II: Raça e classe no contexto brasileiro	42
Doutrina de segurança nacional, branqueamento e o mito da democracia racial	42
Escravidão, avanço do industrialismo e a questão do trabalho livre.....	54
Racismo estrutural e interseccionalidade.....	69
Capítulo III: “Democracia racial” e racismo estrutural na Companhia Siderúrgica Nacional	80
Nacional-Desenvolvimentismo e Democracia racial no contexto da Segunda Guerra Mundial.....	80
Veto ao debate sobre raça e apagamento do empoderamento negro.....	86
A Companhia Siderúrgica Nacional e sua missão abolicionista?.....	98
Anexos.....	119
Referências bibliográficas.....	121

INTRODUÇÃO

Este projeto, analisando a primeira metade do período da Ditadura Militar, tem o objetivo de descrever e contextualizar o modo como a Companhia Siderúrgica Nacional promovia junto aos seus trabalhadores os ideais de nacional-desenvolvimentismo e de modernização da economia, associando-os à ideia de que existiria na empresa uma democracia racial, ao mesmo tempo que reproduzia no seu interior esferas de estratificação social e desigualdade.

No processo de construção de Volta Redonda, a dominação do espaço social pela CSN prevaleceu. A cidade, que sempre foi tratada pela CSN como uma *company town*, ou seja, uma cidade moldada para atender às necessidades da própria companhia. A formação socioeconômica de Volta Redonda é reflexo desta perspectiva que propõe um modelo geográfico e econômico de estratificação social, abarcando relações sociais hierarquizadas e conflitos entre os atores sociais que compõe a cidade. A CSN teve a capacidade de instituir um conjunto de limitações estruturais, exercendo uma forte hierarquia sobre política, sindicato e comércio na cidade. Com isso, conseguiu construir todo um arranjo sociopolítico que atendesse aos seus interesses.

Após o período de prosperidade da cafeicultura, a região do Vale do Paraíba enfrentava uma situação de decadência econômica que se estendeu do final do séc. XIX até meados de 1940, quando se iniciou a instalação da Usina. A CSN foi responsável pelo soerguimento da região, que com o decorrer dos anos passou a ser um dos maiores centros econômicos do país. A CSN iniciou suas operações em 1946, como grande símbolo do desejo de modernizar a economia brasileira, ainda predominantemente agrária. Os ideais de modernidade não se limitaram apenas à esfera econômica, expressando-se também no domínio cultural, por meio do objetivo de moldar um trabalhador mais dócil, disciplinado e muito produtivo. Os trabalhos de Regina Morel e Eduardo Ângelo da Silva nos mostram que desde o início do governo Getúlio Vargas fazia parte de seu projeto a busca de uma solução para “o problema siderúrgico” como condição tanto para o desenvolvimento industrial, quanto para a segurança nacional.

Esse projeto viria a se concretizar no Estado Novo, período no qual o governo de Vargas implantou uma ditadura no país fechando o Congresso e perseguindo seus opositores. Morel destaca a CSN como “filha” do Estado Novo e associa as características da conjuntura deste período repressivo à viabilidade de efetuar a construção da fábrica:

“Como veremos mais adiante, em mais de um sentido, a Companhia Siderúrgica Nacional é filha do Estado Novo. O Congresso fechado, a imprensa sob censura do DIP, reprimidos os movimentos sociais, caladas as vozes de oposição, além do fortalecimento do poder central e consequente enfraquecimento dos representantes estaduais, contribuíram para que Vargas e seus assessores técnicos pudessem se mexer mais livremente. “ (MOREL 1989, pág. 18)

Um fator determinante na implantação da empresa foi a Segunda Guerra Mundial, que fortaleceu entre as elites dirigentes de todo o mundo o entendimento da relação indissociável entre desenvolvimento industrial e soberania nacional (FORTES, 2015). No caso brasileiro, a aliança estabelecida com os Estados Unidos criou as condições para que a tão sonhada siderúrgica nacional se materializasse.

A grande maioria das pesquisas elaboradas dentro da perspectiva da História Social do trabalho feitas sobre Volta Redonda durante a ditadura militar enfocam o período final dos anos de 1970 e os anos 1980. Isso resulta numa menor contextualização sobre os abusos de poder dos militares contra os trabalhadores da cidade, passando uma impressão de certa passividade dos operários. Poucos são os trabalhos que analisam as estratégias que os militares, por meio da CSN, utilizaram visando instrumentalizar a formação ideológica dos operários. Diante deste quadro historiográfico, ainda hegemônico, este projeto pretende matizar esses pontos de vistas, propondo uma nova interpretação para o período na perspectiva da história social do trabalho, particularmente no que diz respeito às conexões entre a questão racial e de classe.

Para compreender o discurso nacional-desenvolvimentista vinculado à CSN, é necessário analisar os debates acadêmicos em torno da questão econômica e do projeto de modernização estatal. As pesquisas da Morel e Silva contextualizam as ideias do projeto de modernização na economia e de formação cultural dos operários, focando nas

características paternalistas do empreendimento da CSN. Já a pesquisa de Carlos Henrique Lopes Rodrigues aponta que o nacional desenvolvimentismo proposto, operava em um caráter liberal na economia e antiliberal na política, como pode ser percebido pelo apoio da grande burguesia ao golpe militar de 1964, visando expandir a acumulação privada de capital.

Debatendo os atores que mais influenciaram este projeto de industrialização, Morel, identifica uma participação invariável dos militares apoiando os esforços de setores civis que compõe o governo Vargas, em apoio ao projeto da siderúrgica. A conjuntura do Estado Novo possuía um caráter autoritário nas práticas políticas e decisórias, somado a censura na imprensa que moldou um ambiente onde a falta de informações despolitizou o debate de instâncias do executivo e legislativo estaduais. Isto facilitou o caminho aberto para a grande burguesia brasileira apoiar e fortalecer o projeto varguista de industrialização, mesmo sendo uma burguesia associada ao capital estrangeiro, principalmente o norte-americano.

Ao decorrer do período da era Vargas, à medida que o Estado brasileiro vai se constituindo como um Estado nacional e capitalista, o aprimoramento e fortalecimento deste modelo econômico, e consequentemente da sua esfera de ação, não será contrário aos interesses de parte dos empresários brasileiros (MOREL 1989, pág. 34): “*pode-se afirmar, portanto, que a opção estatizante para o setor das indústrias de base não se opunha aos interesses do setor privado*”. Morel aponta que o empreendimento realizado em Volta Redonda era apresentado nos discursos oficiais envolto em uma simbologia nacionalista. O objetivo geral da nossa pesquisa é analisar, contextualizar e descrever como este discurso nacional-desenvolvimentista influenciou o operário da CSN durante a ditadura militar, tendo como fonte principal *O Lingote*, um periódico de circulação interna.

O grande fluxo de pessoas que vieram trabalhar na CSN, oriundas de locais com culturas diferentes, como Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, geralmente de áreas rurais, demandou um plano estratégico do Estado para a empresa visando transformar

esses migrantes em operários capazes de servir e operar sem questionar. Morel identificou nas falas do primeiro presidente da companhia, general Edmundo Macedo Soares, a visão que os altos cargos da usina tinham da mão-de-obra da empresa. Havia a preocupação de moldar essas pessoas, de variadas culturas, ao papel de trabalhadores servis e disciplinados. Para Macedo Soares, os engenheiros deveriam efetuar um trabalho mais amplo do que o puramente técnico, um trabalho social, educador e organizador. De acordo com esta perspectiva, a CSN deveria contribuir além da esfera econômica, atuando de uma forma civilizatória. Um discurso de Macedo Soares, citado por Morel, nos mostra exatamente o tom dessa preocupação quanto às formas de disciplinamento dessas pessoas para o trabalho industrial, dentro da lógica modernizante do modelo industrial brasileiro (MOREL 1989, pág. 77): *“como transformar alguém semianalfabeto, vindos das massas rurais, em operário capaz de servir e operar equipamentos industriais modernos? ”.*

Este projeto político e cultural que orientou a forma como a CSN, criou seus aparatos de coerção, domínio e tutela dos trabalhadores e da cidade de Volta Redonda, recebeu influências das perspectivas mais amplas de atuação do Estado Novo. De acordo com Morel, a legislação sindical, o controle dos sindicatos pelo Estado centralizado, as concessões construídas em uma forma de paternalismo industrial, visando acalmar as reivindicações da classe operária, consolidava um projeto de cidadão trabalhador. O contexto do termo Família Siderúrgica, é a síntese de toda essa estratégia e tática da CSN, influenciada por esta perspectiva de enfrentamento da luta de classes feita pelo Estado Novo (MOREL 1989, pág. 78): *“Diversos autores já mostraram como a imagem da família é recorrente nos discursos oficiais do Estado Novo: o povo constituiria a família, protegida pelo presidente, o pai dos pobres, expressando a relação de tutela e os laços corporativos entre o Estado e a classe trabalhadora”*. Basta trocar o “presidente” pela CSN e o “povo” pela classe operária, e veremos esta lógica na formação da Família Siderúrgica em Volta Redonda.

A ideia da Família Siderúrgica, conceito trabalhado por Regina Morel e Eduardo Ângelo da Silva, nos permite debater tanto a formação habitacional da cidade de Volta Redonda, quanto a formação cultural dos trabalhadores da CSN, envolvendo ideologias, estratégias de controle e tutela do Estado brasileiro. Este conjunto de ideais promovidos

pela CSN, continha propostas que foram desde o disciplinamento deste operário, ao seu controle, recrutamento e domesticação. Silva, em sua dissertação, utiliza o termo tutoria do Estado, para contextualizar as influências da CSN que visavam atingir o operário fora do local de trabalho. Seus planos assistenciais, construção de moradias, concessões que iam acima do previsto na legislação trabalhista, tinham o objetivo de moldar também os espaços de reprodução e sociabilidades dos operários:

“Visando assegurar um mercado permanente de força de trabalho, em boas condições, a usina estabeleceu um conjunto de mecanismos e dispositivos disciplinares que tinham como alvo a família operária e como foco a mulher, a criança e o adolescente. Para além dos mecanismos reguladores das relações entre os trabalhadores que garantissem a cooperação e bom comportamento internamente à fábrica, o seu controle sobre a esfera da “reprodução” operária, seus planos assistenciais, a construção de moradias e a constante menção, por parte da diretoria, das concessões acima do previsto pela Consolidação das Leis Trabalhistas, aliada ao caráter estatal da empresa, eram elementos utilizados como forma de desenvolver o sentimento de tutoria do Estado para com aquele coletivo e a percepção de tal política social como uma singularidade dadivosa. “ (SILVA 2010, pág. 10)

Incorporamos também à nossa abordagem elementos da análise de Raphael Costa Lima sobre como o paternalismo industrial e o Estado brasileiro ao longo das décadas, estabelecem uma relação híbrida com o operário da CSN, que inclui desde concessões e programas de benefícios sociais, a formas de controle e coerção física e psicológica. Nos anos iniciais, o controle coercitivo era mais intenso, devido à preocupação em relação a manutenção do contingente de trabalho. Morel destaca que durante o período de 1941 a 1946, a CSN criou sua própria guarda, dentro e fora da empresa, instituindo o trabalho compulsório. Comentando esse aspecto do trabalho de Morel, Silva chama a atenção para o contexto da Segunda Guerra Mundial:

“Desde os primeiros anos houve uma grande preocupação com a fixação da mão-de-obra. De 1941 a 1946, período de sua construção, a autora demonstrou como o controle sobre a abstinência do trabalho e disciplinamento dos trabalhadores foi realizado através de uma relação militarizada, com maior uso de mecanismos coercitivos. A CSN possuía sua própria guarda, criada em 1942, constituída por 22 homens, que atuavam no plano interno e externo da usina. Havia prisões por “mau comportamento” e uso da violência com o

intuito de garantir um constante estado de mobilização, imposto pela situação de guerra, o que conferia ao emprego um caráter de “trabalho compulsório”, além do fato dos postos-chave de mando serem ocupados por militares. Entretanto, após esse primeiro momento, a relação militarizada decresceu, sendo que muitos dos trabalhadores envolvidos na construção da empresa iriam compor seu efetivo fixo, Momento em que se torna ascendente a preocupação com a constituição da “família siderúrgica” e sua proposta de assegurar um controle interno e externo à fábrica sobre os trabalhadores, porém, com menor uso de coerção aberta.” (SILVA 2010, pág.13)

Os termos “tutela do Estado” e “paternalismo industrial”, ambos já mencionados, referem-se a vários benefícios que poderiam ir desde a gratificações em forma de dinheiro, ao acesso a moradia. As décadas que se sucederam, 1950 e 1960, foram marcadas mudanças de tom nessa tutela ou paternalismo, conforme discutirei mais à frente. No final da década de 1940, a CSN instituiu o que os operários chamavam de “girafa”, uma bonificação em dinheiro, vinda da participação nos lucros da empresa. Os critérios para esta bonificação, iam a composição familiar ao tempo de serviço. A valorização do tempo de serviço, viria a se chocar com os novos padrões de bonificações racionalistas da década de 1950:

“O sistema de prêmios existente na Companhia no período em questão consistia, basicamente, além da “girafa”, nos prêmios por tempo de serviço. Estes últimos são uma demonstração clara da importância da política de fixação dos trabalhadores da empresa. Além de um prêmio quinquenal, que constava nos regulamentos da empresa desde 1946, são instituídos, a partir do Regulamento Pessoal de 1954, prêmios para os trabalhadores que completassem dez, vinte ou trinta anos de bons serviços. Junto ao prêmio em dinheiro o trabalhador recebia das mãos Presidente da CSN um diploma e um distintivo de mérito, numa cerimônia de congraçamento da “família siderurgia”, no dia 9 de abril de cada ano.” (SILVA 2010, pág. 16)

Morel e Silva refletem sobre os critérios estabelecidos para o recebimento dessas bonificações: respeito a hierarquia, dedicação ao trabalho, antiguidade em serviço, assiduidade. A partir da década de 1950, eles passam a coexistir com os incentivos no salário relacionados à produção, tendência que se acentua no período da Ditadura Militar.

Com isso, a CSN procurava além da manutenção de um contingente de operários fixo, aumentar sua produtividade: o trabalhador visando ter um ganho maior no salário, entregava mais força de trabalho, enquanto a empresa maximizava seu lucro. Esta lógica racionalista implementando um novo sistema de premiação e de promoção, visando alcançar metas ainda maiores de lucro, provocou uma hierarquização entre os trabalhadores. As horas-extras terão um papel fundamental neste processo, já que em alguns setores o incentivo à produção era pago por hora trabalhada. Com isso o ritmo de trabalho se intensificou ainda mais:

“Em outros setores o incentivo à produtividade se dava pelo bônus pago, relativo à produtividade por hora trabalhada, para isso foram definidos padrões com os tempos permitidos para a execução de cada operação, levando-se em conta o tempo para se atender às necessidades pessoais e de descanso. Essa intensificação no ritmo de trabalho se expressou no aumento do número de horas-extras, uma prática comum entre os trabalhadores, que podiam aumentar seus rendimentos através delas. Contudo, muitas reivindicações surgiram em torno da proporção a ser paga por estas horas, o que foi uma importante bandeira do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda naquele período.”

(SILVA 2010, pág. 15)

Apesar do discurso nacionalista associado à construção da CSN na região sul fluminense, algumas análises críticas apontam que a implantação da siderúrgica acabou por facilitar a entrada de capital estrangeiro no país, resultando em um modelo de dependência do Brasil aos países pertencentes aos grandes centros de capitais do mundo, principalmente os Estados Unidos. Ao decorrer das décadas de 1940 e 1950, a relativa autonomia que o governo brasileiro possuía após o início do governo Vargas, foi diminuindo com a penetração ideológica, cultural e de mercado dos EUA. Isto não significa dizer que o Estado brasileiro era fraco, mas sim que atuava de uma forma contraditória ao valorizar os investimentos estrangeiros e priorizar a exportação de matéria-prima. Internamente, era forte, propiciando as mudanças que proporcionaram expandir a acumulação privada de capital, deixando boa parte da população de fora dos benefícios do desenvolvimento econômico e colocando a grande burguesia brasileira em um patamar elevado de ganhos. Para Carlos Henrique Lopes Rodrigues, a função das empresas estatais durante a ditadura era aumentar os ganhos da burguesia e,

principalmente, servir ao imperialismo. Podemos observar que o apoio da burguesia nacional ao golpe militar visava expandir ainda mais a acumulação de capital:

“Subservientes aos anseios imperialistas, as burguesias brasileiras tentavam aumentar suas possibilidades de manter e mesmo expandir sua posição superprivilegiada na sociedade por meio da “dependência permanente”. Por isso, após a instauração do regime autoritário, as reformas efetuadas nos marcos legais e institucionais seguiram a direção de promover amplamente os interesses imperialistas e os desejos dessa restrita camada da sociedade brasileira com um tripé em que as multinacionais e as nações capitalistas hegemônicas, com sua superpotência, se associavam com as burguesias locais e com o Estado burguês. ” (RODRIGUES 2017, pág. 63)

As pesquisas que tem como objeto Volta Redonda e a CSN são muito relevantes para a historiografia social do trabalho no Brasil. Morel realizou a primeira pesquisa de peso contextualizando a cidade e a empresa, por meio dos conceitos de construção e crise da Família Siderúrgica. As obras que se desenvolveram no início dos anos 1990, continuaram tratando da formação do operariado de Volta Redonda, relacionando-a às características espaciais urbanas, ditadas pelo modelo *company town*.

Ainda nos anos 1990, muitas pesquisas começam a enfocar o novo sindicalismo, caracterizado como um sindicato mais combativo em comparação com o sindicato da época varguista, que era caracterizado como mais atrelado ao Estado. No início dos anos 2000, temos uma diversificação nas obras publicadas, trazendo questionamentos que vão desde o paternalismo industrial, a política partidária, a ação da igreja local até a ação de grupos da esquerda revolucionária. Começa-se assim a dar mais destaque aos operários da região como sujeitos históricos.

Porém, até recentemente nenhuma dessas obras colocava o debate da relação entre questão racial e formação de classe em seus objetivos. Leonardo Ângelo da Silva, em “Volta Redonda em Preto e Branco: Trabalho, Desenvolvimentismo e Relações Raciais (1946-1988) ” desenvolveu uma abordagem pioneira, com ênfase na relação de classe social e cor/etnia, na formação das identidades coletivas dos trabalhadores. É nesta

perspectiva da História Social que este projeto se insere, visando contribuir para preencher lacunas e trazer novas provocações referentes às questões de identidade e raça na formação ideológica do operário em Volta Redonda.

As características específicas da formação socioeconômica do nosso país, advinda do processo de modernização periférica e do capitalismo sendo desenvolvido a partir de uma sociedade escravista, geraram uma indústria de controle, estratificação e extermínio dos operários negros. Esta pesquisa se faz importante ao compreender um período no qual a violência racial acaba sendo escamoteada pelos demais crimes de coerção física e psicológica promovidos por regimes ditoriais, e no qual o Estado se torna o principal violador de direitos humanos, atuando através das instituições e empresas públicas:

“Isso porque, tende-se a dar mais atenção às arbitrariedades do Estado sobre corpos negros em períodos democráticos ou épocas nas quais haja resguardo formal dos direitos e garantias fundamentais. Os seus impactos em períodos ditoriais e totalitários tendem a ser escamoteados pelas demais violências promovidas pelos regimes como os dessa natureza. E como está-se diante de uma violência estrutural, presente e ressignificada até os dias atuais, é como se esse não fosse propriamente um problema da ditadura militar. No entanto, o racismo como fonte política de Estado, historicamente empreendida para o controle e o extermínio das populações negra e indígena na América Latina (FLAUZINA, 2008) é também um problema da ditadura militar, que precisa ser enfrentado com responsabilidade por aqueles que pretendem produzir memórias que rompam com desumanidades continuadas e com estruturas institucionais marcadamente racistas”. (PIRES, 2015: 16).

O objetivo geral da pesquisa que resultou nesta dissertação foi analisar a ação ideológica da CSN na formação dos operários durante a primeira metade da Ditadura Militar, período (1964-1970), focando na relação entre o discurso nacional-desenvolvimentista utilizado pela empresa e a ideia de democracia racial. Para essa análise, utilizamos como fonte principal o jornal de circulação interna *O Lingote*. Ao longo da pesquisa, buscamos identificar a presença do discurso ideológico da democracia racial na CSN como forma de influenciar seus operários. Destacamos também a influência do mito da democracia racial como ideário dominador do Estado militar. Por fim, contextualizamos o modo

como o projeto de modernização da empresa através da “Fome de aço” contribuiu para a segregação racial, hierarquização e insegurança estrutural entre os operários da CSN.

A proposta apresentada aqui se contrapõe às abordagens que insistem na primazia do debate econômico na historiografia do trabalho. Nossa pesquisa dará ênfase à abordagem cultural, analisando discursos e trazendo a relevância das relações de etnicidade, levantando provocações ao modo de se pensar a formação de classe operária aliada ao debate de classe e raça.

Para melhor contextualizarmos o debate acadêmico sobre formação da classe trabalhadora, e os conceitos de etnia, racismo e interseccionalidade, incorporaremos contribuições das pesquisas de Mike Savage, Leonardo Ângelo da Silva, Frederik Barth, Ina Kerner, Guerreiro Ramos e Kimberlé Crenshaw, além do trabalho conjunto de Flávio Gomes e Marcelo Paixão. De acordo com Savage, em seu artigo “Classe e História do Trabalho”, a análise da formação da classe operária, não deve se restringir às relações do processo de trabalho ou do mercado de trabalho. O autor toma como ponto de partida a análise da insegurança estrutural da classe trabalhadora, os constrangimentos, as pressões da luta pela sobrevivência. Essa perspectiva permite uma problematização mais adequada sobre o impacto da retirada dos direitos que antes eram concedidos pelo aparelho estatal, assim como das formas de resistência e organização dos operários (SAVAGE 2004, p. 33).

É importante conceituarmos o termo étnico-racial, para compreender a influência do racismo na estratificação social em nossa sociedade, neste caso o racismo institucional. A identidade étnica de determinada sociedade é originada pelas interações sociais de grupos que a compõe, não podendo ser contextualizada apenas por definições endógenas. A etnia é definida por uma relação dialética entre a autodefinição de membros de um grupo e a definição imposta a outro grupo, um produto de interações e atos significativos (BARTH, 2006: 142): “É esta relação dialética entre as definições exógena e endógena da pertença étnica que transforma a etnicidade em um processo dinâmico sempre sujeito à redefinição e à recomposição”.

O racismo institucionalizado é um exemplo do que ocorre quando algum grupo dominante em determinada sociedade recobre processos de rotulação e etiquetagem pelos quais o grupo dominado se vê atribuir, do exterior, uma identidade étnica. A problemática dessa relação dialética, consiste em saber em que nível a definição imposta pelo grupo dominante, deixa uma margem de liberdade para os grupos categorizados poderem definirem suas próprias identidades.

Tanto o racismo quanto o sexismo se configuram em nossa sociedade como fenômenos complexos de poder, operados em um contexto de atribuição de diferenças categoriais por meio das características corporais, supostas certezas biológicas (KERNER, 2012: 46): “E por isso que atribuições de diferença de cunho racista ou sexista são geralmente atribuições de diferenças naturalizadas que exigem validade atemporal ou pelo menos por longos períodos de tempo”. Na formação histórica em nosso país, a cor negra passou por um processo esteticamente degradante sendo associado a ela tudo que pudesse ser depravado e impuro, afigurando – se como normal este processo, à medida que toda a população negra era destinada aos estratos mais inferiores da sociedade.

A consolidação do modo de dominação colonial utilizou, além da violência física, um sistema simbólico composto por estereótipos e pseudojustificações, com o objetivo de domesticar e alienar toda a população. Guerreiro Ramos caracteriza esse processo como a degradação estética da cor negra:

“Para garantir a espoliação, a minoria dominante de origem europeia recorria não somente a força, à violência, mas a um sistema de pseudojustificações, de estereótipos, ou a processos de domesticação psicológica. A afirmação dogmática da excelência da branura ou a degradação estética da cor negra era um dos suportes psicológicos da espoliação. Este mesmo fato, porém, passou a ser patológico em situações diversas, como as de hoje, em que o processo de miscigenação e de capilaridade social absorveu, na massa das pessoas pigmentadas, larga margem dos que podiam se proclamar brancos outrora, e em que não há mais, entre nós, coincidência de raça e classe”. (RAMOS, 1955: 175)

As ponderações feitas até o momento contextualizam a importância de pensarmos a história social do trabalho no Brasil vinculando as análises sobre a formação das classes operárias à perspectiva teórica da interseccionalidade. A interseccionalidade pode ser definida como um conceito teórico que aglutina vários eixos de poder: raça, etnia, gênero, classe. Estes eixos, constituem vias pelas quais as esferas econômicas e sociais se estruturam e nas quais ocorrem as opressões e alienações, como por exemplo o desempoderamento. Tais eixos, podem frequentemente se sobrepor ou cruzar-se, criando toda a complexidade das intersecções.

O termo interseccional carrega uma simbologia para todas as formas possíveis de cruzamentos e associações, expressas por categorias de diferença e de diversidade, sobretudo as já citadas raça, etnia, gênero e classe, como também a sexualidade, religião e deficiências. Crenshaw oferece contribuições fundamentais para a teorização deste conceito:

“A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”.

(CRENSHAW, 2002: 177)

As questões levantadas por Gomes e Paixão, nos permitem fazer a seguinte provocação: o quanto esse discurso de modernização da economia, este projeto nacional-desenvolvimentista da indústria se sustentou sobre uma base de racismo estrutural, ao mesmo tempo que propôs aos trabalhadores a visão de que todos tinham a mesma oportunidade de crescer profissionalmente?

A perspectiva cultural, advinda da sociologia de Gilberto Freyre, constitui-se em elemento fundamental do projeto de modernização do país no século XX, trazendo

elementos inovadores. Para Freyre, o legado português teria favorecido o contato com as demais etnias constitutivas da sociedade brasileira, suavizando o processo de modernização ao evitar conflitos étnico-raciais. Para Gomes e Paixão, a visão freyriana da miscigenação racial e cultural teria se somado à visão estatal de formação de uma classe trabalhadora homogênea, como um dos principais condicionantes para o projeto de desenvolvimento do país: *“Deste modo, o modelo desenvolvimentista acabou sendo forjado utilizando como motor ideológico o próprio mito da democracia racial.”* (GOMES e PAIXÃO 2007, pág. 185).

A democracia racial funcionou como um motor para a propagação da versão autoritária do nacional-desenvolvimentismo implantada durante a ditadura militar. Era de interesse dos militares que o Brasil apresentasse ao mundo e principalmente às organizações que defendiam os direitos humanos, a imagem ilusória de ser um “paraíso racial” para os brasileiros. Este falso ideal era uma dimensão fundamental da Doutrina de Segurança Nacional, conforme descrito pela professora Thula Pires em contribuição apresentada à Comissão da Verdade do Rio de Janeiro:

“Dentro da Doutrina de Segurança Nacional da época, além de representarem um perigo interno à ordem pública, havia efeitos externos indesejados pelo regime nesse processo de articulação. Apesar do controle interno cerrado e das violências efetuadas contra negros pelo regime militar, no plano externo interessava ao Brasil blindar-se de interferências relacionadas à violação de direitos humanos por parte de organizações internacionais que, no que diz respeito especificamente à questão racial estavam bastante atentas aos processos de independência africanos, movimento por direitos civis nos EUA e regimes instituídos de apartheid como o da África do Sul (...) Assim, a possibilidade de que os movimentos internos de contestação das desigualdades raciais repercutissem externamente era entendida como uma espécie de “campanha antibrasileira no exterior”. (PIRES, 2015: 10)

Leonardo Ângelo da Silva pesquisou em sua tese a origem das pessoas que viriam a formar a classe operária em Volta Redonda. Utilizando-se de matérias da *Revista Arigó* e da análise de fotografias, analisou a relação raça-cor entre os trabalhadores da CSN. Silva constatou que a grande maioria das pessoas que vieram procurando à cidade por causa da oferta de emprego e melhores condições de vida, eram da Zona da Mata mineira,

em sua grande maioria de cor negra, e com isso demonstrou que a industrialização efetuou uma falsa promessa de integração entre as diversas culturas, pois na empresa e na cidade os negros continuaram a ocupar as posições inferiores na hierarquia socioeconômica:

“Para a elite socioeconômica e política brasileira, a lógica de modernização antropofágica parecia estar vinculada à junção de dois mundos: processo de industrialização inspirado na realidade europeia com a continuidade da população negra em seu lugar social. Esse contexto possui certa similaridade com o verificado nos Estados Unidos no século XIX. William Sylvis, líder sindical norte-americano branco, expressou os temores de que a abolição naquele país ameaçaria o status do trabalho “livre” (ou seja, branco), ao profetizar: virá o tempo em que o negro tomará posse das oficinas se nós não tomarmos posse do negro.” (SILVA 2019, pág. 40)

Volta Redonda é um local privilegiado para a realização de estudos de caso que se proponham a relacionar o nacional-desenvolvimentismo com o racismo estrutural. De acordo com as análises de Leonardo Ângelo da Silva, se olharmos a relação entre raça-cor e ocupação, percebemos que os operários negros detinham os postos de trabalho mais baixos e insalubres. É dando prosseguimento a esta abordagem que pretendo demonstrar o quanto este projeto de modernização e desenvolvimento seguiu reafirmando o racismo e a desigualdade social para os operários negros durante o período da Ditadura Militar.

Nossa principal fonte primária de pesquisa, o periódico particular da CSN *O Lingote*, foi distribuído para os trabalhadores de 1953 a 1973. O acesso a essa fonte se viabilizou pelo trabalho de digitalização realizado pelo Centro de Memória do Sul Fluminense Genival Luiz da Silva, sob coordenação co-orientadora desta dissertação, professora Alejandra Estevez. Em nossa pesquisa, ocorrida durante a pandemia de COVID-19, o acesso a *O Lingote* supriu a dificuldade de acesso a outras fontes do período ditatorial.

Renée Zicman e Tania Regina de Luca desenvolveram reflexões importantes sobre o uso da imprensa como fonte primária de pesquisa histórica. Além de ser rica em detalhes e elementos, a imprensa, em determinados períodos históricos, pode ser a única

fonte disponível. Zicman cita três aspectos a serem observados no uso da imprensa como fonte: periodicidade, disposição espacial da informação e relação com a censura.

A periodicidade se traduz no fato da imprensa ser “a memória do dia-a-dia”, sendo este fator essencial para nossa problematização. O jornal *O Lingote*, nessa perspectiva, funciona como “arquivo do cotidiano” da vida dos operários na região, sobretudo em Volta Redonda. A disposição espacial da informação incide no caráter de inserção dentro de um contexto histórico, em nossa pesquisa o período da Ditadura Militar, que constitui o contexto que compõe a conjuntura do cotidiano dos operários. Por último, a censura dos jornais difere da que incide sobre outros tipos de documentos, pois é uma censura de forma imediata, dentro da conjuntura do momento¹: “*com rariíssimas exceções, para os historiadores o jornal é antes de tudo uma fonte onde se recupera o fato histórico – uma ponte ou trampolim em direção a realidade – não havendo entretanto interesse por sua crítica interna*”.

Em nossa pesquisa, partiremos da hipótese de que o uso da imprensa no campo político e ideológico demanda uma análise das principais características da fonte utilizada, com ênfase no discurso utilizado. Ao analisarmos os discursos contidos em *O Lingote*, levaremos em conta a forma e o conteúdo, de maneira interdependentes. A metodologia utilizada será aquela associada por Zicman à “Análise do Conteúdo”, movimento iniciado com as Ciências Sociais a partir da década de 1930, e posteriormente aprimorado nas décadas de 1950 e 1960. Os estudos inicialmente priorizavam os métodos quantitativos, construindo uma descrição objetiva e sistemática, resultando na maioria das vezes em uma compreensão espontânea, sem aprofundamento da realidade.

Com o desenvolvimento dos métodos linguísticos, nos anos 1950 e 1960, amplia-se o leque de disciplinas que passam a trabalhar com a imprensa. Dentre essas temos Sociologia, História, Psicologia, entre outras, utilizando um conjunto de metodologias e técnicas variadas para explorar de maneira objetiva os elementos particulares do discurso, construindo algum tipo de caracterização. Em nossa pesquisa, o método utilizado será a

“Análise Temática dos discursos”. Este método é essencialmente comparativo, trabalhando em conjunto com análises quantitativas e qualitativas, focando no conteúdo dos discursos, independente da sua forma linguística. De acordo com Zicman:

“Desenvolve-se a partir de temas ou itens de significação relativos a um determinado objeto de estudo e analisados em termos de sua presença e frequência de aparecimentos nos textos analisados. Revela-se especialmente interessante quando se trabalha sobre uma grande quantidade de documentos, e em estudos sobre motivações, opiniões, atitudes e tendências”. (ZICMAN, 1985:90)

Tania Regina de Luca, em *História dos, nos e por meio dos periódicos*, influenciada pela abordagem thompsoniana, propõe o abandono de uma visão economicista, a valorização dos elementos culturais, trazendo à tona sujeitos antes ignorados. A semiótica como metodologia de análise textual trouxe provocações importantes quanto à existência, ou não, de referências externas aos discursos encontrados nas fontes. Assim, o modo como se indaga um texto deve dirigir a atenção menos ao que se diz e mais à maneira e forma como é dito (DE LUCA 2015, pág. 140):
“Dai a importância em se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas...”

CAPÍTULO I: Formação de classe em perspectiva histórica

- A contribuição de E. P. Thompson para o ofício do historiador

E. P. Thompson desenvolveu uma metodologia que aperfeiçoou os modelos de questionamentos feitos às evidências históricas, proporcionando a contextualização de formas de organizações e identidades culturais, que antes eram impossibilitadas devido à predominância de uma historiografia engessada e espasmódica. Apesar de não ser um brasilianista, seus métodos e conceitos contribuíram em pesquisas referentes à organização de escravos em luta por liberdade, por negociações de trabalho e para confrontar os senhores escravistas. Álvaro Nascimento, em seu artigo na revista Estudos Históricos, traz um relato de Sidney Chalhoub durante congresso da ANPUH em 2001, colocando em evidência esta ponderação:

“A luta dos escravos pela liberdade na segunda metade do século XIX foi o primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil. Os escravos organizaram-se coletivamente para obter a liberdade, negociaram condições de trabalho, fizeram greves, recorreram à justiça para conseguir alforrias e para confrontar os senhores de diversas formas. Enfim, articularam uma cultura política complexa que ajudou a enterrar a sociedade senhorial-escravista. Num contexto de produção historiográfica e sociológica que pressupunha a impossibilidade de cultura política entre trabalhadores escravos, a obra de E. P. Thompson ajudou na revisão de conceitos e na renovação dos estudos sobre a história da escravidão no país. Ainda assim, pouco se sabe sobre a importância da herança das lutas dos escravos pela liberdade na configuração dos movimentos sociais das décadas posteriores à Abolição”.
(NASCIMENTO, 2016: 611)

Podemos considerar como uma das principais considerações de Thompson, o argumento de que as classes sociais não são inertes ou estáticas e sim dinâmicas, construídas historicamente, sempre em transformações. Thompson analisa as classes sociais inglesas no séc. XVIII como um produto da agência, e da necessidade de interação social, conceito este ratificado por Fortes:

“Thompson, por outro lado, dedicou-se à elaboração de estudos históricos que, por meio do mergulho na especificidade de fenômenos da história social britânica dos séculos XVIII e XIX, deram nova relevância ao primado da “agência” (ou capacidade de ação) dos dominados. Desse modo, buscou valorizar o papel da “experiência” histórica como elemento mediador entre “estrutura e ação”. (FORTES, 2013: 9)

Sua abordagem trouxe provocações muito enriquecedoras, contribuindo para distinguiirmos e contextualizarmos conceitos importantes no marxismo: estrutura e consciência de classe. Analisando o contexto da sociedade inglesa do século XVIII, Thompson nos oferece uma perspectiva dinâmica e evolutiva, na qual os sujeitos se definem historicamente.

Naquela conjuntura, não se identificam ainda uma classe operária e uma classe burguesa, mas é possível identificar dois polos cujo conflito de interesses e visões de mundo aponta no sentido da formação das classes sociais do capitalismo industrial no século XIX: a *gentry* e trabalhadores pobres (plebe). A *gentry* era a aristocracia local que concentrava a riqueza fundiária gerada pelas novas práticas agrárias capitalistas. De acordo com (THOMPSON 1998, 25): “mesmo já havendo algumas cidades tendo certa proeminência industrial, até meados de 1760, a Inglaterra possuía um forte perfil agrário”.

Quanto aos pobres, categoria num certo sentido criada pela própria *gentry*, eles abarcavam o grosso da população trabalhadora: miseráveis, pequenos fazendeiros, criados da fazenda, camponeses e artesãos. Em “Costumes em Comum”, Thompson comenta: “É uma queixa comum que os termos feudal, capitalista ou burguês sejam demasiados imprecisos para serem úteis numa análise séria, abrangendo fenômenos demasiado vastos e díspares” (THOMPSON 1998, 27). Para ele, os termos pré-industrial, paternalismo e modernização, são mais adequados para se pensar aquela conjuntura do séc. XVIII.

Nessa Inglaterra predominante agrária, mas em transição para uma sociedade industrial, paternalismo, direito consuetudinário e nova disciplina de trabalho são conceitos intrínsecos e essenciais para o estudo da formação de consciência de classe.

Thompson destaca que os sujeitos não são como objetos inertes, são ativamente construídos e podem transformar a própria realidade que estão inseridos. A classe na perspectiva thompsoniana é uma formação cultural e social, que só pode ser pensada quando interage com outra classe. É ação, reação, conflito: podemos dizer que é um acontecimento. Essa é uma das principais características da abordagem thompsoniana, enxergar a formação da classe operária sendo uma categoria histórica e dinâmica (THOMPSON 2001): “Classe, na minha prática, é uma categoria histórica, deriva de processos sociais através do tempo”.

Estes espaços de conflito, fomentados pela ação social da plebe inglesa, são descritos por Thompson ao analisar a forma como a luta de classes se expressa nos chamados motins de fome no séc. XVIII. Thompson tece críticas à visão espasmódica da história e ao reducionismo econômico marxista, pois estas perspectivas inibem a percepção das complexidades das motivações da turba, dificultando a compreensão do seu comportamento e função social. Os motins da fome no séc. XVIII possuíam uma ação popular disciplinada e com objetivos bem nítidos. Eram provocados por alguns motivos, dentro eles o aumento do preço do pão ou dos cereais, ou mesmo algum mau procedimento ou conduta dos comerciantes. Eram operados por uma noção do que é legítimo e do que não é, dentre as normas e das obrigações sociais da função econômica. Podemos dizer que eles expressam a economia moral dos pobres, dentro da esfera do direito consuetudinário:

“Mas essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas, na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam o pão, etc. Isso por sua vez, uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres”. (THOMPSON 1998, 152)

Thompson contextualiza aquilo que podemos chamar de luta de classes na Inglaterra do séc. XVIII, ancorada pelo modelo paternalista do Estado. Este paternalismo se sustenta na noção de direito consuetudinário, proporcionando um espaço de organização e luta da plebe inglesa. Para Thompson, os costumes ingleses da época exemplificam a teoria de *habitus* de Bourdieu (THOMPSON 1998, 90): “um ambiente

vivido que inclui práticas, expectativas herdadas, regras que não só impunham limites aos usos como revelavam possibilidades, normas e sanções tanto da lei como das pressões da vizinhança”.

Thompson define classe como uma categoria histórica, em constante transformação, criticando veemente as perspectivas que teorizam classe como figurações de relações estruturais pré-existentes. Ele critica a visão marxista reducionista que enxerga a formação da classe trabalhadora como fruto de relações de produção, classificando-a como positivista, gerando uma historiografia engessada que não colocava a luta de classes como objeto principal de estudo. Classe na visão thompsoniana se forma a partir da relação desigual a partir da qual os interesses coletivos de um grupo são engendrados em contraposição aos interesses de outro grupo. Nas palavras de Alexandre Fortes:

“(...) para Thompson, classe é a relação de desigualdade a partir da qual grupos de seres humanos concebem os seus interesses coletivos em contraposição aos de outros, não a soma desses indivíduos, cujas posições na estrutura social, afinal de contas, são muito mais instáveis do que pressupõe muitos modelos sociológicos”. (FORTES, 2006: 200).

Thompson não subestima o papel das estruturas sociais e econômicas, mas considera que a consciência de classe e as estruturas se relacionam dialeticamente, onde as estruturas são produzidas por agentes históricos, e estes podem se transformar ou reproduzir a ideologia das relações de produção. Thompson transformou radicalmente o conceito de classe social, dando a devida importância aos processos de organização social, criticando as análises que colocam dados quantitativos acima da qualidade da experiência:

“Portanto, tanto a visão de que ela representa uma mera expressão de relações de produção pré-existentes quanto a ideia de que possa ser reduzida a um agregado quantitativo de indivíduos em determinadas ocupações não correspondem à realidade. Thompson critica a incorporação de uma visão estática e positivista de classe por certas correntes marxistas, que estaria na base da visão leninista do papel da vanguarda “substituta” que “sabe melhor

do que a própria classe quais devem ser seus verdadeiros interesses”. (FORTES, 2016: 594).

As análises a partir da organização de motins contra o aumento dos preços de cereais, na Inglaterra do séc. XVIII, trouxe grandes contribuições para as formulações conceituais sobre lei e direito, paternalismo e populismo. As turbas delineadas pela multidão inglesa visavam exercer o direito, que deveria ser garantido pelo Estado, da compra e venda direta, uma oposição nítida aos avanços do livre-mercado em uma economia pré-capitalista. As turbas contextualizam o que era a defesa dos direitos consuetudinários da plebe inglesa, os direitos “tradicionais” (FORTES, 1995). O direito consuetudinário permeava os costumes ingleses da época gerando: “um ambiente vivido que inclui práticas, expectativas herdadas, regras que não só impunham limites aos usos como revelavam possibilidades, normas e sanções tanto da lei como das pressões da vizinhança” (THOMPSON, 1998: 90).

O modelo paternalista, incidia tanto nos costumes quanto no corpo da lei estatuária: o mercado deveria agir de maneira objetiva, do agricultor para o consumidor, seguindo alguns preceitos coordenados: o agricultor deveria vender os cereais somente na praça do mercado local, não podendo ser vendido em outros locais, nem o agricultor deveria reter o produto a fim de que elevasse o preço; os mercados deveriam ter um controle quanto ao horário da venda aos mais pobres, quantidade que cada insumo podia ser comprado, pesos e medidas todas supervisionadas. A quebra desta lógica, podia provocar desde as turbas, a oposições em forma de petições levada pelos mais pobres a Câmara dos Comuns, esta última ação podendo ser caracterizada como precursora do cartismo inglês:

“A intervenção ativa da multidão visava então, a fazer valer um modelo paternalista já desgastado na prática, reconstruído seletivamente de modo a melhor servir como instrumento de defesa frente aos avanços do livre-mercado (Thompson, 1989a: 89). O modelo reivindicado postulava que a comercialização de grãos deveria ser direta ao consumidor, sem retenção à espera de subida de preços, com vendas em horas determinadas e prioridade aos pobres na ordem de compra, a venda não deveria ser por amostragem e, por fim, padeiros e molineiros eram considerados servidores da comunidade

onde trabalhavam, sendo seus lucros controlados em benefício de preços acessíveis e boa qualidade dos produtos". (FORTES, 1995: 102).

A perspectiva thompsoniana, fundamentada na agência histórica dos trabalhadores, abre a possibilidade de analisarmos o populismo de uma perspectiva que não se reduz à noção de manipulação dos trabalhadores pelo Estado. As reivindicações feitas pelas classes produtivas na Inglaterra durante o séc. XVIII iam contra as ideias utilitaristas e liberais fomentadas pelos comerciantes com aval do Estado, amparadas nos direitos tradicionais. Thompson deixa nítido que essa não era uma consciência que aspirava ser revolucionária, mas sim uma consciência democrática radical:

“Para Thompson, “populismo” designa a ênfase no protagonismo popular, uma perspectiva democrática radical (mas não ainda socialista) que distinguiu o movimento pela reforma política na Inglaterra em função da composição de sua base social e de sua trajetória histórica, ambas peculiares no período. Essa abordagem levanta a possibilidade de dissociarmos o conceito de “populismo” da ideia de “manipulação” ou “desvio de uma consciência política ideal”. (FORTES, 2010: 190)

Este conceito de populismo colocou mais ênfase na organização popular, no contexto de uma relação dialética entre o Estado, da perda das leis que deveriam assegurar o direito da compra sem o aumento exponencial nos preços e da auto-organização das classes produtivas frente a ascensão da lógica do livre mercado. A insegurança estrutural causada pelas ideias advindas do liberalismo trouxe anseios e revoltas que impulsionaram a organização dos motins nos mercados.

Thompson pôs em destaque a experiência proveniente da organização popular como motor de desenvolvimento de uma consciência de classe trabalhadora, em detrimento da noção de uma consciência procedida das estruturas econômicas consolidadas pelo sistema capitalista: “Ao invés de uma consciência ideal derivada de interesses históricos deduzidos de relações econômicas, o padrão da “maturidade” da

classe seria dado por uma determinada configuração cultural e organizacional” (FORTES, 2010: 191).

Abrirei um rápido parênteses para comentar algumas diferenças na visão sobre o processo de formação da classe operária em Thompson e Hobsbawm que são pertinentes para nossa pesquisa. Thompson afirma que no radicalismo britânico do final do século XVIII já estava se formando uma consciência de classe, levando inclusive a ataques do Estado às organizações dos trabalhadores.

A Lei de Reuniões Sediciosas, com vigência até meados de 1818, foi uma tentativa de eliminar as associações e clubes de debates políticos impulsionadas pelo exemplo do jacobinismo francês e que no início do século XIX se aproximavam cada vez mais dos mundos do trabalho : “No final de 1816, era anunciada a existência de mais de trinta Clubes Hampden (...) a difusão desses clubes coincidiu com a organização sindical dos tecelões em malharia de bastidor (...)”(THOMPSON 2002, 225). O aumento expressivo dos clubes de leituras, descrito por Thompson como “Sociedades de Leitura”, nos primeiros anos do séc. XIX foi um dos fatores, juntamente a organização dos motins contra o aumento abusivos dos cereais, que contribuiu na formação da consciência da classe operária inglesa. O fomento das técnicas de alfabetização, proporcionou que as pessoas adquirissem conhecimento da realidade, por conta própria ou em grupos, sendo que muitos clubes de leituras focavam em aumentar o nível da consciência política e ampliar o radicalismo, como ideologia de ação:

“Um dos traços mais extraordinários do radicalismo pós-guerra era o seu esforço contínuo em ampliar essas realizações e aumentar o nível de consciência política. Em Barnsley, já em janeiro de 1816, formou-se um clube de tecelões, a 1 pêni por mês, com a finalidade de comprar periódicos e jornais radicais. Os Clubes Hampden e as Uniões Políticas empenhavam-se largamente em montar Sociedades de Leituras (...). (THOMPSON 2002, pág. 311)

Para Hobsbawm, contudo, a constituição do movimento operário britânico, incluindo sua memória histórica, só se inicia muito depois dos movimentos cartistas das

décadas de 1830 e 1840 (HOBSBAWM 2005). Entendo, porém que a consciência de classe estudada por Hobsbawm é um refazer da consciência da classe trabalhadora, e não o início dela. Hobsbawm dá mais ênfase aos aspectos institucionais, como a formação do Partido Trabalhista e a crescente adesão dos operários a ele, mas também a aspectos culturais por exemplo, o aumento do uso dos bonés consagrados pelo personagem Andy Capp pelos operários no início do séc. XX: “Em aproximadamente um par de décadas, os trabalhadores britânicos adotaram o uso de um sinal que imediatamente os identificava como membros de uma classe” (HOBSBAWM 2005, 286).

Em contraste com essa visão que prioriza as dimensões institucionais e os traços culturais mais homogêneos do operariado da Segunda Revolução Industrial, Thompson vê a formação da classe operária como um processo que tem raízes na cultura popular da sociedade pré-industrial. Ao enfatizar a auto-organização da plebe, seus anseios e vontades, Thompson inovou nossa percepção sobre a emergência da sociedade industrial:

“A ênfase da transição recai sobre toda a cultura: a resistência a mudança e sua aceitação nascem de toda a cultura. Essa cultura expressa os sistemas de poder, as relações de propriedade, as instituições religiosas, etc., e não se atentar para esses fatores simplesmente produz uma visão pouco aprofundada dos fenômenos e torna a análise trivial”. (THOMPSON 1998, 288).

Como destaca Thompson, o marxismo estruturalista não possui uma teoria viável para se pensar a ação social. Ao teorizar sobre a luta de classes, o historiador britânico faz da dialética entre classes antagônicas seu objeto principal de estudo: “A meu juízo, foi dada excessiva atenção, frequentemente de maneira anti-histórica, à classe, e muito pouco, ao contrário, à luta de classes. Na verdade, na medida em que é mais universal, luta de classes me parece ser o conceito prioritário” (THOMPSON 2001, 274). A perspectiva estrutural, limitada a uma teoria em que os interesses das classes sociais são definidos pelas estruturas objetivas nas quais as classes estão inseridas, resulta em uma forma de pensar a classe trabalhadora que lhe retira a autonomia de definir seus próprios interesses.

Na visão estruturalista, os trabalhadores devem agir como classe porque isso é racional em função de seus interesses, especificados por sua posição na estrutura produtiva. Esta perspectiva não é capaz de explicar as formas e diferenças nas ações de resistência realizadas pelos trabalhadores. Criticando esta perspectiva influenciada por Athusser - ao afirmar que as sociedades industriais produzem as classes sociais e suas peculiaridades como um processo natural - a visão thompsoniana possui uma abordagem evolutiva, afirmando que as classes estão sempre em desenvolvimento, interagindo dialeticamente com as estruturas econômicas e sociais de longo prazo.

Thompson, juntamente com outros historiadores ingleses, fundou o que chamamos de “História Vista de Baixo”, ao tratar como sujeitos históricos aqueles que antes eram ignorados, redefinindo o papel do historiador marxista, ao propor que o conhecimento histórico seja construído por uma perspectiva da “história-problema”. Thompson desmitifica a ideia de verdade absoluta e de uma ciência fundada no empirismo. A história, para ele, se constitui de fenômenos que estão sempre em transformação, gerando evidências que não são autossuficientes para a produção do conhecimento histórico, que indicam causas necessárias dos processos analisados. Essas evidências muitas vezes possuem caráter contraditório, já que o objeto se modifica à medida que as questões levantadas a partir das evidências também se modificam.

O conhecimento histórico, na perspectiva thompsoniana nunca será completo, irá sempre se transformar, adquirindo novas evidências, ao longo dos períodos. O que o limita e o define são as perguntas geradoras feitas às evidências, resultando em conceitos que se baseiam nas perguntas propostas (THOMPSON 1981, pág. 50): “A interrogação e a resposta são mutuamente determinantes, e a relação só pode ser compreendida como um diálogo”.

Na abordagem thompsoniana, o conhecimento histórico utiliza como instrumento de interpretação as bases fornecidas pelo materialismo histórico: suas categorias, hipóteses e procedimentos, que influenciam a relação entre o ser social como sujeito e a formação da consciência social; interpretam as relações de produção e seus modos de

exploração; analisam lutas de classes e ideologias. Thompson sintetizou a lógica da pesquisa histórica, utilizando o termo dialética do conhecimento histórico para abarcar as relações envolvendo tese, antítese e síntese:

“Na medida em que uma tese (o conceito, ou hipótese) éposta em relação com suas antíteses (determinação objetiva não-teórica) e disso resulta em uma síntese (conhecimento histórico), temos o que poderíamos chamar de dialética do conhecimento histórico (...) A prática histórica está, acima de tudo, empenhada nesse tipo de diálogo, que compreende: um debate entre, por um lado, conceito ou hipóteses recebidos, inadequados ou ideologicamente informados e, por outro, evidências recentes ou inconvenientes; a elaboração de novas hipóteses; o teste dessas hipóteses face às evidências, o que pode exigir o interrogatório das evidências existentes, mas de novas maneiras, ou uma renovada pesquisa para confirmar ou rejeitar as novas noções; a rejeição das hipóteses que não suportam tais provas e o aprimoramento ou revisão daquelas que as suportam, à luz desse ajuste”. (THOMPSON 1981, 54).

O historiador precisa levar em consideração a necessidade de controlar seus próprios valores, posteriormente tem a liberdade de oferecer seu julgamento a partir da reconstituição histórica. Thompson em sua abordagem historiográfica, atribui ao papel do pesquisador um sentido investigativo. Assim sendo, o conhecimento histórico é produto da investigação histórica do passado, porém o historiador jamais poderá mudar o status ontológico do passado.

Cada historiador, em determinados períodos, pode trazer novas provocações às evidências, e com isso, modificar determinadas preocupações e problemas, de cada geração ou classe social, mas jamais irá modificar a natureza dos acontecimentos passados:

“Os processos acabados da mudança histórica, com sua complicada causação, realmente ocorreram, e a historiografia pode falsificar ou não entender, mas não pode modificar em nenhum grau, o status ontológico do passado. O objetivo da disciplina histórica é a consecução dessa verdade da história”. (THOMPSON 1981, 51).

Um dos principais objetos de pesquisa para Thompson, foi contextualizar e teorizar a formação da consciência da classe operária inglesa tendo como ponto de partida a configuração da luta de classes na sociedade pré-industrial. Uma das suas maiores críticas, incide diretamente sobre o determinismo econômico ou reducionismo vulgar, exemplificado pelo modelo estruturalista de Althusser. Para Thompson, analisar os processos históricos dentro de uma lógica determinista não é suficiente para entender o todo do processo. Desta maneira, se tira a autonomia dos sujeitos analisando suas relações produtivas de maneira pré-determinada, objetiva. Ignora-se a “experiência humana”:

“O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana”. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de “empirismo”. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autónomas, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autónomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada”. (THOMPSON 1981, 182)

Podemos concluir que as provocações sugeridas por Thompson preenchem lacunas, enriquecendo a historiografia social do trabalho. Sua perspectiva, método e abordagem, é contrária ao que ele chama da velha noção utilitarista, que sobrepõe o método quantitativo acima do qualitativo, presente em grande parte da perspectiva marxista:

“A velha noção utilitária de que todos os fatos são quantificáveis e mensuráveis (e podem, portanto, ser ingeridos por um computador), e de que tudo o que não pode ser medido não é um fato, está viva e animada, e domina uma grande parte da tradição marxista. Não obstante, o que não pode ser medido teve consequências materiais mensuráveis”. (THOMPSON 1981, 193).

- O papel da insegurança estrutural na formação da classe trabalhadora

A valorização do papel da cultura no processo de formação de classe pelos historiadores marxistas britânicos possibilitou a emergência de uma nova sociologia do trabalho, que tem como um de seus principais expoentes o igualmente britânico Mike Savage.

De acordo com suas ideias, a abordagem de formação de classe trabalhadora se mantém pertinente, sendo necessário incorporar críticas e contribuições das correntes mais atuais, sem deixar de lado o que há de valor das mais antigas. É importante termos uma maior sensibilidade teórica, ao analisarmos com diversos conceitos a formação histórica da classe trabalhadora, afim de que evitemos cometer erros.

Consideramos alguns dos questionamentos e anseios presentes nos textos de Savage muito adequados à nossa pesquisa: quando é necessário e pautável utilizar a categoria formação de classe? O refazer-se da classe operário possui qual amplitude? É um refazer-se total, parcial com algumas características novas ou a classe trabalhadora é permanente e homogênea? Sendo assim:

“Em particular, é importante examinar não apenas as condições externas que podem minar a formação de classe, mas também polemizar algumas das contradições e tensões inerentes em tipos específicos de formação de classe, a fim de mostrar como pode, de fato, ter sido difícil sustentar a mobilização de classe durante longo período (...) como nós sabemos quando uma classe está formada? Thompson não dá resposta clara a esta questão, contando com narrativas detalhadas de crenças radicais, situações revolucionárias e estudos de caso de “experiências” ocupacionais específicas. É, portanto, muito possível detectar um desejo e um grau de romantismo em relação à classe trabalhadora por trás de algumas das abordagens sócio-históricas de classe. Esta é uma razão por que em anos recentes a obra de Thompson pode ser reinterpretada como testemunho a uma tradição populista antes que a uma radical baseada em classe. Uma vez que não está claro como Thompson poderia distinguir as duas, é compreensível que muito da mesma evidência possa ser usado para fins diferentes”. (SAVAGE, 2011:13).

Por conseguinte, iremos além da literatura de Thompson que explorou a temporalidade da consciência de classe inglesa. Um dos nossos objetivos é demonstrar

que, além da importância da categoria raça, o espaço tem seu valor neste caminho para se entender aspectos da formação da classe operária:

“Além disso, a partir dos anos 1970 estudos da classe operária crescentemente abrangeram uma dimensão local, recorrentemente sendo estudos de caso de áreas industriais específicas que frequentemente repudiavam tentativas de cobrir toda a nação, como era o caso na obra de E. P. Thompson. A formação da classe operária tem sido crescentemente explorada em seu contexto local”.
(SAVAGE, 2011:15)

Nosso intuito não é desconsiderar a influência das estruturas dos processos históricos, mas sim mesclar esta categoria com a agência, a ação e organização dos operários. As estruturas são produzidas por sujeitos, e neste processo podem se modificar ou se reproduzir ao longo da história. A classe social é histórica e se refaz, se desenvolve ao longo do tempo de acordo com fatos sociais e econômicos de longo prazo.

Entendemos que as classes sociais aqui analisadas, podem ser vistas como coletividades sociais construídas pela implicação de demandas estruturais de acordo com cada situação. Os trabalhadores não existem apenas por causa das estruturas, como as fábricas e empresas por exemplo. A existência de classes e coletividades se associa a um processo de produção de sentido, de definição do que possui significância social relevante para as pessoas.

Desejamos contextualizar a pertinência que a construção de vínculos a partir de relações coletivas possui na formação dos operários. É grande a influência das relações sociais na criação identitária e de solidariedade nos trabalhadores, principalmente na ausência de organizações formais, como por exemplo partidos ou sindicatos:

“A formação de classe tem uma dinâmica dual. Primeiro, ela envolve a construção de redes sociais de largo alcance, ligando membros da classe através de lugares diferentes – locais de trabalho, vizinhanças residenciais, pontos de encontro de lazer e assim por diante. Nestas situações, a informação pode ser passada adiante, organizações construídas, ideias reunidas, mobilização coordenada. Esta perspectiva é congruente com a insistência do sociólogo histórico Michael Mann em que a classe social é baseada em vínculos “extensivos”, em contraste com o caráter “segmentar” de relações sociais não classistas. Segundo, a formação de classe também envolve a

construção de vínculos densos que permite a criação de identidades solidárias e comunais ao longo do tempo e na ausência de organização formal. Aqui, as classes podem ser “extraídas” da comunidade, de relações face a face, que conduzem à solidariedade social”. (SAVAGE, 2011:19).

Na nossa proposta de nossa pesquisa, o termo espacial não se limita à identificação de um simples local onde ocorrem as interações sociais. O espaço ou lugar analisado – neste caso a usina siderúrgica de Volta Redonda durante os anos iniciais da ditadura militar – é ‘parte constituinte da formação de consciência:

“Aqui, a ênfase não era sobre o lugar como uma área de estudo de caso, onde a formação de classe poderia ou não ocorrer, mas sobre o lugar como um constituinte da formação de classe. Para além de um cenário, o lugar era visto como desempenhando um papel vital em determinar a extensão, a natureza e o modo da formação de classe. O conceito central usado nesta tradição é a noção de que lugares são importantes para a formação de classe porque eles se tornam habitats de grupos sociais particulares”. (SAVAGE, 2011:21).

A vida cotidiana no meio operário não pode ser resumida a questões que focam apenas os processos de mais valia do trabalho ou os processos de compra e venda do mercado. Mike Savage vai chamar a atenção para o fator da insegurança estrutural também:

“Na sociedade capitalista, a retirada dos meios de subsistência das mãos dos trabalhadores significa constrangê-los a acharem, estratégias para lidar com a aguda incerteza da vida diária, que deriva de seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma e sem o apelo a outras agências. Essa formulação nos possibilita reconhecer certas pressões estruturais sobre a vida operária, embora também pontue a urgência de examinarmos a enorme variedade de táticas que os trabalhadores podem escolher para cuidar de seus problemas - da luta contra seus empregadores a formação de cooperativas, à demanda de amparo estatal, à tessitura de redes de apoio nas vizinhanças e por aí vai. É tão relevante olhar para as estratégias de vida atualizadas nos bairros urbanos e nos lares quanto para o processo de trabalho em si mesmo. Nesse olhar, o trabalho enquanto emprego, não carece ser visto com único ou o principal eixo da classe social”. (SAVAGE, 2004: 33).

Savage destaca que essa exposição comum à insegurança estrutural sob o capitalismo possui um papel central na experiência de classe dos trabalhadores. Um

exemplo desse tipo que analisaremos nesta dissertação foi o impacto gerado sobre os operários pela mudança de racionalidade meritocrática adotada na CSN no período da ditadura militar. Em nossa análise, portanto, tentamos compreender as características da coletividade social a partir de evidências de curta ou longa duração. É preciso ter em mente que a formação da consciência de uma classe social é determinada pelo desenvolvimento de capacidades estruturais e organizacionais a ela inerentes.

A abordagem com foco na insegurança estrutural dos operários, permite contornar as limitações de uma visão reducionista econômica. A priori, a insegurança estrutural não se desdobra automaticamente em uma consciência de classe ou política por parte dos trabalhadores. Também não significa a priori que haja maior facilidade de união coletiva do operariado. Esta abordagem pretende destacar a necessidade de se olhar para situações emocionais – subjetivas – de anseios, carências e angustias em geral dos trabalhadores e as formas com que lidam estas inseguranças. A partir disto, abre-se um leque para compreendermos diferentes tipos de culturas e resistências de classe.

Ao invés de reduzir a constituição de classe a questões de mobilização ou agência dos trabalhadores, trata-se de investigar a complexidade das relações e como se dão as mediações entre os fatores do meio operário, pelo prisma cultural, social e econômico:

“A perspectiva da formação de classe, que obviamente se inspira em E. P. Thompson, não se preocupa em reduzir a mobilização a estrutura de classe, mas em explorar as complexas mediações entre a diversidade dos fenômenos econômicos, culturais e sociais. Vigorosamente, insiste na contingência de classe. Não há garantia alguma de as classes existirem na forma de coletividades sociais e coesas”. (SAVAGE, 2004: 34).

Por conseguinte, nossa tarefa é investigar e evidenciar a forma como a insegurança estrutural no cotidiano relaciona-se com o processo de mobilidade social dentro de uma empresa e, no caso brasileiro, como esses fatores são conectados com as questões étnico-raciais.

No que diz respeito à estratificação interna do operariado, enquanto no contexto britânico se verifica uma tendência reprodução das ocupações dos pais pelos filhos, que se vincula inclusive à clássica questão da “aristocracia operária”, veremos que no caso

brasileiro o que predomina é o problema da falta de estrutura na obtenção de qualificação profissional:

“Assim como demonstrou a persistência da maciça divisão entre as classes média e operária (porque, apesar do "mito milesiano" do progresso individual, 90% dos filhos de trabalhadores manuais se tornaram algum tipo de trabalhador manual), igualmente demonstrou o complexo processo interno ela formação operária. Miles revela que, em meados do século XIX, prevalecia uma distinção no interior do operariado, dado o fato de os filhos dos trabalhadores qualificados tenderem a seguir o ofício dos pais, enquanto os filhos dos trabalhadores não qualificados provavelmente ficavam de fora dos postos que exigiam habilitação profissional (isso vai de acordo com os supracitados argumentos de Penn). Claro, esse padrão condiz com a ideia da aristocracia operária, um tema largamente debatido pela pesquisa britânica. Todavia, comprava-se que, por volta de 1914, havia muito mais mobilidade entre os trabalhadores qualificados, semiqualificados e não qualificados, sugerindo a formação demográfica de uma classe operária manual no seu conjunto”. (SAVAGE, 2004:35).

Nossa pesquisa demanda uma inserção na disputa entre perspectivas teóricas que enfatizam a primazia da abordagem econômica e aquelas cujos olhares se concentram na cultura textual ou linguística da história do trabalho, trazendo a preocupação de incluir questões antes ignoradas na historiografia do trabalho.

Diversos questionamentos que se tornaram relevantes para nós nesta empreitada, dizem respeito à emergência de categorias como relações étnicas ou de gênero nas análises sobre o meio operário. Entendemos que esses temas podem enriquecer o estudo do processo de formação da classe operária e discordamos da visão de que eles podem levar a desprestigiar a importância do fenômeno classe social enquanto objeto de estudo para a historiografia. A historiografia do trabalho necessita ir além da descrição das desigualdades para compreender como os diversos elementos da interseccionalidade se articulam no processo histórico.

Analizando a formação da classe trabalhadora perpassada pelas categorias de espaço, etnia e raça, mobilidade social e insegurança estrutural, buscamos dar relevância à estrutura fabril nesta interação social. Partindo de um estudo de caso local, buscamos

lidar com maior propriedade com as evidências e os contextos da opressão e da violência racial e apresentá-los ao leitor de forma objetiva e sistemática. O complexo estudo da classe trabalhadora brasileira requer uma metodologia teórica ancorada na riqueza que as formas de interação, mobilidade e dinâmica do espaço podem oferecer para a análise dos historiadores. Isto posto, nosso olhar sobre esse processo formativo - baseado na relação empresa x trabalhador – é trazer à tona a forma para o entendimento da desigualdade social e racial. A perspectiva adotada pretende aperfeiçoar o estudo das relações de classe.

A conjuntura aqui analisada é permeada, pelo bipartidarismo, pela ausência de eleições diretas para presidente, pela censura e pelas perseguições políticas, o que suscita diversas outras indagações. De que modo a interrupção da experiência democrática liberal interfere na mobilidade da classe operária? Como a ditadura militar influenciou na manutenção de cargos insalubres e baixos para os operários menos qualificados, em sua grande maioria negros? Qual a relação entre o discurso ufanista nacionalista e desenvolvimentista e a ideologia da democracia racial?

CAPÍTULO II: Raça e classe no contexto brasileiro

- Doutrina de segurança nacional, branqueamento e o mito da democracia racial

Iniciaremos este capítulo debatendo o que podemos considerar um *insight* inovador dos pesquisadores Paixão e Gomes. Trata-se da relação que o ideal de democracia racial teve com o nacional-desenvolvimentismo e seus desdobramentos durante a ditadura militar. Na visão dos autores, a democracia racial teria operado como um motor para o desenvolvimento do liberalismo econômico e para a potencialização de acumulação de capital para as elites da época, ao manter a baixa mobilidade e ascendência socioeconômica de nossa classe operária, principalmente a classe operária negra.

Posteriormente, contextualizaremos os aspectos conjunturais da situação da população negra no período pós-abolição e no período industrial após 1930 em nosso país, procurando identificar pontos de congruência destes períodos com o analisado nesta pesquisa. A comparação evidenciará semelhanças e diferenças no que diz respeito aos aspectos organizacionais, à agência e às redes de apoio, trazendo elementos para o debate sobre a formação de consciência de classe a partir do estudo da agência dos trabalhadores escravizados e libertos, na passagem do Império para a República.

Ao final deste capítulo, analisaremos o conceito de racismo estrutural e a importância da interseccionalidade na historiografia social do trabalho, visando avançar proposições sobre a contextualização da formação da classe trabalhadora brasileira a partir do pós-abolição. Nossa intenção não é debater um tipo específico de racismo, pois compreendemos que toda forma de racismo em nosso país é estrutural, permeando as esferas econômicas e sociais.

Iniciaremos refletindo sobre as reflexões de Flávio Gomes e Marcelo Paixão sobre o modo como o mito ideológico da democracia racial, serviu como uma espécie de motor para a difusão do nacional-desenvolvimentismo na cultura dos operários durante a ditadura militar. Posteriormente, utilizaremos as contribuições metodológicas presentes nos trabalhos de Antônio Sérgio Guimarães, a fim de aperfeiçoar o uso do conceito de raça em nossa pesquisa. Contribuindo na análise do contexto e das evidências sobre o período pesquisado, analisaremos os resultados do relatório de pesquisa “Colorindo Memórias e Redefinindo olhares: Ditadura militar e racismo no Rio de Janeiro” (2015).

As questões levantadas por Gomes e Paixão, nos permitem fazer a seguinte provocação: o quanto esse discurso de modernização da economia, este projeto nacional-desenvolvimentista da indústria se sustentou sobre uma base de racismo estrutural, ao mesmo tempo que propôs aos trabalhadores a visão de que todos tinham a mesma oportunidade de crescer profissionalmente?

O ideal de Nação no Brasil começa a ser gestado no século XIX numa direção que implicava dominação e racialização, envoltos por sentimentos de temor quanto a uma possível revolta escrava, questões sobre trabalho livre, hierarquias, família e políticas de recenseamento financiadas pelo Estado. Cunhou-se uma imagem de um paraíso racial, onde a raça não existiria pois somos um país miscigenado, logo não existem identidades étnico-raciais. Formou-se uma falsa ideia de que no Brasil a miscigenação sempre esteve presente, sendo uma categoria histórica e imutável:

“Esta imagem de paraíso racial não foi criada por um laboratório de maquiavelismos elitistas. Desde o século XIX viajantes estrangeiros chamavam atenção para a miscigenação, principalmente em cidades como Rio de Janeiro e Salvador. Mesmo os abolicionistas norte-americanos na década de 1840 pautavam a sua propaganda antiescravista reafirmando a crueldade da escravidão nos EUA, diferente do suposto paternalismo senhorial e das relações harmoniosas entre brancos e negros no Brasil (...) A engenharia da identidade nacional se fez entre marcadores raciais e seus diálogos com as hierarquias sociais ao longo do século XIX, alcançando a metade do século XX”. (PAIXÃO e GOMES, 2007/2008:174)

Gomes e Paixão apontam a inexistência de uma norma jurídica formalizando a desigualdade, fortaleceu essa narrativa da ausência de uma identidade étnico-racial. A idealização desta suposta democracia racial que teria se seguido ao fim da escravidão acarretando uma imensa falta de reconhecimento da desigualdade racial na nossa sociedade, fato que foi sendo superado com as denúncias e mobilizações dos movimentos sociais.

O mito da democracia racial que criticamos nesta pesquisa é resultado direto da construção de uma ideologia da desracialização que na prática produz um silenciamento

da discussão de raça e potencializa a exclusão dos negros em nossa sociedade. No decorrer do século XX, miscigenação e discriminação racial relacionam-se diretamente. A criação do Estado Nacional e do sentimento de nação brasileira, tanto na ditadura varguista quanto na ditadura militar, silenciaram a questão racial dos debates e aprofundaram a desigualdade racial fomentando esferas de estratificação étnico-raciais nas indústrias:

“O fato é que passado o secular período do escravismo, entre os anos 1890 e 1920, a elite brasileira, em termos ideológicos, se debateu com a angústia quanto às origens genéricas mestiças de nosso povo e de sua capacidade de servir de base para o tão sonhado desenvolvimento econômico, político e cultural. Em outras palavras, balizados na interpretação racialista, posta as origens mestiçadas do povo brasileiro, seríamos definitivamente incapazes ao desenvolvimento e ao progresso”. (PAIXÃO e GOMES, 2007/2008: 176)

Por conseguinte, não há como deixarmos de citar a contribuição da sociologia de Gilberto Freyre na constituição da modernidade no século XX. A perspectiva cultural, advinda da sociologia de Gilberto Freyre, constitui-se em elemento fundamental do projeto de modernização do país no século XX, trazendo elementos inovadores. Para Freyre, o legado português teria favorecido o contato com as demais etnias constitutivas da sociedade brasileira, suavizando o processo de modernização ao evitar conflitos étnico-raciais:

“No Brasil, logo no início do século XX, a construção da nacionalidade foi positivamente afetada pelo descrédito do conceito de raça, o qual representou, sempre, um enorme estorvo para os construtores da nação, dada a incongruência entre a importância dos mulatos e mestiços na vida social e os malefícios que as teorias racialistas atribuíam à hibridização. Com a aparição de *Casa Grande & Senzala*, em 1933, iniciou-se uma grande mudança no modo como a ciência e o pensamento social e político brasileiros encaravam os povos africanos e seus descendentes, híbridos ou não”. (GUIMARAES, 1999:148)

Seguindo a perspectiva freyriana, a miscigenação reduziria a distância entre brancos e negros, pela via da mestiçagem, facilitando a incorporação de elementos culturais de todas as etnias:

“De qualquer maneira, não há margem para dúvidas quanto ao fato de que nesta leitura as assimetrias raciais, com os brancos no topo, os mestiços ocupando escalões intermediários e os negros a base da pirâmide social; fazem parte essencial e intrínseca do próprio modelo. Ou seja, mesmo as supostas maiores proximidades entre dominadores e dominados no plano subjetivo somente faria sentido com a preservação dessas assimetrias. Sem ela, ou seja, sem hierarquias sociais e raciais, o próprio quadro desenhado perderia, e perde totalmente o seu significado. O culturalismo de Freyre, valorizando a especificidade cultural brasileira e a mestiçagem, acabou rendo um papel estratégico em termos da construção de um ambiente ideológico e cultural propício ao desenvolvimento econômico e institucional do Brasil tal como veio se dando desde a década de 1930”. (PAIXÃO e GOMES, 2007/2008:182)

Nossa sociedade industrial se constrói no pós-abolição tendo essa particular absorção, acerca do ideário sobre raça. Em grande parte dos brasileiros a mentalidade que se criou, objetiva vivermos em um país onde os aspectos e características étnico-raciais não existem mais desde o fim da abolição, na qual se proporcionam oportunidades de mobilidade social seriam as classes sociais operando como um lugar comum.

Essa abordagem nos permite tratar de forma crítica o imaginário racial da nossa sociedade, no qual o conceito de raça passou a ser diluído, assumindo até mesmo, em alguns casos, o sentido de força, de garra. Os ideais anti-racialistas da população brasileira, conciliaram-se com a perspectiva de negação do racismo como um fenômeno cultural e social. Assim, o que supostamente existiria entre nós seriam percepções equivocadas em forma de preconceito. Racismo jamais existiria.

A partir destas provocações, podemos resumir o falso ideário racial harmonioso brasileiro. A ideia de raça não possui relação nenhuma com a cor, além de não poder fomentar identidades sociais; criou-se a ideia de que a aparência física e não a origem familiar determinaria a cor das pessoas; a falsa noção que não ocorre discriminação com base na raça ou na cor; a ideia de branqueamento, onde os negros de cor mais clara seriam

economicamente absorvidos e integrados culturalmente pelas elites brancas; e que a hierarquia racial seria obra do resquício do nosso passado escravista, não tendo relação com o avanço do capitalismo industrial (GUIMARAES 1999:153): “Foi esse conjunto de crenças, somado a um anti-racialismo militante, que passou a ser conhecido como “democracia racial”. Nos anos da ditadura militar, entre 1968 e 1978, “a ‘democracia racial’ passou a ser um dogma, uma espécie de ideologia do Estado brasileiro”.

Para Gomes e Paixão, a visão freyriana sobre miscigenação racial e cultural teriam se somado à visão estatal visando ao crescimento da economia, como um dos principais fatores para o projeto de desenvolvimento do país. Ao se associar a industrialização, o falso ideal de democracia racial contribuiu na transição do período imperial para o capitalista, reduzindo os resquícios do sistema escravista. O mito da democracia racial incorporou todo o imaginário de grande parte da população brasileira, fortalecendo a mentalidade racista por trás do discurso “somos todos iguais”, contribuindo na manutenção da ordem no pós-abolição e também nas esferas de segregação racial.

A interpretação freyriana cultural do mito da miscigenação, teria duas contribuições principais para o projeto nacional desenvolvimentista, de acordo com Gomes e Paixão ao permitir a expansão econômica sem desencadear conflitos étnico-raciais e a formação de uma classe trabalhadora homogênea:

“Deste modo, o modelo desenvolvimentista acabou sendo forjado utilizando como motor ideológico o próprio mito da democracia racial. Ou seja, o ideário mítico da mestiçagem, ou da morenidade, produto sincrético da fusão das três raças originárias formadora do povo brasileiro, acabou sendo utilizado instrumentalmente pelas elites brasileiras como um instrumento mobilizador do desenvolvimento e do progresso”. (PAIXÃO e GOMES, 2007/2008:183)

Antes de adentrarmos as questões que relacionam a ditadura militar com o mito da democracia racial, é importante separarmos alguns parágrafos para expormos as reflexões teóricas de Kabengele Munanga (2008) e sua contribuição para o enriquecimento de nossa pesquisa. Munanga compartilha da mesma perspectiva sobre a

construção do ser brasileiro, da nação, traduzindo uma unidade étnico-racial em contrapartida ao apagamento e silenciamento das tradições e identidades indígenas e africanas de nossa cultura. Trata-se, basicamente, de um modelo de miscigenação sincrético, assimilacionista, exercido e imposto pela nossa elite política e militar.

Munanga analisa a criação do nacional, dando ênfase à questão do branqueamento como principal ideal do propósito da miscigenação. É como se fosse um ideal final a ser buscado pela população não-branca em nossa sociedade, enquanto oferece à população branca uma falsa legitimidade ao ocupar posições e cargos privilegiados:

“No nosso entender, o modelo sincrético, não democrático, construído pela pressão política e psicológica exercida pela elite dirigente, foi assimilacionista. Ele tentou assimilar as diversas identidades existentes na identidade nacional em construção, hegemonicamente pensada numa visão eurocêntrica (...) Por outro lado, o processo de construção dessa identidade brasileira, na cabeça da elite pensante e política, deveria obedecer a uma ideologia hegemônica baseada no ideal do branqueamento. Ideal esse perseguido individualmente pelos negros e seus descendentes mestiços para escapar aos efeitos da discriminação racial, o que teve como consequência a falta de unidade, de solidariedade e de tomada de uma consciência coletiva, enquanto segmentos politicamente excluídos da participação política e da distribuição equitativa do produto social”. (MUNANGA, 2008: 4)

A partir de nossa miscigenação direcionada psicologicamente pelo ideal de branqueamento, Munanga expõe em seus escritos a forma como se materializa em nosso cotidiano o mito da democracia racial, no qual a cor e a classe social são fatos ambíguos. No contexto brasileiro, quando uma pessoa negra ascende economicamente isso pode levá-la a cultivar mais os padrões culturais eurocêntricos e a integrar os mesmos espaços de lazer e convívio dos brancos, com a finalidade de escapar da própria discriminação racial.

Diferente de outras realidades sociais, como as do apartheid sul-africano ou do caso norte-americano, no caso brasileiro a construção do mito da democracia racial tem uma via de mão dupla. Ao mesmo tempo que é um obstáculo para a solidariedade e

coletividade organizativa da população negra, procura apagar sua identidade, ao passo que o padrão de miscigenação caminha em direção ao branco, ao branqueamento.

Destacamos a partir destes acúmulos a ambiguidade da discriminação racial brasileira. O racismo praticado no cotidiano incide de forma não-linear na sociedade segundo o clareamento do tom da pele, conduzido pela expectativa do branqueamento – quanto mais claro for o tom da pele, melhor – identifica como branco o “mulato” mais claro, afirmando a discriminação racial. Por conseguinte, não aceita a identidade negra em sua essência, dando preferência à integração ao padrão branco:

“Nos Estados Unidos, onde o preconceito enfatiza a origem, a identidade de um indivíduo ou de um grupo será construída com base na origem racial fundada no princípio de hipodescendência. No Brasil, onde a ênfase está na marca ou na cor, combinando a miscigenação e a situação sociocultural dos indivíduos, as possibilidades de formar uma identidade coletiva que aglutina “negros” e “mestiços”, ambos discriminados e excluídos, ficam prejudicadas (...) Se, de um lado, a expectativa da miscigenação brasileira é discriminatória porque espera que os negros clareiem em vez de aceitá-los tal qual são, de outro ela é integradora como mecanismo de miscigenação”. (MUNANGA, 2008:6)

Na nossa pesquisa adotamos essa visão teórica crítica sobre a questão do branqueamento e sua forma de atuação na miscigenação brasileira. O branqueamento atua psicologicamente sobre grande parte da nossa população, fazendo com que os indivíduos procurem se integrar culturalmente aos padrões do grupo étnico racial dominante. O branqueamento, além de operar essa integração, nega a existência de uma desigualdade econômica e social entre brancos e a grande maioria dos negros, criando expectativas de que as desigualdades se resolvam a partir da integração cultural, apagando as identidades étnico-raciais dos dominados e proporcionando uma falsa legitimidade aos favorecidos.

Para evidenciar a relação intrínseca, entre o mito da democracia racial e a ideologia da cúpula militar durante o período da ditadura, nos embasaremos nos resultados da pesquisa da professora Thula Pires (2015) contidos no relatório “Colorindo Memórias e Redefinindo olhares: Ditadura militar e racismo no Rio de Janeiro” e também nas provocações trazidas por Karin Sant’Anna (2007) em sua tese de doutorado. Após discutir essas contribuições, conseguiremos visualizar melhor as relações que a Doutrina

de Segurança Nacional (DSN) teve com a teoria da democracia racial durante a ditadura militar.

Importante destaque que a supressão de qualquer debate crítico sobre a desigualdade racial no país, já era foco da instituição militar desde a Era Vargas. A noção que embasa a DSN começou a ser desenvolvida nesse período, uma visão que considerava o debate sobre relações raciais poderia se tornar um grande gerador de conflitos que poderiam atrapalhar e desestabilizar a harmonia racial no país. Conforme discutiremos mais à frente, era uma grande preocupação dos militares durante a ditadura iniciada em 1964 que o Brasil mantivesse uma imagem de verdadeiro paraíso racial frente à comunidade internacional:

“Neste Relatório, o capítulo sobre as conexões internacionais da ditadura militar argumenta que ela adotou, em sua política exterior, um isolacionismo em relação ao Direito Internacional dos Direitos Humanos. O governo não desejava sofrer fiscalização internacional nessa área, o que levaria a um desmascaramento da imagem que tentava impor de ter sido fruto de uma “revolução” “democrática”, ou de ser algum tipo de democracia, como sustentavam os oficiais e os intelectuais do regime”.²

Os militares possuem muito apreço pela manutenção da ordem na sociedade, seguindo a perspectiva de obediência plena de todas as normas ditadas por eles. A ordem se apresenta por um complexo sistema de regras a serem implantadas autoritariamente. Sendo assim, contestar a suposta harmonia racial da sociedade brasileira era provocar a desordem. Um dos protocolos seguidos à risca pela DSN, consistia em tratar os discursos que fomentavam o debate sobre racismo vinculados ao comunismo, e por isso deveriam ser extinguidos dentro da guerra de valores, ou “guerra psicológica adversa, que os comunistas supostamente incentivavam:

“A vigilância era acompanhada da desqualificação das reivindicações contra a discriminação racial, tratando-as como tentativas de criar antagonismos no país. De acordo com a doutrina de segurança nacional, tratarse-ia da “guerra psicológica adversa” que os subversivos comunistas adotariam na primeira fase da “guerra revolucionária”. Na 148^a Audiência Pública da Comissão da Verdade Rubens Paiva, no dia 3 de novembro de 2014, o pesquisador Pádua

² Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, parte 2, página 5.

Fernandes analisou documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI) que negavam a existência de racismo no país, alegando que se tratava de “invenção” da esquerda”.³

Transcrevemos aqui um texto da lei de Segurança Nacional de 29/09/1969, retirado da tese de Kossling, assim permitindo não restar dúvidas quanto ao enquadramento da questão racial como crime pela legislação militar:

“ (...) considerava crime ofender moralmente quem exerça autoridade, por motivos de faccionismo ou inconformismo político social, ofender a honra e a dignidade do Presidente da República, do vice – presidente e outros dignatários; incitar a guerra, a subversão, a desobediência das leis coletivas, a animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou instituições civis; a luta de classes, a paralisação de serviços ou atividades essenciais, ao ódio ou a discriminação racial”. (KOSSLING, 2007:21).

A ditadura militar norteou-se teoricamente pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), construída e organizada pela Escola Superior de Guerra (ESG). A ESG teve início em 1949, contando com apoio de franceses e norte-americanos, e possuía foco no treinamento de pessoal visando o planejamento da segurança nacional. A ESG funcionou primeiro como uma das bases formuladoras das teorias que permearam a política de segurança nacional, e posteriormente durante a ditadura militar institucionalizou e disseminou a DSN em todo aparato repressivo do Estado brasileiro.

Por conseguinte, a DSN possuiu como objetivo de atuação, além de fortalecer o poder dos militares nacionalmente, organizar e projetar o desenvolvimento econômico do país. Os conceitos trabalhados pela ESG orientaram toda a mentalidade da ditadura militar brasileira, orientação esta que já era idealizada antes durante o período do governo de Getúlio Vargas e a criação das Leis de Segurança Nacional.

O fim da II Guerra Mundial e início da Guerra Fria foi marcado pela bipolaridade entre o bloco dos países capitalistas, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco socialista liderado pela URSS. Este fator de tensão na conjuntura durante o segundo governo Vargas, foi um fator central para a implantação da DSN no Brasil:

³ Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, parte 2, página 7.

“Esta bipolaridade foi o contexto central para a formulação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN); iniciativa que teve duas vertentes de formulação: a norte-americana e a francesa. Nos Estados Unidos, a National War College foi a grande responsável por elaborar não só uma linha política para a atuação dos norte-americanos junto aos demais países do mundo, mas também e, especialmente, como uma forma de ação “sobre como deveria ocorrer a cooptação de governos e forças armadas de todas as Américas, por sua política externa, a cargo do Departamento de Estado, para que tal objetivo fosse conseguido”. (BUENO, 2014:49)

Isto posto, a ideia de segurança nacional fomentada dentro da DSN delineava a concretização dos objetivos de fortalecimento do poder, e do desenvolvimento econômico, contra os antagonismos que pudessem ameaçar a ordem interna, como no caso já citado, as organizações comunistas:

“A DSN se baseou, portanto, na construção ideológica de uma ameaça interna e externa que precisava ser combatida. Assim, será pautada a deturpação da tradição marxista e a difamação do socialismo e dos socialistas, colocando como ameaça todos aqueles condizentes com o ideário revolucionário, sendo que a caracterização de subversivo será taxada como adjetivo para criminosos perigosos que tentam corromper os “cidadãos de bem”. (BUENO, 2014:53).

Assim com Thula Pires, Karin Sant’Anna Kossling contextualiza em sua tese a relação de convergência que os militares fizeram entre comunistas e o movimento negro, na perspectiva de que promover o afloramento dos antagonismos sociais seria o mesmo que fomentar a “comunicação da sociedade”. Dessa forma, na visão dos militares durante a ditadura, o movimento negro foi amplamente cooptado pelos militantes comunistas (KOSSLING 2007).

Em nosso estado do Rio de Janeiro, um importante exemplo destacado na pesquisa de Thula, foi da aproximação do MR-8 com os discursos presentes nas lutas antirracistas:

“Conforme afirmado anteriormente, havia uma associação – pelo regime –

entre luta contra o racismo e deturpação da ordem, além do perigo de que as lutas fossem apropriadas pela propaganda comunista e gerasse o fortalecimento da militância de esquerda, como o exemplo citado do MR-8 que teria passado a aderir alguns slogans antirracismo. Havia ainda a preocupação de que esses movimentos fossem o resultado de influência/infiltração externa que, além de tumultuar a ordem interna e manipular massas “ingênuas”, seriam capazes de gerar uma campanha “antibrasileira” no exterior”. (PIRES, 2015:24)

Nos documentos internos dos aparelhos militares, da Agência Central do Serviço Nacional de Informações e do Serviço Nacional de Informações, e na correspondência entre ambos, percebemos nitidamente a preocupação dos militares com os discursos das organizações de esquerda e intelectuais negros, que apontavam a descrença da desigualdade racial no Brasil. Em um desses trechos, presente na “Informação 437/74 da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça”⁴ fica caracterizado o quanto a doutrina de segurança nacional se utilizava do mito da democracia racial para influenciar ideologicamente e promover seu nacionalismo:

“Existe no BRASIL, já há alguns anos, embora com certa raridade, a intenção velada do movimento subversivo em suscitar o problema da discriminação racial, com o apoio dos órgãos de comunicação social. [...] Pela análise realizada pelos Órgãos de Informações, em 1971, conclui-se que indivíduos inescrupulosos e ávidos, para aumentarem as vendas de seus jornais ou revistas, e outros, principalmente por estarem ligados ou viverem na subversão ou terrorismo, estavam constantemente, difundindo boatos e notícias que exploravam o assunto (...) O assunto se presta à ideia-força do movimento subversivo-terrorista, por ser sensível à nossa população e contrário à formação brasileira. É explosivo e aglutinador, capaz de gerar conflitos e antagonismos, colocando em risco a segurança nacional”. (PIRES, 2015:7).

Podemos assim constatar, que a democracia racial funcionou como um motor para a propagação do nacional-desenvolvimentismo na ditadura militar. Como ideologia constituída no cerne da ditadura militar, era interesse dos militares que o Brasil apresentasse ao mundo e principalmente as organizações que defendiam os direitos

⁴ Disponível no Arquivo Nacional: AC ACE 78482/74, CNF, I/I.

humanos, a imagem ilusória de ser um “paraíso racial” para os brasileiros. Este falso ideal era uma questão importante dentro do programa da Doutrina de Segurança Nacional:

“Dentro da Doutrina de Segurança Nacional da época, além de representarem um perigo interno à ordem pública, havia efeitos externos indesejados pelo regime nesse processo de articulação. Apesar do controle interno cerrado e das violências efetuadas contra negros pelo regime militar, no plano externo interessava ao Brasil blindar-se de interferências relacionadas à violação de direitos humanos por parte de organizações internacionais que, no que diz respeito especificamente à questão racial estavam bastante atentas aos processos de independência africanos, movimento por direitos civis nos EUA e regimes instituídos de apartheid como o da África do Sul (...) Assim, a possibilidade de que os movimentos internos de contestação das desigualdades raciais repercutissem externamente era entendida como uma espécie de “campanha antibrasileira no exterior”. (PIRES, 2015: 9)

Outra evidência apontada por Pires quanto às preocupações dos militares, refere-se as mobilizações políticas culturais que visassem a afirmação das identidades negras e a denúncia do racismo. As associações, entidades ou clubes que tratassesem desta perspectiva política, principalmente a partir da década de 1970, entraram na mira dos militares. O Exército passava a monitorar as associações e a tratar com certa preocupação o movimento negro e seus intelectuais como Lélia Gonzales e Abdias Nascimento, ficando ao cargo do Departamento Geral de Investigações Especiais, operar este controle.

Registrados aqui a apreensão dos militares com o movimento negro em Volta Redonda, chegando a apontar com preocupação as ações do Clube Palmares, juntamente a outros clubes e entidades do estado do Rio de Janeiro como entidades engajadas na luta do movimento negro:

“O início dos anos 70 testemunhou o aumento da preocupação do regime militar com os processos de articulação político-cultural que desembocou em 1978 na fundação do Movimento Negro Unificado. O Estado do Rio de Janeiro foi o celeiro de muitas dessas iniciativas, devidamente controladas pelo Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE). Em documento datado de 09 de setembro de 1982, consta o monitoramento da Reunião do Grupo União e Conscientização Negra (GRUCON) realizada em Goiânia. Nele o agente destaca na área do Rio de Janeiro sete entidades engajadas na luta do

Movimento Negro: 1- Movimento Negro Unificado (MNU), 2- Grupo de União e Conscientização Negra (GRUCON), 3- Movimento Negro da Baixada (MNB), 4- Clube Palmares (Volta Redonda/RJ), 5- Grupo de Danças OLORUM BABA MIM, 6- Associação Cultural Afro-Brasileira e 7- Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) ”. (PIRES, 2015:25).

Por conseguinte, a formação sócio econômica em nosso país, advinda do processo de modernização periférica e do capitalismo sendo desenvolvido a partir de uma sociedade escravista, gerou uma indústria de controle, estratificação e extermínio dos operários negros. Esta pesquisa se faz importante ao compreender um período onde a violência racial acaba sendo escamoteada, pelos demais crimes de coerção física e psicológica promovidos por regimes ditatoriais, e onde o Estado se torna o principal violador de direitos humanos, atuando através das instituições e empresas públicas:

“Isso porque, tende-se a dar mais atenção às arbitrariedades do Estado sobre corpos negros em períodos democráticos ou épocas nas quais haja resguardo formal dos direitos e garantias fundamentais. Os seus impactos em períodos ditatoriais e totalitários tendem a ser escamoteados pelas demais violências promovidas pelos regimes como os dessa natureza. E como está-se diante de uma violência estrutural, presente e ressignificada até os dias atuais, é como se esse não fosse propriamente um problema da ditadura militar. No entanto, o racismo como fonte política de Estado, historicamente empreendida para o controle e o extermínio das populações negra e indígena na América Latina (FLAUZINA, 2008) é também um problema da ditadura militar, que precisa ser enfrentado com responsabilidade por aqueles que pretendem produzir memórias que rompam com desumanidades continuadas e com estruturas institucionais marcadamente racistas”. (PIRES, 2015: 16).

- Escravidão, avanço do industrialismo e a questão do trabalho livre

As esferas de segregação racial e suas práticas racistas de subordinação da população negra, não foram dissolvidas pelo industrialismo. Longe de dissolvê-las, o modo de operar do sistema capitalista industrial aperfeiçoou o padrão de subordinação racial na sociedade como um todo. Após o período da abolição e início da República, com a expansão do industrialismo a partir de 1930, raça não deixou de ser um atributo socialmente sem consequências na sociedade brasileira contemporânea:

“O escravismo não apenas condicionou a estrutura de classes e o sistema de disciplina de classe e de raça aos quais toda a população livre estava sujeita, mas também influenciou o destino social dos escravos alforriados e dos não brancos nascidos livres, sob vários aspectos. Como foi mencionado anteriormente, por exemplo, a precária estabilidade do escravismo brasileiro durante o período colonial levou à manipulação estrutural de divisões étnicas e raciais dos escravos e da população livre, através da cooptação social e da criação de estratos sociais”. (HASENBALG, 2005: 77)

A perspectiva de mobilidade socioeconômica e ocupacional dos recém-libertos e pessoas de cor negra era ditada de acordo com os interesses das elites políticas e pela variante da imigração, podendo ser retardada a mobilidade ou acelerada de acordo com a disponibilidade de cargos nos serviços. Podemos dividir em dois termos teóricos, que se relacionam dialeticamente, o tipo de estratificação em nossa sociedade: estratificação sócio-racial e estratificação socioeconômica.

A estratificação socioeconômica correlaciona-se a questões como mobilidade e prosperidade econômica ou ocupacional. Em uma sociedade pluriracial como a nossa, limitar-se a esse conceito teórico seria simplista e raso, pois é necessário evidenciar esferas de estratificação étnico-racial. A estratificação sócio-racial expõe a intencionalidade que os atores brancos da nossa elite, por meio de representações ideológicas e subjetivas, operam para hierarquizar e categorizar socialmente os grupos étnico-raciais (HASENBALG, 2005:73): “(...) o predomínio da estrutura sócio-racial sobre a estratificação socioeconômica é um traço essencial de todas as sociedades multiraciais”.

Ao analisarmos neste projeto as relações raciais no Brasil pós-abolição, com base na bibliografia discutida neste capítulo, pretendemos nos opor à linha de raciocínio que considera as relações raciais após o início do industrialismo somente como heranças do passado colonial. As questões que necessitam ser formuladas para evidenciar as esferas de segregação étnico-raciais no Brasil pós-abolição precisam abranger a persistência de uma estratificação racial dentro de um sistema de estratificação social, em relação direta com as vantagens e ganhos materiais ou simbólicos auferidos pelo grupo dominante.

A partir do momento que existe uma ordem social formada, contendo uma superposição definida de uma etnia em detrimento de outra etnia, as práticas racistas podem ser preservadas por meio dos privilégios e da dominação dos brancos, como acontece no caso brasileiro. O processo de abolição causou um novo arranjo operado pelas elites brancas, dentro das estruturas de classes sociais na sociedade brasileira, no qual os grupos brancos se beneficiam mais com a subordinação e marginalização da população negra.

Consequente, a persistência da estratificação racial na sociedade brasileira no industrialismo tardio e as novas formas de discriminação raciais após o fim do escravismo não podem somente ser abordadas apenas a partir de evidências do nosso passado colonial. Devem ser procuradas evidências nos diversos interesses dos grupos brancos que obtém vantagens com a estratificação racial. Hasenbalg matiza esses pontos didaticamente:

“Outrossim, os componentes tradicionais das relações raciais não permanecem intactos após a destruição do escravismo. As sobrevivências do antigo regime são elaboradas e transformadas dentro da estrutura social modificada. A sociedade capitalista transforma o significado da raça como dimensão adscritiva, dentro de um sistema de estratificação e mobilidade social em que a competição e atributos adquiridos são enfatizados. A sociedade de classes confere uma nova função ao preconceito e discriminação raciais: as práticas racistas, sejam ou não legalmente sancionadas, tendem a desqualificar os não brancos da competição pelas posições mais almejadas, que resultam do desenvolvimento capitalista e da diferenciação da estrutura de classes”.

(HASENBALG, 2005:84).

A novas relações construídas pelo sistema capitalista industrial, não diluíram a discriminação racial como teorizaram alguns liberais. Pelo contrário, os métodos, operações, aparatos e ferramentas advindos da industrialização foram moldados conforme o padrão já existente das relações raciais. A nossa elite política, burguesa e o alto escalão militar, provinham da ordem racial dominante, em grande maioria composta por homens brancos, com isso não apenas compartilhava das mesmas premissas discriminatórias racistas, mas da própria ideologia da democracia racial difundida no imaginário simbólico, por razões de interesses próprios para perpetuar a manutenção de privilégios: “o aparato industrial adota a forma da ordem racial dentro da qual tem que se operar” (HASENBALG, 2005:87).

A divisão hierárquica e sexual do trabalho no sistema capitalista, efetua a sua legitimização do controle cotidiano sobre o processo de trabalho, a partir da sua estrutura de autoridade da empresa - englobando bonificações, remunerações, privilégios, mudanças de cargos – que age intrinsecamente relacionada a manutenção das distinções adscritivas e simbólicas da ordem racial vigente. De acordo com Hasenbalg, na maioria das vezes o empregador é o decisor ativo, sendo ele quem interpreta ou concorda unilateralmente com as outras fontes de discriminação, por causa de sua preocupação dominante com o lucro (HASENBALG 2005).

O racismo é um dado objetivo da sociedade brasileira, sendo operado no interior da estrutura ocupacional. As decisões e execuções que visam manter os privilégios das classes que detém os meios de produção, não são simples decisões econômicas racionais, a estrutura sistemática industrial segue a lógica estrutural do racismo presente na organização social.

O capitalismo industrial reproduz internamente nas suas empresas, as práticas e ações ideológicas e políticas que orientam as relações raciais entre as classes na sociedade brasileira pós abolição. O desenvolvimento industrial formula, através da divisão do trabalho, uma renovação na forma colonial da divisão racial do trabalho:

“A raça é assim mantida como símbolo de posição subalterna na divisão hierárquica do trabalho e continua a fornecer a lógica para confinar os membros do grupo racial subordinado aquilo que o código racial da sociedade define como seus lugares apropriados. Portanto, o reembarelhamento das pessoas produzido pela operação da indústria apenas reproduz a posição subordinada das minorias raciais na estrutura social”. (HASENBALG, 2005:90).

Propomos nesta pesquisa interpretar a exploração e controle racial como um aspecto da proletarização do trabalho, e os antagonismos raciais como conflito de classe. O racismo estrutural impõe uma baixa mobilidade social aos operários negros, sendo

necessário que o estudo da estratificação social seja analisado relacionado com as estruturas e processos condicionantes, e não como um sistema autônomo.

No interior das empresas, o processo da divisão social do trabalho forma as hierarquias que conduzem o arranjo distribuições de cargos e remunerações, que por sua vez são orientados não somente pela capacidade técnica, mas também de acordo com as diretrizes de dominação ideológica e política. Interpretamos que para o sistema capitalista, as bonificações e recompensas materiais possuem uma importante atuação funcional, ao conservar as relações de exploração no interior das empresas:

“Preconceito e discriminação raciais são, nesta perspectiva, mecanismos manipuladores utilizados pelas classes dominantes capitalistas a fim de explorar as minorias raciais e dividir o proletariado. O racismo e o preconceito, como epifenômenos de relações econômicas, são inerentes e necessários à preservação do capitalismo”. (HASENBALG, 2005:116).

Portanto, um erro recorrente de nossa historiografia foi considerar a população negra como uma classe trabalhadora estagnada. Desde a abolição, a população negra esteve na retaguarda do capitalismo industrial, como bem aponta Hasenbalg: “Com o movimento das áreas de plantação para favelas e guetos citadinos, os negros, longe de penetrarem no cerne da classe trabalhadora industrial, aglomeravam-se em torno de suas camadas inferiores em mercados instáveis e irregulares de trabalho não qualificado” (HASENBALG, 2005:116).

A preservação do racismo serve aos interesses daqueles que tiraram proveito se beneficiam para manter seus privilégios. Os aspectos étnico-raciais estão relacionados a subordinação na formação das classes sociais. O racismo enquanto um sistema ideológico, de práticas materiais discriminatórios, opera de forma incisiva na posição ocupada pela população negra nas relações de produção capitalistas.

Os negros após a abolição da escravidão, ocuparam posições variadas nas relações de produção. Historicamente, nas relações capitalistas a população negra ocupava posições periféricas na comparação com os centros mais dinâmicos do desenvolvimento capitalista. A grande maioria dos escravos recém-libertos, tiveram sua força de trabalho explorada com arrendatários, assalariados industriais ou de serviços: “ Seja como for, a população negra tem sido explorada economicamente; os exploradores foram principalmente classes ou frações de classes economicamente dominantes brancas, indo de rentistas da terra até o capital monopolista” (HASENBALG, 2005:121).

A questão principal analisada em nossa pesquisa é a relevância do racismo como um fator importante para as oportunidades de mobilidade social vertical diferenciada entre brancos e negros, na alocação das posições sociais, e o quanto o nacional-desenvolvimentismo potencializou a democracia racial para operar esse sistema de privilégios. Concluímos que a perpetuação das desigualdades raciais a partir do fomento da industrialização no Brasil resulta de um somatório da herança do escravismo e da operação contínua de princípios racistas.

Antes de contextualizarmos as experiências do período estudado, iremos exemplificar outros contextos do pós-abolição, que enfatizam a proletarização da população negra e evidenciam o início de uma classe trabalhadora a partir da agência dos escravos recém-libertos do final do séc. XIX e início do séc. XX que oferecem contribuições complementares para o embasamento das nossas análises.

A transformação que a revolução industrial ofertou aos grandes fazendeiros e empresários, por meio de transportes de cargas em navios a vapor, estradas e linhas férreas, gerou grande aumento nas possibilidades de expandir ainda mais os ganhos de capital. O pós-abolição mesclava o trabalho imigrante, escravo, a pequena produção e a mão-de-obra familiar. A opção pelo trabalho escravo contribuía nos ganhos e na concentração de capital, consequentemente, para os proprietários das produções o trabalho escravo lhes permitia se apropriarem de uma parte do excedente da produção.

Blackburn aponta que os cativos comprados pelos proprietários eram em sua grande maioria adultos e jovens com experiência no trabalho agrícola coletivo, sendo os métodos de coerção física que os prendiam ao escravismo nas fazendas: “O boom das *plantations* do século XVIII havia estimulado um ‘proletariado picaresco’ de artesãos, empregados assalariados, trabalhadores gráficos, pequenos agricultores, marinheiros, estivadores, migrantes e aventureiros” (BLACKBURN, 2016, 41).

Considerando as contribuições dos trabalhos já mencionados no que diz respeito à relação entre escravidão, racismo e capitalismo, podemos agora voltar a formular algumas questões clássicas da história do trabalho no Brasil numa nova perspectiva: havia uma inexperiência organizativa do operário brasileiro no século XIX? Foram somente os operários imigrantes de ideais anarquistas que se organizaram coletivamente? Qual a participação dos cativos e descendentes de escravos na formação do movimento operário? Diante do racismo os operários negros criaram associações ou clubes para defender seus interesses e expressar-se culturalmente?

Por muito tempo, a historiografia do trabalho desconsiderou a participação dos negros no movimento operário na Primeira República, levando a uma defasagem nos registros sobre a investigação dos conflitos raciais e estratificação racial no meio operário, que também afetou os estudos sobre o restante do século XX. Buscamos matizar este ponto, evidenciando que o racismo estrutural que atingiu os operários no período da ditadura militar, é recorrente em outros períodos da história do trabalho brasileiro, consequente da forma como ocorreu a proletarização do negro desde o pós-abolição. Silvia Lara, em “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, nos levanta provocações pertinentes:

“A maior parte dos autores que tratam da história do trabalho no Brasil costuma iniciar sua análise no final do século XIX ou mesmo nas primeiras décadas do século XX. Identificada com a história do trabalho livre (assalariado), a história social do trabalho no Brasil contém, em si mesma, um processo de exclusão: nela não figura o trabalhador escravo. Milhares de trabalhadores, que durante séculos, tocaram a produção e geraram riqueza no Brasil ficam ocultos, desaparecem num piscar de olhos”. (LARA, 1998:26)

Lara trabalha didaticamente a reflexão acerca, da visão estagnada e espasmódica da historiografia e sociologia, que trabalhou a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre de maneira simples e sem profundidade. Essa perspectiva utilizou – se do termo substituição para tratar do fim da escravidão e da entrada em cena do trabalho livre, tratando o habitus da escravidão como algo sem tradição e anseios destituídos pelo tráfico.

Para nos auxiliar nas reflexões acerca do processo de formação da consciência de classe a partir das experiências concretas de trabalhadores rurais e descendentes de escravos, incorporamos elementos das conclusões e indagações resultantes dos trabalhos de autores como Lívia Cintra Berdu (2019, 2020), Melina Kleinert Perussatto (2018), Carlos Eduardo Coutinho (2014) e Antônio Luigi Negro e Flávio Gomes (2006). Berdu questiona a historiografia que, focando somente no operário fabril, deixou de fora de suas reflexões os trabalhadores que exerciam tarefas em diversos outros contextos: rurais, autônomos, temporários e terceirizados.

A inclusão de análises sobre o funcionamento das diversas formas de venda de mão-de-obra propiciou que o trabalho escravo fosse incorporado às recentes pesquisas da historiografia social do trabalho. Outro ponto metodológico importante frisado por Berdu diz respeito ao recuo no recorte cronológico das pesquisas, saindo da prevalência de estudos sobre a formação dos operários a partir do início da República, com ênfase na crescente difusão dos ideais anarquistas no Brasil e na posterior fundação do PCB:

“Tal fato está ligado também ao questionamento dos antigos marcos cronológicos impostos na pela historiografia às pesquisas sobre a classe trabalhadora, como o final da escravidão em 1888 ou o início da Primeira República em 1889, dando espaço agora a uma “ampliação inversa, rumo ao passado, da cronologia inicial dos estudos do trabalho”. (BERDU, 2019:4).

A oposição entre escravidão e trabalho livre, somada às teorias da substituição – de trabalhadores escravos por imigrantes – reforçavam ideias simplistas dos escravos como seres coisificados, sem organização e sem formas de resistências, diferentemente dos europeus. Dessa forma, apagava-se o arranjo que unificava tanto os trabalhadores libertos quanto os imigrantes enquanto sujeitos explorados pelo mesmo sistema.

A partir do instante em que a venda da força de trabalho passou a seguir as exigências do sistema capitalista, podemos abranger dentro da concepção de classe trabalhadora os escravos que são vendidos por outros junto com seu trabalho, trabalhadores livres que vendem seu trabalho ou mesmos situações complexas, como por exemplo os escravos de ganho ou de aluguel, ressaltando e refletindo simultaneamente sobre suas peculiaridades.

Em seus textos, Berdu reflete sobre a nascente organização dos trabalhadores no Rio de Janeiro, nas passagens do séc. XIX para o séc. XX. Um de seus focos, foi a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, analisando as experiências e agências dos trabalhadores da zona portuária da cidade. Analisando aquela conjuntura, a autora se debruçou sobre as convergências entre trabalhadores escravizados, libertos e europeus e suas formas de organização.

Berdu utilizou o Censo para melhor descrever o cenário heterogêneo dos proletários daquela época, mostrando que mesmo declinando proporcionalmente, a zona portuária possuía 30,8% do total de habitantes da cidade em 1872 (84.669), e ainda correspondia a 20% do total de habitantes em 1906 (170.342). Destaca-se ainda a grande proporção de negros na região portuária, que correspondia a 27% do total da população negra do Rio de Janeiro em 1890 (BERDU, 2020).

Neste cenário que surge a “Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café”, em 1905, aglutinando um diversificado campo de trabalhadores: diaristas ou empregados nas casas de café, trapiches nos carregamentos das carroças e os capitães que comandavam os grupos, organização esta que participou de uma das primeiras greves da cidade no ano seguinte. Seu modelo orgânico de funcionamento, remetia as práticas do escravismo:

“(...) diferentemente dos estivadores, que se organizaram pela base e em seguida encaixaram os contramestres, os trabalhadores de tropa sindicalizaram-se através da direção de um capitão, formalizando em uma instituição as bases informais das turmas de trabalho erguidas no tempo da escravidão (...) a composição étnico-racial da Sociedade Resistência era bastante marcada pelo período da escravidão, ou seja, grande parte dos seus

sócios eram negros, assim como os carregadores descritos pelos viajantes durante o século XIX, que em sua grande maioria eram escravizados ao ganho.”. (BERDU, 2020:4)

Em agosto de 1906 ocorreu uma paralisação geral no trabalho de carga e descarga de café, reivindicando principalmente um aumento nos seus salários. Com participação direta da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café tendo adesão de todos os operários envolvidos no sistema de comércio do café, indo desde os trapiches, aos carregadores, todo o trabalho portuário incorporando os setores cafeeiro e trapicheiro.

Perussatto em seu texto “A trajetória de Tácito Pires entre a história social do trabalho e do pós-abolição (Rio Grande do Sul, 1874-1939)”, organiza a problematização da cor da nossa incipiente classe trabalhadora, descrevendo o contexto da proletarização da mão de obra escrava, a partir das experiências e da trajetória de Tácito Pires, jornalista e tipógrafo nascido de ventre livre em Porto Alegre.

Neste ótimo texto, Perussatto retoma a provocação feita pelo professor Álvaro Nascimento sobre o paradigma da ausência do trabalhador negro. A sociedade brasileira foi estruturada na exploração do trabalho de maioria negra, seja composta de livres ou libertos. Consequentemente, se faz importante não apenas notar a cor dos operários, mas também problematizá-la:

“A partir de Pelotas e Rio Grande, ela identificou trabalhadores negros em associações de classe e de cor/raça e interpretou a dupla militância como produto do elevado racismo: era necessário lutar por direitos e contra a exploração capitalista, mas também combater o preconceito racial. Rodrigo de Azevedo Weimer, a partir do mundo do trabalho rural no litoral norte gaúcho no pós-abolição, explicitou a necessidade de se expandir os sujeitos do processo de formação da classe trabalhadora para além das lideranças urbanas. Os personagens citados neste artigo, portanto, constituem tão somente parcelas de um processo maior”. (Perussatto, 2018:45).

Tácito Pires aos 21 anos de idade iniciou sua trajetória de forma ativa no meio operário, ao participar da fundação da Liga Operária Internacional, em 1895. Perussatto aponta que uma das pautas internas dessa organização era a crítica à escravidão camuflada

de tutela perante o governador do estado na época. Tácito era o vice-presidente da Liga na época da sua fundação, sendo presidente Francisco Xavier da Costa, também negro. Isso caracterizava a Liga como uma entidade de atuação diversa, indo desde ações de inserção na imprensa operária daquela época, por meio do periódico *O Exemplo*, até a participação política nas manifestações alusivas ao 1º de maio a partir de 1897.

Por meio do estudo da trajetória de Tácito Pires, podemos visualizar a forma como a imprensa serviu de instrumento para racializar o debate naquele período. Dentro de uma sociedade racista e hierárquica, Tácito soube se organizar coletivamente, driblando obstáculos e procurando brechas para ter outras possibilidades de existência a partir da agência coletiva com os trabalhadores em Porto Alegre:

“Se nos jornais operários a raça se diluía no debate de classe, talvez porque poderia parecer óbvio a Tácito Pires o pertencimento do negro à classe trabalhadora, em *O Exemplo* (imprensa negra) a raça foi explicitamente articulada à classe e ao trabalho. O mundo do trabalho sempre esteve presente em *O Exemplo*, seja por meio de editoriais ou do constante reforço da existência do negro como trabalhador livre, virtuoso e honesto. Notamos que *O Exemplo* estava não apenas em sintonia com as correntes e disputas ideológicas dentro do movimento operário, como também as manejava dentro de seu projeto, racializando o debate”. (PERUSSATTO, 2018: 57)

Na Liga, idealizaram a construção de uma escola noturna, que receberia os filhos dos operários independe de cor, seria gratuita e livre de castigos, denotando uma nítida preocupação com a falta de instrução da população mais pobre:

“Atentemos por fim para o fato de a instrução aliada ao trabalho ter sido entendida como via de emancipação na diáspora negra, com sentidos um tanto distintos daqueles projetados por autoridades e intelectuais não negros. Na segunda página da edição de refundação de *O Exemplo*, houve o uso pedagógico da história de Booker Taliaferro Washington (1856-1915). Na contracapa da mesma edição, anunciou-se a intenção de se criar a Escola Noturna O Exemplo, deixando sugerida a influência do pensamento e do projeto de escolarização de Booker, bem como o desejo de, por meio de sua trajetória, mobilizar a audiência”. (PERUSSATTO, 2018: 53)

Carlos Eduardo Coutinho da Costa em “Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888 – 1940)”, analisa e descreve a migração da população negra – ex-escravos e seus descendentes – do Vale do Paraíba para a região Metropolitana do Rio de Janeiro. Coutinho nos traz reflexões que vão na contramão da historiografia, que não enxergava a população negra como detentora de uma consciência e coletividade próprias, que pudesse lhes fornecer ganhos e autonomia nas suas decisões. A principal crítica por Coutinho apontada neste texto, refere-se a historiografia que via como perda as tomadas de decisões durante a migração por parte da população que agora era ex-cativa.

Coutinho nos provoca a pensar a questão da modernidade e o negro, em construção simultânea diferente da perspectiva que coloca o negro apartado desse processo. O processo migratório não deve ser entendido na perspectiva que o coloca como resultado do fim da escravidão, ele é resultado do processo de organização e agência dos ex-escravos.

Esta perspectiva difere totalmente da ótica negativa que por anos subjugou a população negra, tomando-a como uma mera expectadora dentro do processo de industrialização e avanço do capitalismo no Brasil. O processo migratório está intimamente relacionado, a formação e proletarização da nossa classe trabalhadora contemporânea:

”Nos últimos anos da escravidão no Brasil, na região do Vale do Paraíba, vários proprietários conseguiram manter os libertos nas fazendas, alforriando-os em massa. Tentavam construir “laços de gratidão” com os trabalhadores, no intuito de organizar um verdadeiro “exército” de trabalhadores negros. Muitos desses grupos conseguiram permanecer nas fazendas por muitos anos, e vieram a formar o que hoje a Fundação Palmares reconhece como comunidades remanescentes de quilombolas, encontradas na região do Vale do Paraíba. Além disso, havia os que de alguma forma compraram pequenas propriedades e ali se estabeleceram, trabalhando como meeiros, parceiros, de empreitada, obtendo parte de sua subsistência através das pequenas roças. Em suma, no imediato pós-abolição, a maior parcela dessa população manteve-se no Vale do Paraíba”. (COSTA, 2015:106)

Os motivos para o processo migratório podiam ser desde a falta de terras para o arrendamento, fazendo com que alguns ex-cativeiros migrassem de fazenda em fazenda procurando emprego, enquanto outros libertos migravam para os centros em ascensão, com também a concorrência, em desvantagem, com os imigrantes. Por meio da leitura de jornais ou pelas redes de parentes e amigos, as informações quanto a terras livres e vagas de empregos era difundida entre a população negra no Vale do Paraíba, levando muitos a iniciarem uma nova vida na região metropolitana:

“A partir das questões levantadas, o próprio crescimento do subúrbio e da Baixada Fluminense pode ser repensado, não sendo apontado como um resultado direto da reforma Pereira Passos e consequente expulsão da população pobre do centro da capital federal, como afirmava José Murilo de Carvalho. Rafael Mattoso, por exemplo, demonstrou que o crescimento dessas regiões foi conectado à dinâmica própria de atração e não apenas um resultado da expulsão de pessoas do centro do Rio de Janeiro. O bairro de Madureira, por exemplo, suscitava interesse da população por conta do seu amplo comércio, enquanto Bangu crescia demograficamente em virtude da característica fabril”. (COSTA, 2015:111)

De acordo com Coutinho, a região da Baixada Fluminense aparece com um dos principais destinos da população descendente de escravos do Vale do Paraíba, de grande maioria jovens em busca de emprego. Em seu texto, podemos notar como a queda do café no Vale e o aumento da criação de gado foram fatores para a migração, onde a Baixada Fluminense iniciava suas primeiras exportações de laranja demandando gradativamente um aumento da procura de mão-de-obra.

Antônio Luigi Negro e Flávio Gomes em “Além de senzalas e fábricas: Uma história social do trabalho”, enriquecem o debate aqui proposto, ao defenderem a necessidade de se potencializar cada vez mais a relação de diálogo entre os estudos de escravidão e pós-abolição e os sobre trabalho livre e trabalhismo no século XX. Seguindo esta perspectiva, podemos superar a produção de uma historiografia restrita a uma classe operária branca, fabril, urbana e imigrante europeia.

Superar a visão engessada da nossa historiografia que não tornava os descendentes de escravos sujeitos de sua própria história exige incorporar em nossas análises que a

origem rural do proletário não foi um obstáculo para sua inserção na modernidade e nem empecilho para a formação de sua consciência enquanto classe operária. No contexto rural, os trabalhadores negros souberam emancipar a si mesmos coletivamente, e apesar do domínio senhorial, dispunham de conhecimento das leis para recorrer a aliados do governo e da própria burocracia.

Nesta perspectiva dialética, Luigi e Gomes caracterizam esta relação entre os trabalhadores negros e a legislação do Estado, indo além de proteger seus costumes em comum, para criar direitos novos e “incomuns”:

“Demonstraram, ainda mais, como os trabalhadores podiam levantar barreiras ao domínio senhorial ou patronal ao mesmo tempo em que se pensavam e se reproduziam como uma classe subalterna, sob uma hegemonia paternalista (em ambos os casos). Portadoras de dignidade à vida cotidiana de seus sócios, as organizações e as experiências que Chalhoub e Leite Lopes abordaram constituem evidências de que a emancipação dos operários é obra da própria classe operária. No Brasil oitocentista, isso significa dizer que – com ou sem liberdade jurídica – os trabalhadores haveriam de se defrontar com a inviolabilidade da voz de comando senhorial, num quadro de relações sociais tingidas de paternalismo, mas nem por isso removidas de lutas de classe). Rompendo com a lógica da dominação de classe – considerou Chalhoub (2001) –, trabalhadores negros e escravos apresentavam seu próprio conhecimento de como recorrer à lei e de como “encontrar aliados eventuais em setores do governo e da burocracia empenhados em submeter o poder privado dos senhores ao domínio da lei”. No pós-1930, a ideia de uma regulação das relações capital-trabalho por uma lei universal confrontou-se, constantemente, com valores e práticas cultivados com arbitrariedade (e na vida privada) pelas classes dominantes. Logo esse fenômeno foi notado em estudos sobre o Brasil “moderno”. (GOMES e NEGRO, 2006:219).

Neste movimento de empregar ações dentro da institucionalidade, os trabalhadores cativos e libertos moldaram uma consciência organizativa, de classe em constante aprendizado e mobilidade. Ao contrário do espectro estagnado por uma visão que os trata como um grupo estático e passivo, colocaram em prática o que foi afirmado pela renovação da escrita acerca do conceito de classe social: sendo um conceito histórico, gradualmente em transformação, uma classe diversificada, com características locais e de época.

Negro e Gomes enfatizam a importância de olharmos os fenômenos em nossa história, na perspectiva da “luta de classes sem classes”, expressão cunhada por Thompson. No caso, trata-se de questionar uma visão restrita da história do trabalho, analisando não somente o operário fabril, sindicalizado e de carteira assinada:

“Uma questão, de novo, em aberto é o significado de classe social, ou o que pode constituir a razão de não se delinearem classes num processo de lutas de classe. Isso porque a história dos trabalhadores extrapola definições rígidas ou pré-noções generalizantes. Se a investigação empírica e a análise se detiverem na classe trabalhadora aferrada ao “sentido marxista clássico” (o operariado de carteira assinada, braços cruzados e macacão), estamos fadados a raramente encontrá-la. Em outras palavras, aqueles fenômenos coletivos que não são urbanos, industriais, nem galvanizados por multidões sindicalizadas, podem ser perfeitamente fenômenos da história operária”. (GOMES e NEGRO, 2006:223)

As contribuições elencadas acima somam-se ao nosso objetivo de aproximar as experiências de coerção escravistas das relações sociais de produção no trabalho capitalistas, que emergem com o pós-emancipação e o avanço do industrialismo no Brasil. Buscamos assim preencher lacunas envolvendo os operários negros e o papel do branqueamento como instrumento ideológico do Estado ditatorial, a partir de uma investigação sobre o processo de mobilidade social dos trabalhadores da CSN.

Por meio das questões levantadas, a partir desse estudo regional, é possível matizar pontos a respeito da historicidade do processo capitalista industrial no Rio de Janeiro, e a complexidade das suas relações sociais de trabalho. O crescimento industrial e urbano, em uma sociedade onde o escravismo foi tão forte, não produz uma contradição estrutural, pelo contrário, ocorre uma congruência que resulta na manutenção e ampliação das desigualdades sociais exclucentes:

“E a questão não seria incompatibilidade de densidades urbanas com sistemas sociais escravistas. Esse foi o tema de vários estudos sobre a escravidão, principalmente nos Estados Unidos, quando se avaliava que o crescimento urbano produziria contradições estruturais com a escravidão. Não foi isso que aconteceu. Lá como cá, surgiram densas cidades com escravos e mesmo

cidades escravistas, dinamizando relações de produção. Destacam-se, em várias áreas, os setores de comércio, de abastecimento e de serviços com escravos ao ganho ou escravos de aluguel, sendo comum que senhores permitissem que seus escravos vivessem sobre si, mercadejando (quitandeiras, fruteiras, lavadeiras etc.), transportando cargas e realizando ofícios diversos (alfaiates, barbeiros, marceneiros, pedreiros etc.). Tais atividades econômicas geravam rendas imediatamente entregues aos senhores, descontadas quantias para os escravos se alimentarem e proverem sua sobrevivência básica. Não poucos escravos ao ganho moravam separados e longe do controle senhorial, só os encontrando semanalmente para depositar as rendas conseguidas com suas atividades. Alguns historiadores chegaram a sugerir que as quantias repassadas pelos senhores aos escravos ao ganho funcionavam como salário”.

(GOMES e NEGRO, 2006:226)

Por conseguinte, frisamos que não há sentido em persistir reproduzindo os argumentos que associam atraso técnico e trabalho dos escravizados e de seus descendentes. Experiências, costumes e tradições, precisam ter relevâncias nas investigações sobre a nossa história do trabalho, a fim de que não sejam mais perspectivas suprimidas pelo determinismo econômico, caminhando para cada vez mais por em destaque evidências das experiências no meio operário.

- Racismo estrutural e interseccionalidade

Para analisarmos a influência do racismo na estratificação social em nossa sociedade, neste caso um racismo institucional, é importante conceituarmos o termo étnico-racial. A identidade étnica de determinada sociedade é originada pelas interações sociais de grupos que a compõe, não podendo ser contextualizada apenas por definições endógenas. A etnia é definida por uma relação dialética entre a auto-definição de membros de um grupo e a definição imposta a outro grupo, um produto de interações e atos significativos: “É esta relação dialética entre as definições exógena e endógena da pertença étnica que transforma a etnicidade em um processo dinâmico sempre sujeito à redefinição e à recomposição” (BARTH, 2006: 142).

O racismo institucionalizado se configura quando algum grupo dominante em determinada sociedade desenvolve processos de rotulação e etiquetagem pelos quais o grupo dominado se vê atribuir, do exterior, uma identidade étnica. A problemática dessa relação dialética consiste em saber em que nível a definição imposta pelo grupo dominante deixa uma margem de liberdade para os grupos categorizados poderem definirem suas próprias identidades.

Por conseguinte, a definição das identidades étnicas raciais não se constitui de maneira natural, e sim de acordo com uma divisão culturalmente elaborada pelas interações sociais. Os julgamentos de pertença e os estigmas impostos pelos grupos dominantes variam de acordo com cada sociedade, sendo em grande medida determinados por símbolos e traços comportamentais. Em certas sociedades os estigmas criados podem partir do nome patronímico, e não dos traços fenotípicos como no caso brasileiro:

“Apesar das ondas bibliográficas e de imagéticas delirantes consagradas pelos ideólogos nazistas para a identificação racial dos judeus, é o nome patronímico, e não os traços fenotípicos, que representavam o índice mais imediatamente disponível para tal identificação. Acontece frequentemente o inverso, que índices fenotípicos sejam utilizados para discriminar indivíduos (...)”.
(BARTH, 2006: 151).

O termo raça não é estático, não podendo ser tratado como algo consolidado, seguro ou fixo. As circunstâncias e contextos históricos de cada período denotam um sentido específico ao termo raça. Camuflado por trás deste termo, se delineiam disputas e conflitos por poder, isso demonstra a historicidade do termo étnico-racial, que se constitui em um dos pilares da política e economia de nossa sociedade contemporânea.

Como apontado anteriormente, o racismo em nossa sociedade é sempre estrutural, alcançando todas as esferas socioeconômicas e culturais, moldando as relações pessoais, as dinâmicas e burocracias das instituições. O conceito de racismo estrutural destoa completamente da linha teórica que trata o racismo como algum tipo de anormalidade, ou seja, como um traço patológico da sociedade brasileira. O racismo fomenta as formas de

violência e desigualdade que modelam toda nossa vida, fornecendo sentido à lógica e às tecnologias que as reproduzem ao longo de nossa história.

Esta categorização ou classificação feita sob a égide étnico-racial que subjuga homens e mulheres é potencializada a partir do projeto colonialista dos países europeus. Camuflado sob o pretexto de levar a modernidade aos povos colonizados, sob a bandeira do iluminismo ancorado em ideais de liberdade e igualdade, o colonialismo materializou-se em uma prática brutal e violenta, totalmente antiliberal. Foi neste contexto que o termo raça emergiu e ganha contornos gradualmente seus contornos contemporâneos, como aponta Silvio Luiz Almeida:

“Ora, é nesse contexto que a raça emerge como um conceito central para que a aparente contradição entre a universalidade da razão e o ciclo de morte e destruição do colonialismo e da escravidão possam operar simultaneamente como fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea. Assim, a classificação de seres humanos serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, como uma das tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição de populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania”. (ALMEIDA, 2019:20)

A partir desses apontamentos, pretendemos seguir a linha de raciocínio que concebe o racismo estrutural como um sistema de práticas discriminatórias, conscientes ou não, que possuem a finalidade de criar privilégios as pessoas que pertençam ao grupo étnico racial dominante, que detém o poder político. A partir daí, as práticas raciais fluem por duas ramificações diferentes que se interrelacionam: o preconceito racial e a discriminação racial.

O preconceito racial pode ser descrito como o julgamento fundamentado em estereótipos, que podem resultar em práticas discriminatórias, como por exemplo considerar pessoas negras violentas. Para alienar e domesticar a maior parte da população, o colonialismo utilizou, além da coerção física, uma simbologia composta por estereótipos e pseudojustificações, buscando ocultar a relação da violência sofrida pelos homens e mulheres escravizados ou libertos com o racismo estrutural.

A discriminação racial se materializa na forma direta ou indireta. A discriminação racial direta é motivada pela condição racial, é o desprezo, a repugnância ostensiva feita a determinados grupos da sociedade, constituem ações deste tipo a proibição de entrada em países de determinada etnia, ou a imposição de algum tipo de tratamento que traga desvantagem. A discriminação racial indireta requer uma situação onde tanto o grupo discriminado, quanto o grupo que obtém vantagens em cima do racismo, não se dão conta das esferas de segregação racial que habitam.

Estes dois conceitos propostos, discriminação racial direta e indireta, são essenciais para contextualizarmos o racismo estrutural que incidiu sobre os operários negros da CSN durante a Ditadura Militar. As evidências apontadas são pautadas no próprio código institucional da empresa, onde o tempo de carreira era um fator de bonificação para os operários, de acordo com esse código, porém na prática havia uma baixa mobilidade social para os operários negros que passavam anos nos mesmos cargos insalubres, com baixos salários (evidenciaremos essa baixa mobilidade e a insegurança estrutural a que estavam expostos os operários negros no próximo capítulo):

“A consequência de práticas de discriminação direta e indireta ao longo do tempo leva à estratificação social, um fenômeno intergeracional, em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social – o que inclui as chances de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material – é afetado”. (ALMEIDA, 2019:23)

A desigualdade racial não é causada por ações isoladas de indivíduos ou grupos sociais, ela é fomentada e praticada porque as instituições são hegemonizadas por determinadas classes da nossa elite, composta majoritariamente por brancos, que impõe seus interesses usando dos mecanismos institucionais. Isso, delimitam condutas e padrões, fazendo com que a dominação pareça natural.

O racismo operado pelas instituições parte da ordem social vigente. Os conflitos raciais, as desigualdades raciais que se materializam, levam as instituições a terem sua

atuação moldada pela estrutura social, permeada por todos os conflitos sociais existentes. Os padrões e condutas impostos pelas instituições, no caso da empresa CSN, analisado nesta pesquisa demonstra a existência de esferas de segregação étnico-raciais em seu interior. Os privilégios de grupos minoritários de pessoas brancas ocorrem porque o racismo é parte da ordem social e não algo criado pela empresa. Nas palavras de Almeida: “as instituições são racistas porque a sociedade é racista”:

“Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (...) Nesse caso, as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de microagressões – piadas, silenciamento, isolamento etc. Enfim, sem nada fazer, toda instituição irá se tornar uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas. De tal modo que, se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas”. (ALMEIDA, 2019:32)

Procuramos frisar os argumentos teóricos que demonstram que o racismo é um processo histórico e político, que age direta ou indiretamente, criando esferas de segregação étnico-raciais de forma sistemática. As vias pelas quais o sistema capitalista reproduz as práticas racistas permeiam a organização política e econômica de nossa sociedade. O racismo não pode ser caracterizado apenas como uma patologia social, ou como um arranjo institucional. As práticas racistas são exteriorizadas em ações concretas, que ocorrem de forma intrínseca na estrutura social, que é aglutinada por uma relação dialética entre os explorados e os que detém o poder institucional.

Tanto o racismo quanto o sexismo se configuram em nossa sociedade como fenômenos complexos de poder, operados em um contexto de atribuição de diferenças categoriais por meio das características corporais, supostas certezas biológicas: “E por isso que atribuições de diferença de cunho racista ou sexista são geralmente atribuições de diferenças naturalizadas que exigem validade atemporal ou pelo menos por longos

períodos de tempo” (KERNER, 2012: 46). Na formação histórica em nosso país, a cor negra passou por um processo esteticamente degradante sendo associado a ela tudo que pudesse ser depravado e impuro, processo que se configurava como “normal” à medida que toda a população negra era destinada aos estratos mais inferiores da sociedade.

As formas racistas e sexistas de poder diferem daquelas que operam vinculadas a relações de classe ou produção (KERNER, 2012). Os problemas sociais advindos, tanto do racismo quanto do sexism, possuem duas dimensões: político-econômica e outra cultural-avaliativa. As formas de poder associadas a classe social, são descritas primariamente pela dimensão político-econômica, tendo como um caminho para solucionar a desigualdade entre as classes as medidas de redistribuição. Os caminhos diferem ao abordar os problemas raciais, que além de serem impasses de distribuição também o são de reconhecimento e afirmação das identidades.

O período colonial criou esferas de estratificação étnica raciais, que foram mantidas e potencializadas pelo capitalismo. A instrumentalização do racismo pelo Estado capitalista, com o objetivo de acumular riquezas e aumentar a desigualdade social entre os trabalhadores, adquiriu um aperfeiçoamento quanto à forma de se impor e atuar. O idealismo propagado pelo Estado, impulsionado durante o governo de Vargas e reforçado na Ditadura Militar, associando o cotidiano brasileiro a uma falsa realidade caracterizada como um “paraíso racial”, contextualiza o objetivo de moldar na consciência dos trabalhadores o mito da democracia racial:

“Já no século XX, na esteira do Estado Novo, o discurso socioantropológico da democracia racial brasileira seria parte relevante desse quadro em que cultura popular e ciência fundem-se num sistema de ideias que fornece um sentido amplo para práticas racistas já presentes na vida cotidiana (...) Sobre o racismo científico e a relação entre raça e biologia, o desenvolvimento do capitalismo e os avanços tecnológicos da sociedade industrial fizeram emergir um tratamento mais sutil, mais “fino”, da questão racial”. (ALMEIDA, 2019:45)

Na prática, a desigualdade social continuava sendo enorme principalmente para os negros, que detinham os postos de trabalho mais insalubres na sociedade. Esta

modernização da forma de se propagar e manter o racismo é categorizada por Kerner como neo-racismo: “No contexto do racismo devemos, por sua vez, diferenciar entre o modelo do racismo colonial, que antes serve a estratificação social e, assim, a subordinação, e o neo-racismo diferencialista, que antes aspira a homogeneização e cujo momento de exclusão é mais acentuado” (KERNER, 2012: 51).

O período colonial foi marcado por uma espécie de racismo vulgar, predatório, na sua forma biológica pura, tendo basicamente estimulado a exploração massiva dos braços e pernas dos corpos negros. A industrialização ocasionou uma evolução nas técnicas de produção, alterando a complexidade dos meios de produção e suas relações econômicas, não deixando a ideologia do racismo de fora dessa “nova roupagem”. Podemos evidenciar com esta pesquisa que a modernização que a industrialização trouxe, mesmo uma industrialização tardia que no caso brasileiro foi potencializada a partir do governo Vargas, aperfeiçoou os meios de produção gerando certa camuflagem nos métodos de exploração do operário, logo, também da forma de racismo.

Um desses métodos que propiciou às elites donas do meio de produção – no caso nesta pesquisa a elite burguesa associada ao capital norte americano juntamente com os altos cargos do exército que administravam a CSN – a compatibilizar a desigualdade racial com parâmetros culturais baseados na vigente ideologia da democracia racial foi o discurso da meritocracia operando lado a lado com os ideais do nacional-desenvolvimentismo da ditadura militar:

“No Brasil, a negação do racismo e a ideologia da democracia racial sustentam-se pelo discurso da meritocracia. Se não há racismo, a culpa pela própria condição é das pessoas negras que, eventualmente, não fizeram tudo que estava a seu alcance. Em um país desigual como o Brasil, a meritocracia avalia a desigualdade, a miséria e a violência, pois dificulta a tomada de posições políticas efetivas contra a discriminação racial, especialmente por parte do poder estatal. No contexto brasileiro, o discurso da meritocracia é altamente racista, uma vez que promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial”. (ALMEIDA, 2019:52)

Congregando-se as ideologias, racismo e meritocracia, viabiliza-se que toda insegurança estrutural socioeconômica, o desemprego e a privação material da classe

operária negra, seja entendida como falta de mérito individual. A partir do momento que a CSN adota práticas rationalistas meritocráticas fornecendo melhores salários a trabalhadores com cursos técnicos e deixando de dar bonificações a seus trabalhadores com mais tempo de casa, a empresa fortificava as esferas de segregação no seu interior fabril. Isso porque, de um lado, a desigualdade educacional está associada à desigualdade racial e, de outro, em virtude dos operários mais antigos – que ergueram a CSN desde seus primórdios – serem em sua grande maioria negros:

“Nesse sentido, a explicação mais vulgar atribui a desigualdade salarial ao mérito, ou seja, ao desempenho individual do trabalhador ou trabalhadora. Pode ser que exercendo a mesma função, nas mesmas condições contratuais e ainda que com jornada inferior, um trabalhador ou trabalhadora seja mais eficiente, o que justificaria um salário maior, condizente com sua produtividade. Por este prisma, a desigualdade vista nos números tem fundamento moral e jurídico, já que o mérito, expresso na eficiência e na produtividade dos indivíduos, a naturaliza”. (ALMEIDA, 2019:95)

As décadas que se sucederam à inauguração da CSN, 1950 e 1960, foram marcadas por estas práticas meritocráticas. No final da década de 1940, a empresa havia instituído o que os operários chamavam de “girafa”, uma bonificação em dinheiro, vinda da participação nos lucros da empresa. Os critérios para esta bonificação, iam da composição familiar ao tempo de serviço. A valorização do tempo de serviço, viria a se chocar com os novos padrões de bonificações rationalistas da década de 1950:

“O sistema de prêmios existente na Companhia no período em questão consistia, basicamente, além da “girafa”, nos prêmios por tempo de serviço. Estes últimos são uma demonstração clara da importância da política de fixação dos trabalhadores da empresa. Além de um prêmio quinquenal, que constava nos regulamentos da empresa desde 1946, são instituídos, a partir do Regulamento Pessoal de 1954, prêmios para os trabalhadores que completassem dez, vinte ou trinta anos de bons serviços. Junto ao prêmio em dinheiro o trabalhador recebia das mãos Presidente da CSN um diploma e um distintivo de mérito, numa cerimônia de congraçamento da “família siderurgia”, no dia 9 de abril de cada ano. ” (SILVA, 2010:16)

Morel e Silva refletem sobre os critérios estabelecidos para o recebimento dessas bonificações: respeito a hierarquia, dedicação ao trabalho, antiguidade em serviço, assiduidade. A partir da década de 1950, eles passam a coexistir com os incentivos no salário relacionados à produção, tendência que se acentua no período da Ditadura Militar. Com isso, a CSN procurava além da manutenção de um contingente fixo de operários, aumentar sua produtividade: o trabalhador visando ter um ganho maior no salário, entregava mais força de trabalho, enquanto a empresa maximizava seu lucro.

Esta lógica racionalista implementando um novo sistema de premiação e de promoção, visando alcançar metas ainda maiores de lucro, provocou uma hierarquização entre os trabalhadores. As horas-extras tiveram um papel fundamental neste processo, já que em alguns setores o incentivo à produção era pago por hora trabalhada. Com isso o ritmo de trabalho se intensificou ainda mais:

“Em outros setores o incentivo à produtividade se dava pelo bônus pago, relativo à produtividade por hora trabalhada, para isso foram definidos padrões com os tempos permitidos para a execução de cada operação, levando-se em conta o tempo para se atender às necessidades pessoais e de descanso. Essa intensificação no ritmo de trabalho se expressou no aumento do número de horas-extras, uma prática comum entre os trabalhadores, que podiam aumentar seus rendimentos através delas. Contudo, muitas reivindicações surgiram em torno da proporção a ser paga por estas horas, o que foi uma importante bandeira do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda naquele período.”
(SILVA, 2010:15)

O grande fluxo de pessoas que vieram trabalhar na CSN, oriundas de locais com culturas diferentes, como Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, geralmente de áreas rurais, demandou um plano estratégico do Estado para a empresa visando sua transformação em operários capazes de servir e operar sem questionar. De acordo com o general Macedo Soares, primeiro presidente da CSN, os engenheiros deveriam efetuar um trabalho mais amplo do que o puramente técnico, um trabalho social, educador e organizador. De acordo com esta perspectiva, a CSN deveria contribuir além da esfera econômica, atuando de uma forma civilizatória. Assim se camuflava a desigualdade racial

presente na conjuntura em diversidade cultural, utilizando-se do discurso da democracia racial para coesivar e unificar seus operários sob a bandeira do projeto nacionalista:

“A partir de 1930, a necessidade de unificação nacional e a formação de um mercado interno, em virtude do processo de industrialização, dão origem a toda uma dinâmica institucional para a produção do discurso da democracia racial, em que a desigualdade racial – que se reflete no plano econômico – é transformada em diversidade cultural e, portanto, tornada parte da paisagem nacional”. (ALMEIDA, 2019:66)

Morel identificou nas falas do primeiro presidente da companhia, general Edmundo Macedo Soares, a visão que os altos cargos da usina tinham da mão-de-obra da empresa. Por meio delas, podemos perceber a preocupação em moldar essas pessoas, de variadas culturas, em trabalhadores servis e disciplinados. Um discurso de Macedo Soares, citado por Morel, nos mostra exatamente o tom dessa preocupação quanto às formas de disciplinamento dessas pessoas dentro da lógica modernizante do modelo industrial brasileiro: *“Como transformar alguém semianalfabeto, vindos das massas rurais, em operário capaz de servir e operar equipamentos industriais modernos?”* (MOREL 1989, pág. 77).

As ponderações feitas até o momento contextualizam a importância de pensarmos a história social do trabalho, vinculando as análises sobre a formação das classes operárias com a perspectiva teórica da interseccionalidade. A interseccionalidade pode ser definida como um conceito teórico que aglutina vários eixos de poder: raça, etnia, gênero, classe. Estes eixos, constituem vias por onde as esferas econômicas e sociais se estruturam e por onde ocorrem as opressões e alienações, como por exemplo o desempoderamento. Tais eixos, podem frequentemente se sobrepor ou cruzar-se, criando toda a complexidade das intersecções.

O termo interseccional carrega uma simbologia para todas as formas possíveis de cruzamentos e associações, expressas por categorias de diferença e de diversidade, sobretudo as já citadas raça, etnia, gênero e classe, mas também a sexualidade, religião e deficiências. Crenshaw traz acúmulos fundamentais para a teorização deste conceito:

“A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento”.
(CRENSHAW, 2002:177)

No caso brasileiro, o racismo toma como critério principal o pertencimento a um grupo étnico, diferentemente de outros contextos nos quais os critérios podem ser o nacionalismo ou a imigração, isto se deve às particularidades do nosso processo de colonização e de pós-abolição. O racismo em nosso país molda padrões, hierarquias e naturaliza métodos e ações de coerção e dominação.

Resguardadas as devidas diferenças, enquanto o racismo norte-americano estruturou a marginalização da população negra por meio dos aparatos jurídicos, no Brasil a partir de 1930 a ideologia da democracia racial ganhou força suficiente para impor sua simbologia no imaginário social da população, desde as elites burguesas, empresariais, militares até a população mais pobre. A mudança de perspectiva dos olhares sobre a miscigenação de nosso povo e sua aceitação como parte de nossa identidade nacional – desde que caminhasse em direção ao branqueamento – reorganizou e modernizou estratégias e táticas de dominação econômica, política e cultural.

CAPÍTULO III: “Democracia racial” e racismo estrutural na Companhia Siderúrgica Nacional

- Nacional-Desenvolvimentismo e Democracia racial no contexto da Segunda Guerra Mundial

A construção da Companhia Siderúrgica Nacional como concretização das ambições nacional-desenvolvimentistas e a consolidação do mito da “democracia racial” podem ser considerados dois dos desdobramentos mais significativos gerados a partir dos impactos da Segunda Guerra Mundial sobre a sociedade e o estado brasileiros.

A guerra criou um conjunto de circunstâncias excepcionais que tiveram consequências socioeconômicas e políticas significativas em várias partes do mundo e que se desdobraram nas décadas seguintes. Fortalecimento de um Estado centralizador investindo no desenvolvimento da economia, avanços democráticos em países antes submetidos à dominação colonial, militarização da esfera pública, são apenas alguns desses aspectos. A guerra fortaleceu também o discurso nacional-desenvolvimentista que assumiria sua feição mais autoritária após o golpe de 64, mas que desde as origens esetava associado à consolidação da ideia de uma harmonia entre as etnias no país – a democracia racial.

As características da conjuntura em que o Brasil entrou na Segunda Guerra, ocasionou mudanças efetivas à longo prazo em várias camadas discursivas da relação entre as elites brasileiras, o Estado e a população, gerando mudanças nas estruturas sociais e econômicas. A forma como uma empresa estatal como a CSN tratava a questão do trabalhador nacional mesmo no período da Ditadura Militar pós-1964 ainda estava bastante associada às redefinições no sentido dado aos termos “trabalhador” e “nacional” durante a guerra.

A conjuntura política da Segunda Guerra, contribuiu no fortalecimento da ideia de progresso e modernização como condição para a própria soberania nacional

principalmente para as elites empresariais, militares e intelectuais. Assim como impulsionou mudanças nas relações econômicas entre empresa e trabalhador – a consolidação da legislação trabalhista por exemplo – a guerra também contribuiu para que a ideologia do branqueamento perdesse terreno frente ao mito da democracia racial, que passava a ser uma nova referência ideológica hegemônica:

Não é que a Guerra tenha trazido novidades absolutas, já que as ideias que fundamentavam todas essas transformações, no plano econômico, político e social, já se encontravam em circulação no país muito antes. Mas foram as circunstâncias excepcionais geradas pelo conflito global que estabeleceram as condições para a ruptura parcial das “forças da tradição” que tornavam até então pouco efetivos os projetos de mudança já pautados ao menos desde o início dos anos 1930. Essas mudanças incluíam o estabelecimento de limites ao arbítrio absoluto dos empresários nos locais de trabalho via legislação trabalhista e a incorporação do operariado nacional à “cidadania regulada”. Mas passavam simultaneamente pela substituição do “branqueamento” pela “democracia racial” como referência ideológica hegemônica para as diversas formas de ação estatal que visavam constituir, física e simbolicamente, um “povo brasileiro” que valorizasse a nação no cenário internacional, justificando assim sua soberania. (FORTES, 2014:9)

Nossa pesquisa enfoca como se configuraram no interior da CSN os impactos do pós-guerra nas relações entre raça e classe no Brasil. Em nosso país, a intensa aceleração da industrialização provocou ondas migratórias vindas para o eixo Rio – São Paulo, com o deslocamento de enormes contingentes de trabalhadores de matrizes étnicas variadas. Era necessário que houvesse um sentimento que unisse tantas culturas diferentes, sendo urgente e necessária a atualização das estratégias do Estado para a relação com o operariado. Neste panorama, o trabalhador nacional passar a ser um dos focos de incidência da nova matriz ideológica hegemônica – a democracia racial - neste percurso do projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro.

A Segunda Guerra também produziu uma nova valorização do trabalho manual mesclada ao sentimento nacionalista – em defesa da soberania brasileira – ao exaltar os operários como “soldados da produção”. Essa fusão entre a vida civil e a militar possuía

um componente disciplinar fortemente autoritário. A CSN, por exemplo, assim como outras empresas de setores estratégicos, aplicava a legislação que tratava como desertores os funcionários que abandonavam o trabalho no período da guerra. Mas o fato das empresas serem vistas como “trincheiras de guerra” também possibilitava a reapropriação da narrativa nacionalista como instrumento de reivindicação:

“As transformações econômicas produzidas pela guerra se associaram a outras características do esforço de guerra para criar condições favoráveis à produção de importantes mudanças no que diz respeito ao lugar dos trabalhadores na sociedade brasileira. A combinação do deslocamento massivo para novas frentes de trabalho contribuía por si só para dar uma nova configuração à classe trabalhadora. Milhares de trabalhadores foram deslocados para, em um curto espaço de tempo, incorporar nova se vastas áreas do território nacional à estrutura produtiva, seja no ramo extrativo (como a retomada da produção de borracha na Amazônia ou o início da mineração de manganês na Serra do Navio do Amapá), no desenvolvimento de indústrias de base(tais como a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda, da Fábrica Nacional de Motores, na Baixada Fluminense, da Nitro Química, em São Miguel Paulista, ou da Companhia Nacional de Álcalis, em Cabo Frio) ou ainda em empreendimentos de infraestrutura, tais como os campos de aviação construídos no bojo do *Airport Development Program*, sob a coordenação da *Pan American Airways*”. (FORTES, 2014:8).

O imaginário da nação precisou sofrer uma repaginação. O sentimento de ser brasileiro tornou-se mais valorizado, e certos aspectos da presença africana e indígena em nossa matriz cultural deixaram de ser considerados “marginais”. A ênfase na necessidade de medidas eugenistas e de branqueamento, ainda predominantes entre as classes dominantes no início da Era Vargas passa a ser questionada. A entrada do Brasil na Segunda Guerra contra o Eixo abre espaço para os movimentos antifascistas, que apontam o racismo como uma visão arcaica, ultrapassada, um empecilho para nossa modernização.

Após ser declarado que nosso país lutaria contra as forças alemãs e italianas, e reação principalmente ao torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães em 1942, os imigrantes da Alemanha e Itália, antes tratados como importante contribuição

para o branqueamento do Brasil, passam a serem vistos como expressão local dos inimigos externos e riscos à unidade e segurança nacionais:

“O ingresso do Brasil na guerra impacta profundamente essa configuração social local. Uma indicação simbólica foi a reação popular contra o torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães, em agosto de 1942. No distrito industrial, as placas das avenidas “Alemanha” e “Itália” foram arrancadas pela multidão e substituídas por outras com os nomes de duas embarcações afundadas. O ato foi posteriormente oficializado pela prefeitura da cidade. As lojas Renner, vinculadas ao maior complexo industrial do estado e exemplo de “capitalismo de bem-estar”, foram apedrejadas”. (FORTES, 2019: 13).

A circulação de discursos abertamente racistas passa a ser coibida após a Segunda Guerra, sendo até mesmo criticados no meio intelectual. A participação brasileira na luta contra uma ideologia totalitária baseada nas doutrinas da supremacia branca, transformou a narrativa sobre as relações raciais de nosso país. Como destacam Fortes e Ribeiro, um marco dentro deste movimento em direção a exaltação de uma falsa democracia racial brasileira, foi o mandado de prisão expedido contra o sociólogo Gilberto Freyre após ele publicar um artigo criticando a propaganda de ideias nazistas em Pernambuco:

“Um artigo publicado em 1942 causou a detenção do célebre sociólogo Gilberto Freyre por dois delegados de polícia “abertamente simpáticos ao Eixo”. No texto, Freyre denunciava “falsos religiosos” que se dedicavam à difusão “de doutrinas ferozmente etnocêntricas, anticristãs e antibrasileiras” (...) Os “falsos religiosos” eram ex-franciscanos alemães responsáveis pela propaganda nazista justamente na Companhia de Tecidos Paulista estudada por Leite Lopes. Em novembro de 1942, 23 dos 47 funcionários alemães da empresa foram detidos pela polícia política e enviados a um “campo de concentração” construído pela própria empresa a 60 quilômetros de Recife, onde ficaram detidos até agosto de 1945. A delegação do poder de Estado à companhia para lidar com a questão surpreende pela abundância de evidências de envolvimento dos seus proprietários com o nazismo”. (FORTES, 2019:14).

Porém não era consenso no meio intelectual, qual teoria e metodologia seria adequada para trabalhar o conceito de raça, tampouco era consenso a interpretação sobre a forma como se estruturou o racismo. Uma relevante contribuição para o tratamento deste tópico foi o projeto organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), patrocinando uma série de pesquisas sobre relações raciais em nosso país, principalmente nas regiões Nordeste e no Sudeste: “*A “opção Brasil” guarda íntima relação com o contexto internacional da época. Após os resultados catastróficos da Segunda Guerra Mundial, a Unesco foi criada tendo como um de seus principais objetivos tornar inteligível o conflito internacional e sua consequência mais perversa, o Holocausto*” (MAIO, 1999:153).

Chamado de Projeto UNESCO, suas pesquisas ampliaram o campo de debates sobre as relações raciais no Brasil, fomentando novas pesquisas sobre a nossa sociedade. As pesquisas da UNESCO funcionaram como um instrumento catalisador ao propor reunir vários intelectuais para pensar coletivamente sobre este tema:

“Neste sentido, o Projeto Unesco foi um agente catalizador. Uma instituição internacional, criada logo após o Holocausto, momento de profunda crise da civilização ocidental, procura numa espécie de anti-Alemanha nazista, localizada na periferia do mundo capitalista, uma sociedade com reduzida taxa de tensões étnico-raciais, com a perspectiva de tornar universal o que se acreditava ser particular. Por sua vez, cientistas sociais brasileiros e estrangeiros haviam assumido como desafio intelectual não apenas tornar inteligível o cenário racial brasileiro, mas também responder à recorrente questão da incorporação de determinados segmentos sociais à modernidade”.
(MAIO, 1999:142)

O impacto da Segunda Guerra gerou um programa de combate ao racismo, e o discurso a princípio adotado pela UNESCO era de negar o valor científico do termo “raça”, pois se acreditava que assim se iniciaria a superação dos traumas deixados pela Segunda Guerra. A UNESCO, portanto, se estrutura a partir das atrocidades causadas, por discursos racionalistas e científicos da ideologia fascista, que quando foram postos em prática causou toda barbaridade que foi o Holocausto. Nas décadas de 1930 e 1940, teorias como o neodarwinismo também tratado como síntese evolutiva, possuíam bastante

alcance no meio intelectual ancorando os discursos de superioridade ariana do fascismo daquele período (MAIO 2015).

Um dos sociólogos brasileiros envolvidos no projeto UNESCO, Luiz de Aguiar Costa Pinto, apontava naquele período que os conflitos raciais não eram de natureza biológica, mas sim de natureza sociológica, a partir das interações sociais. De acordo com Costa Pinto, a UNESCO deveria adotar uma perspectiva de não apenas negar o valor científico do termo raça, mas também de compreender que os conflitos raciais têm suas origens nas desigualdades sociais e políticas. Marcos Chor Maio descreve entretanto que as ideias de Costa Pinto não eram majoritárias dentro da UNESCO:

“Sociologist Costa Pinto, on the other hand, believed that “it had been demonstrated by all disciplines that no pure races existed, but that there were nevertheless racial problems of a purely sociological nature. [...] Relations between groups were based on ideology and not on any scientifically definable differences and, therefore, UNESCO should begin by recognizing that race prejudice had its roots in social and political differences, not in physiological or mental aspects.” Once again, Costa Pinto’s stance was indicative of the degree of disagreement among the experts on the UNESCO panel. If the scientific community was uncomfortable about the evils perpetrated by Nazism in the name of race, this did not redound in a common critical perspective of the race concept”. (MAIO, 2015:14).

A desumanidade inerente às ideias fascistas e a repulsa a elas entre os pesquisadores vinculados ao projeto levaram a UNESCO a adotar essa postura de negação do termo raça, que se desdobrou na criação de métodos quantitativos voltados a demonstrar a inexistência de raças humanas, que viriam a ser adotados pelo próprio Estado brasileiro. Os conflitos raciais, contudo, continuavam a ser frequentes no mundo, e a recusa ao conceito de raça acaba contribuindo para o silenciamento da cultura de etnias que não ocupam os espaços de poder dominantes na sociedade:

“On a broader perspective, contrary to what UNESCO had expected, the Holocaust had not led natural and social scientists to a consensus about a scientific corpus that radically questioned the concept of race. UNESCO was influenced by a perspective centered on the assumption that amassing scientific data would be the best way to sustain a political agenda that sought to negate

the concept of race and therefore would be the best way to fight racism. Presenting itself as a “scientific agency of the United Nations,” UNESCO tried to combat a moral, political, and ideological issue by grounding itself in science. The divergences that became evident both during and after the meeting of experts challenged UNESCO’s optimistic belief that the Nazi atrocities had led the scientific community to join unanimously in questioning the dubious heuristic value of the race concept”. (MAIO 2015:21)

A perspectiva adotada nos trabalhos citados acima situa a Segunda Guerra Mundial não como um fato distante da nossa realidade, mas como um processo de grande amplitude, que reformulou profundas ideias e valores da sociedade ao redor do mundo. No caso brasileiro, essas transformações se expressaram fortemente associadas à configuração do trabalhismo e do nacionalismo de massas no país:

“Em síntese, buscamos explorar a hipótese de que os trabalhadores convocados a o exercício da “cidadania regulada”, o público que o trabalhismo visava “produzir”, e que seria identificado a partir daí como “a classe trabalhadora brasileira”, vinha na verdade se forjando num processo de transformações socioculturais de múltiplas dimensões, catalisadas e aceleradas pela Guerra”. (FORTES, 2014:10).

- Veto ao debate sobre raça e apagamento do empoderamento negro

Uma de nossas hipóteses de trabalho é que o período de maior influência do mito da democracia racial na sociedade brasileira foi a ditadura iniciada em 1964, embora ela já estivesse consolidada no período ditatorial de Vargas, associada à narrativa da democracia social como motor ideológico do nacionalismo. Analisaremos aqui como essa combinação de fatores se expressa na forte relação paternalista entre a CSN e seus operários.

A ditadura militar buscou silenciar e negar tudo que envolvia o racismo e o debate sobre cultura africana no país, e o mesmo tipo de diretriz pode ser percebido no periódico institucional da CSN *O Lingote*. A forte censura e perseguição aos intelectuais e políticos,

somado ao controle de empresas estatais, constituem duas frentes estratégicas essenciais que funcionam como caminhos para os militares poderem expandir seus ideais, alcançando os trabalhadores e suas respectivas famílias, ao tempo que impossibilitam a propagação de outras narrativas.

Como estratégia para silenciar o debate cultural e de empoderamento negro, após o golpe de 1964 ocorreu o fechamento do Teatro Experimental do Negro (tem) e posteriormente o exílio de Abdias Nascimento, seu principal fundador. Abdias e o TEN promoviam o empoderamento da população negra, ofertando além do teatro, cursos de alfabetização e o estímulo à rede de intelectuais negros. O TEN encerra suas atividades em 1968. Outro fato que marcou e ampliou a desarticulação do movimento negro foi a cassação e o exílio do deputado Guerreiro Ramos, também integrante do TEN. Até antes do surgimento do Movimento Negro Unificado, o TEN era o principal referencial para a divulgação e fomento do discurso intelectual negro, nos anos iniciais da ditadura militar brasileira, gerando reflexões, críticas e uma rede de resistência com organizações menores.

Sem dúvidas, os militares souberam onde mirar em sua estratégia de sufocamento do debate racial brasileiro, atingindo diretamente também as universidades públicas. Está criticando a suposta harmonia racial brasileira? Defende teorias raciais? Promove debates sobre a cultura afro brasileira e o empoderamento? Tudo que envolva essas questões era censurado, perseguido, silenciado:

“A agenda de pesquisa sobre relações raciais desenvolvida no processo de institucionalização do campo científico das ciências sociais, a exemplo das pesquisas realizadas na Universidade de São Paulo por Roger Bastide e Florestan Fernandes desde os anos de 1950, perdeu o espaço que tinha na principal universidade brasileira, posto que o golpe militar interferiu diretamente na carreira universitária de estudiosos, cujos resultados das investigações questionavam o mito da democracia racial de um lado, e o argumento da ausência de preconceito racial, de outro (...) os militares não chamavam de subversivos apenas os guerrilheiros com suas armas, mas também os cientistas com suas ideias. Dentre os quais estavam arrolados

acadêmicos que tinham apresentado questionamentos acerca da democracia racial no Brasil.”⁵

A ditadura militar em seus primeiros anos, atuou fortemente para esvaziar todo o debate público sobre a questão racial que não seguisse a fórmula aceitável para os militares. Toda e qualquer crítica aos estereótipos utilizados para referencias os negros, era considerada subversiva, censurada e seus autores silenciados. Prosseguia a naturalização da destinação dos corpos negros objetificados às posições subalternas no mercado de trabalho, imprensa era proibida de promover o debate sobre discriminação racial. A cereja do bolo à nível nacional, foi o apagamento total da pergunta sobre raça/cor no censo de 1970 do IBGE, pela primeira vez em toda sua história.

O IBGE possuía diversas formas de obter e registrar informações sobre a cor/raça da população, todas influenciadas diretamente por ideias e concepções relacionadas ao “ser brasileiro / ser uma nação brasileira”, difundidas pelas instituições do Estado. Como o pensamento hegemônico das elites era historicamente pautado pelas ideias do branqueamento, o progresso do país em direção ao ideal civilizacional se daria a partir da miscigenação da população brasileira, desde que caminhasse em direção ao predomínio branco. As estatísticas coletadas eram utilizadas para demonstrar essa falsa ideia, de que a população estaria caminhando em direção ao branqueamento de sua população.

Havia diversos questionamentos ao trabalho do IBGE ao longo da sua história no que diz respeito à qualidade e veracidade de suas pesquisas e coletas. Mas foi justamente se apropriando da possibilidade de criar declarações que não eram verdadeiras, que as elites puderam ir além de descrever a sociedade, mas também puderam “moldá-la” conforme desejavam:

“As estatísticas oficiais foram usadas para demonstrar esse processo. Muito embora o quesito racial nos censos tenha sido, em vários momentos, questionado por membros do IBGE a partir de argumentos técnicos — e

⁵ Citação retirada do tópico “A questão racial na ditadura militar” presente no site <https://memoriasdaditadura.org.br/cnv-e-negros/> acesso em 3 de agosto de 2022.

justamente esse, da imprecisão das categorias raciais, e da possibilidade de declarações “inverídicas” sobre a “raça” do informante —, nas publicações do Instituto “raça” é central para a imagem de nação brasileira, é parte do trabalho de “[...] não apenas descrever a realidade, mas de modelar o auto-entendimento nacional”. (ANJOS, 2013:110).

Na segunda metade do século XX, com a ampliação e fortalecimento do mito da democracia racial como motor de modernização e civilização, a valorização da miscigenação para nossa formação cultural à partir do esvaziamento do debate sobre raças e racismo, traduziu-se na primeira vez na história em que o IBGE retirou a pergunta sobre raça/cor de suas pesquisas. Essa decisão estava associada à tentativa de passar para a comunidade internacional a visão de que o Brasil possuía uma harmonia entre as etnias e raças. O Estado militar tentava camuflar toda a violência e censura promovida por ele mesmo com base nesse falso mito.

A estratégia do Estado militar se pautou pela lógica: já que não há um sistema de conflitos abertos e violência racial – todas as raças e cores são equivalentes entre si e para o Estado – logo as raças são indistintas para as instituições militares: “somos todos iguais, somos todos brasileiros”:

“Essa ideia de que o estado não discriminava as raças e consagrava a mistura delas absorvida e disseminada pelo IBGE, impedia aos elaboradores do censo de proporem uma definição estanque entre as categorias raciais oficiais. Para a concepção e coleta de dados censitários sobre cor ou raça, a ideia de “democracia racial” redobrava a ideologia do branqueamento. Em primeiro lugar, porque ela mantinha o esquema preto-pardo-branco já existente. Em segundo lugar, porque, ao mesmo tempo, ela desestimulava o uso das informações estatísticas para um exame crítico das condições de existência dos subgrupos raciais e a possibilidade de proposição de políticas de estado segundo esses critérios”. (ANJOS, 2013:111).

Determinada a silenciar qualquer suspiro de diálogo que girasse em torno do empoderamento ou reflexão sobre racismo e cultura, perseguindo intelectuais e movimentos negros, retirando o termo raça das nossas pesquisas e pensamentos, o

caminho para a alienação ideológica da democracia racial promovida pelos militares estava sendo pavimentado. Buscavam assim alcançar seu objetivo máximo: a ideia do Brasil ser um paraíso racial abranger todo o pensamento de forma hegemônica na sociedade.

Neste nosso estudo de caso, reafirmamos a importância que as estatais daquela época – no caso desta pesquisa a CSN – proporcionaram um ambiente para os militares agirem ideologicamente junto aos operários e suas famílias, propagando o discurso nacionalista em prol da modernização do país. Ao mesmo tempo, utilizavam-se deste mesmo discurso para alienação, controle e, principalmente, para camuflar a violência contra os corpos negros, praticada tanto pela CSN quanto pelos militares na cidade.

Antes de adentrarmos nas evidências que apontam o racismo institucional da CSN a partir da análise do seu periódico *O Lingote*, descreveremos o contexto de Volta Redonda durante o governo de Juscelino Kubitschek (JK). É importante remeter a esse período, pois foi nele que os ideais e práticas que resultaram na Família Siderúrgica começam a serem deixados para trás pela CSN, dando vez à perspectiva meritocrática e utilizando com mais empenho do falso ideal da democracia racial, como apontado na introdução desta pesquisa.

Pautado pelo trabalho pioneiro da Morel (1988), complementada depois por pesquisas fundamentais de Leonardo Ângelo da Silva (2019) e Eduardo Ângelo da Silva (2010), o termo “Família Siderúrgica” sintetiza melhor a estratégia e tática usada pelos militares durante a ditadura varguista para controle e alienação dos operários. Neste período até os anos de JK, o silenciamento do debate racial e cultural ainda não era um pilar de sustenção ideológica do Estado brasileiro de forma tão explícita como viria a ser nos anos iniciais da ditadura militar. As estratégias de organização e construção da Família siderúrgica refletiam a necessidade de manter um estoque permanente de mão-de-obra, o disciplinamento do operário e da sua família, a cooperação e bom comportamento dentro e fora da CSN. Como apontado anteriormente na nossa Introdução, o operário em contrapartida recebia um grande assistencialismo da empresa, destacando-se dois dos principais benefícios fornecidos: a bonificação da “girafa” (quanto mais tempo de trabalho, maior era a bonificação) e a política de casas que a CSN distribuía para seus funcionários:

“A partir de 1956, com Juscelino Kubitschek consolida-se a fase da industrialização pesada que articula a grande empresa nacional com a empresa estrangeira. A setor siderúrgico será mais uma vez beneficiado com a expansão dos setores de bens duráveis e da indústria automobilística. O Plano de Metas definia a siderurgia como um dos setores prioritários, propondo investimentos diretos do governo no setor”. (PACHECO, 2002:8).

Para melhor entendimento das mudanças ideológicas que resultaram no fim do ideal de Família siderúrgica e no avanço do mito da democracia racial, se faz necessário contextualizar as mudanças ocorridas no país a partir do Plano de Metas do período de Juscelino Kubitschek. O Plano de Metas aumentou a dependência econômica brasileira à acumulação de capital estrangeiro, sendo que a CSN cumpriu um papel fundamental nesse processo, abastecendo com aço, toda a expansão do setor automobilístico e naval que aquele período demandou.

A corrida pela expansão dos setores automobilísticos e naval, resultou na chamada “fome de aço”, ocasionando mudanças estratégicas por parte da CSN para que sua produção de aço tivesse um grande aumento:

“A disponibilidade do capital, na conjuntura internacional pós – reconstrução da Europa Ocidental e após a recuperação da economia japonesa com a Guerra da Coréia, levou o governo americano a negociar, com países subdesenvolvidos em via de industrialização (...) a síntese desses processos foi a abertura do mercado brasileiro para a substituição de importações no setor de bens de consumo pela produção de empresas transnacionais, em especial as empresas do setor automobilístico”. (BEDÊ, 2010:136).

O termo nacional-desenvolvimentismo remete a uma política econômica combinando Estado, empresa privada nacional e capital estrangeiro, sendo o pano de fundo um pacto de “industrialização acelerada” para modernizar o país. Esta nova demanda por mais lingotes de aços, transformou a ordem racionalista da CSN acarretando mudanças em sua forma de disciplinar e organizar seus operários, tornando-se o estopim

para o esfarelamento do ideal de Família Siderúrgica. Este aumento considerável na produtividade da CSN, demandava o uso de novas tecnologias e também que a empresa colocasse como prioridade a racionalização de todo seu sistema produtivo, gerando uma nova forma de organização administrativa, anteriormente desconhecida.

A reestruturação organizacional e administrativa da CSN, iniciada após a implementação do Plano de Metas do governo JK e sendo analisada aqui até os anos iniciais da ditadura militar, intensificou a relação de cima para baixo entre seus trabalhadores. Foi se estabelecendo uma hierarquia mais ampla, diversificada e racista entre seus engenheiros, técnicos e operários. Destacamos duas mudanças que afetaram de forma significativa e estrutural – gerando uma grande insegurança estrutural para seus operários de salário baixo – tomadas pela CSN em decorrência da “fome de aço”.

Como forma de incentivar seus operários a trabalharem e produzirem mais, a CSN muda a bonificação conhecida popularmente nos anos 1940 e início dos anos 1950 como “girafa”, passando a pagar bonificações partindo do quantitativo da produção de cada trabalhador seu e não mais por tempo de casa, o que favorecia os trabalhadores mais antigos e menos instruídos tecnicamente. A demanda por trabalhadores com mais nível de instrução e formação técnica foi acompanhada pela segregação e divisão racial do trabalho no capitalismo e isso não seria diferente dentro da CSN. A racionalização da empresa gerou a bonificação por mérito individual, em detrimento da bonificação por tempo dedicado à empresa.

Em segundo lugar, chama também à atenção a política de distribuição de moradias – ponto forte entre o vínculo da empresa com o operário – que foi sendo abandonada gradualmente pela CSN. Esse processo de aprofundou durante a ditadura militar como motivo para despejo de suas casas os seus operários supostamente envolvidos em ações contrárias aos interesses dos militares. O novo padrão de organização e gerencia visando o aumento da produção de forma rápida demandou que esta forma de controle dos trabalhadores pela CSN fosse aperfeiçoada. (SILVA, 2019).

Ao mesmo tempo que o avanço industrial, naval e automobilístico significava modernização, esta nova forma de hierarquia – violenta, excludente e racista – exigia que se mantivesse grande parte dos trabalhadores sob controle, mesmo havendo níveis e

diferenças relacionais entre eles. Não existia mais o sentimento da Família Siderúrgica, e agora o termo “peão” passava a ser utilizado principalmente para se referir aos operários da empresa terceirizada, em grande maioria operários que efetuavam os serviços mais insalubres.

Junto ao desmantelamento da Família siderúrgica, era abandonada também a ideologia do nacionalismo de emancipação adotada durante a ditadura varguista, dando lugar ao nacional-desenvolvimentismo que visava promover uma industrialização acelerada do Brasil:

“O intervencionismo estatal, encarnado no Plano de Metas de JK deixou de lado o caráter emancipacionista nacional presente na ideologia do pacto industrialista no Estado Novo (1937 – 1945) e no segundo governo de Vargas (1951 – 1954). A partir daí, o intervencionismo estatal passou a ser a garantia de acumulação privada do capital transnacional investido no país, pela divisão social do trabalho entre o setor estatal e o setor privado e estrangeiro”.
(BEDÊ, 2010: 138).

Essas mudanças do período JK representavam uma ruptura com as bases do modelo de direitos sociais implantados durante o Estado Novo, que como aponta Ângela de Castro Gomes, tinha deixado de lado o formalismo jurídico liberal para destinar um olhar voltado a resolver também as questões sociais e econômicas da população. A ditadura varguista havia trilhado o caminho da sua legitimação e controle, através da promoção de garantias estruturais que superassem as mazelas do povo brasileiro seja pela garantia da cidadania ou dos direitos trabalhistas:

“É fundamental observar que a questão social surgiu então como a grande marca distintiva e legitimadora dos acontecimentos políticos do pós-30. A revolução e principalmente o estabelecimento do Estado Novo distinguiam-se de todos os demais fatos de nossa história, na medida em que afastavam-se das meras preocupações formais com procedimentos e modelos jurídicos, para mergulhar nas profundezas de nossas questões econômicas e sociais. A construção do projeto político do Estado Novo evidencia assim que a busca da legitimação da autoridade se deu de uma forma e por razões completamente distintas daquelas que haviam fundado a legitimidade dos regimes anteriores. Nesta visão, legítimo seria o regime que promovesse a superação do estado de

necessidade em que vivia o povo brasileiro, enfrentando a realidade política e econômica da pobreza das massas". (GOMES, 2005:197).

Após “Revolução de 1930”, e mesmo na ditadura do Estado Novo, o esatdo buscava enfrentar a questão das mazelas sociais a partir da valorização do trabalho e do trabalhador. Diferente do período da Primeira República, o trazia-se uma nova perspectiva para o trabalho, vinculada à ideia de cidadania social. Desta forma, o Estado nacional varguista adentrou a vida privada das famílias operárias, integrando o trabalho à cultura popular. De um lado, o trabalho passou a ser visto como forma de emancipar a população daquela extrema pobreza. De outro lado, o Estado controlava cada vez mais os sindicatos operários:

“O cidadão desta nova democracia, identificado por seu trabalho produtivo, não mais se definia pela posse de direitos civis e políticos, mas justamente pela posse de direitos sociais. Neste sentido, o projeto político do Estado Novo tratava de expurgar o conceito de democracia das ficções liberais, transformando-o em uma forma de organização estatal cujo objetivo era a promoção do bem do povo trabalhador, até então excluído da realização de seu próprio destino”. (GOMES, 2005: 201).

Ao contrário do Estado Novo, a Ditadura Militar implantada em 1964 acreditava que a solução da questão social seria obtida apenas pela modernização autoritária do país. Isso seria obtido por um controle extremo dos sindicatos, pela organização de uma hierarquia de trabalho e de bonificações a partir da produção individual de cada operário, minando ao extremo as ações operárias de reivindicações, passando inclusive pela proibição das greves, pelo fechamento e perseguição aos partidos políticos de viés operário como o PTB e o PCB. Construía-se toda uma narrativa em que os problemas sociais e raciais podiam ficar em segundo plano, pois a questão principal era avançar o país estruturalmente. Isto posto, se relaciona à “Fome de aço”, ao grande fomento na construção de rodovias, ao avanço dos setores automobilístico e naval, que se aprofundaram durante a Ditadura Militar.

Com base no contexto geral, formulamos algumas dúvidas e questionamentos para orientar a análise do nosso objeto de pesquisa: A CSN organizava e mantinha espaços segregados pela ótica étnica racial em seu interior fabril? É possível identificar a

manutenção dos operários negros em baixos cargos de trabalhos por anos? Havia a utilização ideológica da democracia racial por parte da CSN em relação a seus trabalhadores de forma geral e ampliada?

Para buscarmos respostas em relação a essas questões, é importante termos em conta algumas informações básicas sobre aspectos geográficos e estatísticos de Volta Redonda nos anos iniciais da Ditadura Militar. Os dados descritos abaixo foram retirados da coleção de monografias feita pelo IBGE, mais especificamente da Coleção número 393 do ano de 1967.

Volta Redonda possuía uma população de 112.973 habitantes (estimativa de 1º de julho de 1967), com uma densidade demográfica de 672 habitantes por km². Economicamente, havia 68 estabelecimentos industriais – o mais importante deles a CSN – 4 de comércio atacadista, 825 de comércio varejista e 1.124 de prestação de serviços. No que diz respeito às áreas de educação e cultura, a cidade possuía 61 escolas primárias, 28 de ensino médio e 1 faculdade; 8 livrarias, 4 periódicos, 1 empresa radiofusora e 4 cinemas. Em relação à configuração urbana, possuía 35 bairros, 4 hospitais e 792 logradouros públicos. A câmara de vereadores contava com 17 cadeiras, com um orçamento público previsto – para o ano de 1967 – em 9,5 milhões de novos cruzados (Monografia Volta Redonda IBGE nº 393).

Volta Redonda por ter uma natureza industrial, desde seu nascimento até a formação da cidade após a inauguração da CSN, tinha uma população esmagadoramente urbana (94,6%). A cidade naqueles anos, ainda ocupava um lugar de destaque econômico e industrial no estado do Rio de Janeiro, figurando em 1º lugar dentre os 61 municípios fluminenses no quesito da importância industrial. Naquele período, a CSN era responsável por 70,9% da produção metalúrgica do estado e 15,6% da do país.

Conjunturalmente, a cidade de Volta Redonda principalmente a partir de 1966, passava por episódios de forte intervenção no sindicato dos metalúrgicos, minando toda possibilidade de organização ativa contra a ditadura a partir da organização sindical. Destacava-se ainda a forte atuação da Igreja Católica, personificada na figura do bispo D Waldyr Calheiros e no movimento social da igreja, expresso na Juventude Operária Católica (JOC). A CSN desde seu início, já possuía na sua gênese administrativa uma

grande presença dos militares. Após o golpe militar, essa influência se amplia para além dos muros da fábrica.

Os militares – que sempre detiveram controle da direção na CSN – a partir do golpe tomaram praticamente a direção da cidade toda. Além de minar toda a ação sindical, os militares indicavam prefeitos, prendiam e torturavam trabalhadores, despejavam operários de suas casas. Volta Redonda neste momento, só possuía uma referência de oposição a Ditadura já que o sindicato estava tomado e os partidos proibidos: a Igreja Católica. Na resistência atuavam também a JOC e alguns militantes de grupos da esquerda revolucionária – que não aderiram a luta armada – juntos em uma frente de organização operária. Mas mesmo antes da chegada de militantes da esquerda revolucionária, Volta Redonda e seus moradores já presenciam uma forte repressão militar à sociedade civil e às autoridades eclesiásticas.

Em novembro de 1967, 4 membros do corpo da Igreja Católica, sendo dois deles, o diácono Guy Michel Thibault e o seminarista Carlos Rosa ocupantes de postos da direção da igreja, foram presos e levados para o 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) da região após distribuírem panfletos de indignação ao momento vivido:

“Em novembro de 1967, quatro jovens pertencentes ao movimento católico JUDICA foram presos pelos militares após serem detidos distribuindo alguns panfletos julgados subversivos. Dois membros desse movimento – Natanael José da Silva (presidente) e Jorge Gonzaga (diretor esportivo e cultural) – acompanhados do diácono Guy Michel Thibault e do seminarista Carlos Rosa, após a missa, resolveram dar um passeio na Kombi da diocese e distribuir alguns panfletos de indignação contra a situação social de Volta Redonda”. (ESTEVEZ, 2015:05).

Outro fato histórico que merece destaque ao descrever a forte conjuntura da repressão nesses primeiros 6 anos de ditadura militar, foi a prisão – também sem direito a *habeas corpus* – em novembro de 1970 do padre Natanael e dois integrantes da JOC, Hélio Medeiros e João Cândido, posteriormente levados para o centro de tortura do 1º BIB, por estarem divulgando panfletos denunciando a violência da ditadura naquela época e as condições insalubres vividas pelos operários da CSN. No mesmo mês, os

militares organizaram uma série de prisões, todos sem o direito ao habeas corpus, de 14 jovens pertencentes a igreja e a JOC – dentre eles havia a presença de alguns militantes clandestinos de grupos da esquerda revolucionária – culminando uma série de prisões em massa de suspeitos de participarem “de levantes comunistas”, conforme sua atuação era classificada pelos militares.

Os casos mencionados demonstram os abusos cometidos pelos militares, o autoritarismo da Justiça Militar e o desrespeito à autoridade episcopal, sendo representativo de uma série de excessos autoritários cometidos em Volta Redonda nos anos iniciais da Ditadura Militar. Todos os presos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, tendo como testemunhas os próprios oficiais do Exército, demonstrando a força que os militares possuíam na época junto ao Poder Judiciário.

Neste contexto já é possível mensurar e constatar a intolerância política que assolava a cidade diante da linha dura dos militares. Diante disso, Volta Redonda seria mais um caso em que os movimentos sociais se articularem em torno da Igreja como forma de reafirmarem a causa pela qual lutavam. Desta forma, se intensificariam as perseguições e prisões até o ano de 1969, quando quem estava à frente do 1º BIB era o coronel Arménio Pereira, que passou a investigar sistematicamente as atividades ligadas à diocese Barra do Pirai/Volta Redonda. A postura crítica da Igreja frente à Ditadura era clara. Com a chegada do bispo D. Waldir para assumir a região diocesana, isso se torna mais evidente. Podemos observar sua postura contra o governo militar na recusa de realizar a celebração de “aniversário do golpe de 64”, apenas um dos muitos exemplos de ações de enfrentamento por parte do bispo. Conforme a Ditadura foi se consolidando, crescem os embates entre a Igreja e o regime. À medida que o monitoramento efetivo e sistemático dos militares toma forma, tornam-se mais perceptíveis as perseguições aos membros vinculados a movimentos considerados à margem das regras impostas pelos militares.

É nesta conjuntura repressiva, que a CSN irá intensificar o nacionalismo e as políticas internas baseadas no mérito individual dos seus trabalhadores, ampliando e fortalecendo o mito da democracia racial. Do ponto de vista da empresa, essa abordagem que possuía duas vantagens. Primeiro, como apontado anteriormente, era de extremo interesse dos militares passar à opinião pública internacional humanos que no Brasil havia

um paraíso racial. A outra vantagem era camuflar as segregações raciais que haviam no interior da empresa.

- A Companhia Siderúrgica Nacional e sua missão abolicionista?

Em nossa historiografia, são pouco exploradas as experiências dos trabalhadores durante a Ditadura Militar, sendo mais incipientes INS as propostas que dialogam com a interseccionalidade racial ou de gênero dentro no cotidiano de violência daquela conjuntura. Larissa Correa e Paulo Fontes oferecem uma valorosa contribuição crítica a esse respeito:

“Nesse sentido, não é surpresa observar que os trabalhadores – um dos atores sociais mais expressivos da conjuntura política do pré-golpe –, têm sido razoavelmente negligenciados neste conjunto de análises mais recentes sobre o período. Nos numerosos eventos e nas atividades sobre o cinquentenário do golpe, esta ausência tem sido notável. Até o momento, as análises sobre memórias durante o regime militar, baseadas sobretudo nos depoimentos de militantes de esquerda oriundos do movimento estudantil, das camadas intelectuais e artísticas, assim como os estudos sobre a luta armada, imprensa, política econômica e o aparato repressivo, encontram-se entre os temas mais explorados sobre o período”. (CORREA, 2016:130)

O esforço em promover pesquisas que elucidem novas questões sobre os trabalhadores nos anos iniciais do pós-golpe de 1964 possibilita a emergência de um novo olhar sobre esta classe da nossa sociedade, indo em viés oposto a ideia de estagnação e paralisação perante o autoritarismo do período. Grande parte de historiadores, influenciados por estudos do período anterior ao da Ditadura Militar, tratando de temas como corporativismo e populismo, tenderam a concluir que os anos iniciais da Ditadura aprofundaram os mecanismos de controle estatal, herdados do governo Vargas causando uma imobilidade dos trabalhadores que não eram organizados em grupos da esquerda revolucionária:

“De modo geral, chama a atenção o pouco número de publicações acadêmicas sobre o movimento sindical ou o sobre o universo do trabalho em geral naquele período, especialmente entre 1964 e 1978. Além disso, o caráter repressivo e controlador do regime, que praticamente procurava tornar os sindicatos brasileiros uma extensão do Estado, pode ter dado a impressão de

que não havia nada de interessante a ser estudado naquele período, salvo as esparsas manifestações de resistência por parte da classe trabalhadora".
(CORREA, 2016:139)

Parte desta historiografia tratou os primeiros anos da Ditadura Militar, até metade dos anos 1970, como se todo o universo do trabalho no pós-golpe de 1964 e suas políticas iniciais fossem uma continuidade do período varguista. Nossa pesquisa se insere com o intuito de elucidar novas provocações sobre a mobilidade dos trabalhadores nos primeiros anos da ditadura militar, além de preencher lacunas referente ao ideário da democracia racial e do branqueamento no meio fabril.

Isto posto, analisaremos abaixo o periódico *O Lingote*, a fim de identificarmos pelos discursos e imagem nele contidos o discurso nacionalista e a falta de mobilidade social dos operários negros. Antes, uma breve reflexão sobre os motivos da escolha dessa fonte primária e uma contextualização sobre as características desse periódico.

A estratégia por utilizar *O Lingote* como fonte, um periódico que serviu com um instrumento de influência e dominação da classe dominante, que no seu discurso reproduzia o pensamento hegemônico daquele período – fomentava o ideal da democracia racial entre seus operários e família – baseou-se na proposta de questionar o discurso que era apresentado aos trabalhadores. Atentando às entrelinhas do texto e às imagens publicadas, buscamos elementos para responder às questões levantadas sobre o racismo institucional, a falta de mobilidade e a insegurança estrutural na empresa, que buscava camuflar este fato usando do discurso nacionalista aliado ao mito da democracia racial. As questões analisadas para a análise das fontes decorreram das leituras feitas ao longo do mestrado, sendo pertinentes para a contextualização das evidências: Como a CSN enxergava o seu papel na formação de uma nova classe operária, mais hierarquizada e desigual em nível técnico, que no período anterior? Como os militares através de *O Lingote* difundiam o mito da democracia racial para afirmar que todos seus operários eram enxergados e valorizados pela empresa sem distinção de cor?

Diante da ausência de dados sobre a composição racial da força de trabalho – tanto por parte do IBGE quanto da CSN – e da relutância da empresa em ceder o acesso a ficha cadastral de seus operários, *O Lingote* nos dá uma oportunidade de explorar, além de suas

imagens, mas as ideias e pensamentos de um período tão violento de nossa história. A coluna analisada, “O Homem no trabalho”, enriquece nossa pesquisa ao expor fotos e textos que nos permitem refletir sobre como a CSN via seus trabalhadores.

A questão racial na nossa sociedade, já estava presente em *O Lingote* anos antes do período aqui pesquisado. Leonardo Ângelo da Silva já havia localizado o uso da expressão no periódico em junho de 1954, na coluna “Conheça seu colega de trabalho”:

“O caso do senhor Renato Siqueira (já tratado no início do capítulo) que teve vários filhos e que infelizmente teve morte prematura de bisneta é um caso revelador do tipo de conceito racial que o periódico expunha. Na matéria sobre Siqueira o periódico expõe que ele não poderia “mais se responsabilizar pela eugenia dos descendentes”, isso é bem típico do tipo de vocabulário que a equipe utilizava”. (Silva, 2019:96).

O Lingote foi publicado de 1953 a 1977 pela CSN, para funcionar como um veículo de comunicação dos diversos setores da empresa, mas ultrapassava os limites dos seus muros, abarcando toda comunidade de Volta Redonda. Um dos seus focos, era destacar a CSN como a indústria que carregava o país para a tão sonhada modernidade, ao mesmo tempo descrevia os avanços produtivos como glórias de batalhas travadas por seus operários. *O Lingote* circulou quinzenalmente até 1957, posteriormente sendo distribuído mensalmente. Editado no Rio de Janeiro, era a principal fonte primária da CSN para assuntos internos, sendo por vezes citado na imprensa pública (Silva 2019).

A linguagem adotada no periódico não fazia menção direta a cor ou raça. Para identificar os indivíduos, tomamos como metodologia básica a classificação de negro ou branco com base nas características fenotípicas. A identificação de cor da pele negra, cabelos crespos e nariz arredonda nas imagens nos permite classificar os indivíduos como negros. Leonardo Ângelo da Silva fez observações relevantes sobre as posições ocupadas por trabalhadores e trabalhadoras negros na empresa e sua presença ou ausência nas páginas de *O Lingote*:

“Minas e Volta Redonda comungavam de áreas com trabalho pesado e braçal, contudo, Volta Redonda apontava maior diversidade funcional no pós-1946 pois com o início da produção na usina levas de novos trabalhadores e funções (de vários níveis) adentram os muros da fábrica para a produção de aço. Ademais, Volta Redonda possuía uma população majoritariamente migrante. Ainda sobre Volta Redonda é interessante notar que mesmo que os trabalhadores negros fossem a maioria para os primeiros anos de construção e produção da CSN as mulheres negras não apareceram nas páginas do periódico da empresa”. (Silva, 2019:90).

Podemos constatar que *O Lingote*, serviu como um instrumento de comunicação e alienação da empresa e dos militares em relação a com seus operários, sem romper o vínculo relacional com os funcionários, partindo da premissa de que era tarefa de todos agir em prol do Estado nacional como fomentador do progresso do país. Ao silenciar o debate da cor e raça, o periódico pretendia mostrar para quem estava de fora dos muros que não haviam segregação entre seus operários, valorizando o trabalho manual no “mesmo nível de importância” do trabalho mais técnico, implicando que todo trabalhador honesto e aplicado era digno de estar ali.

A imagem analisada a seguir não foi publicada na coluna “O Homem no Trabalho”, porém nos permite contextualizar duas evidências apontadas: o reflexo dos planos de metas herdados do governo JK e a quebra do idealismo paternalista. O incentivo ao aumento constante da produção de aço, não foi deixado de lado pelos militares logo após o golpe, sendo mantido entre os objetivos principais da CSN. Logo na capa de *O Lingote* na edição de 1º de maio de 1964, a manchete “Aumento da produção e valorização do trabalho” indica que a empresa e os militares, já deixavam nítido o objetivo da produção alcançar a marca de 3,5 milhões de toneladas de aço e o discurso de abandono do paternalismo, reforçando que Volta Redonda era um local de “brasileiros livres”. Isto reforçava a ideia do ser nacionalista, ser brasileiro, atrelada ao aumento da produção e à valorização do trabalho. A mensagem era: “trabalhe mais para aumentar a produção e seja valorizado pelo seu esforço individual”.

Imagen 1

AUMENTO DA PRODUÇÃO E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL
MENSÁRIO EDITADO PELO
SERVIÇO DE IMPRENSA

ANO XI
N.º 163

O LINGOTE
RIO DE JANEIRO, MAIO DE 1964

**Uma Reestruturação em
Benefício do Trabalhador**

Razões imperiosas, de ordem técnica e administrativa, ditaram as modificações na estrutura da Companhia Siderúrgica Nacional, na última assembleia extraordinária.

Assim, a Direção da CSN une uma equipe com pleno conhecimento dos problemas da empresa e sobretudo consciente da necessidade de equacioná-los, em novas bases. A vivência desses problemas, nos anos recentes, ensejou aos diretores fixar os pontos carentes de reformulação completa e imediata.

Dai, surgiram providências para a reestruturação da Diretoria de Transportes pela Diretoria de Manutenção e a volta da Diretoria Comercial, remembando as Diretorias de Vendas e Compras. De tal modo essas medidas estavam na expectativa máxima da CSN, que dispensam explicações.

Merceu comentário, porém, pelo que representa de inovação bem orientada, a criação da Diretoria do Pessoal e Serviços Sociais.

A DPSS não é resultado de pressões da antiga Diretoria Secretaria, mas é fruto de um alicerce sólido, de determinada época, os problemas do pessoal (ex-foto de Volta Redonda) e os serviços sociais. A DPSS foi idealizada e estruturada com objetivos muito mais amplos, de trazer e executar uma política global de pessoal, na CSN, como estava a exigir o crescimento da empresa.

A criação da DPSS resulta de estudos de profundidade realizados dentro da própria CSN, à luz dos modernos conceitos de administração, na parte de pessoal. As relações de trabalho, afeto e interação, sempre pregeadas no ambiente de trabalho, sempre considerado fundamental ao pessoal unidade e sobretudo continuidade de tratamento. Orientação inversa, traz efeitos negativos. Intermitência ou separação de áreas, no encaminhamento de soluções de problemas do pessoal, redundam sempre em agravamento desses problemas, como tem sido comprovado nas grandes organizações e na própria CSN.

Todas as mudanças foram feitas em conta, na criação da DPSS. E por isso érgico da Diretoria Industrial como o Departamento do Pessoal, o Departamento de Segurança Industrial, grande parte da Linha de Engenharia Industrial e o Centro de Treinamento e Seleção foram incorporados à nova Diretoria, uma vez que atuam caracteristicamente na área do pessoal. Esses órgãos de recrutamento, seleção e segurança vão ser articulados agora com os de formação cultural e técnica (as escolas) e com os de assistência, sob comando direto da DPSS.

Esta nova orientação trará benefícios para os trabalhadores da CSN, como se verá, a breve prazo, e como é do desejo da nova administração da empresa.

TÓPICOS

- O Presidente da República deve o melhor acolhido à idéia de constituir a Diretoria com videntes funcionais da própria CSN;
- Dos sete diretores, cinco integram os quadros da empresa e dois foram recondutidos, o que assegura homogeneidade indispensável ao trabalho de equipe;
- A produção de materiais-primeiros é fator importante para a segurança de funcionamento da Usina, além de ampliar o mercado de trabalho. Só importarmos aquilo que não pudermos produzir no Brasil;
- O respeito ao princípio de autoridade e da hierarquia será uma constante da nova administração;
- Tódas as conquistas técnicas e científicas são frutos do trabalho persistente e dedicado. O trabalho é sempre será dignificado na CSN;
- Volta Redonda não é apenas uma usina produtora de aço; é também uma força de trabalhadores de alta qualificação profissional.

1a. REUNIÃO

A nova Diretoria da CSN realizou a sua primeira reunião em Volta Redonda, na tarde do dia 10 de abril passado, por convocação do General Osvaldo Pinto da Veiga, que assim demonstrou o apreço dos recém-eleitos pela Cidade do Aço. Desta reunião, na qual foram tomadas orientações de liberações, é a foto acima.

3

A valorização do trabalhador siderúrgico, no campo social, inscreve-se entre os objetivos primordiais da nova administração da Companhia Siderúrgica. Ao dar posse aos diretores da CSN e, posteriormente, em Volta Redonda, na solenidade de 1.º de Maio, reafirmou o gen. Osvaldo Pinto da Veiga que na CSN se exerceria a verdadeira justiça social, sem demagogia e sem paternalismo.

4

O outro objetivo básico da nova administração é aumentar a produção e a qualidade do aço de Volta Redonda. A curto prazo, deverá a Usina elevar sua produção para um milhão e seiscentas mil toneladas anuais, através do chamado "Plano Intermediário", para atender às crescentes necessidades do mercado consumidor brasileiro. Em seguida, deve partir para novas etapas de produção, até alcançar o índice de 3,5 milhões de toneladas de lingotes.

Na sua mensagem aos trabalhadores da CSN, por motivo das comemorações do "Dia do Trabalho", lembrou o presidente que Volta Redonda é um exemplo vitorioso da mobilização de vontades livres, de brasileiros livres, para dotar o Brasil dos instrumentos de sua emancipação econômica. O grande parque industrial da CSN simboliza os anseios irreprimíveis de progresso do povo brasileiro, mas de progresso fundamentado na ordem.

Em nome dos Diretores recém-eleitos, o Coronel Antonio Carlos Gonçalves Pêra pronuncia expressivo discurso, publicado na página 7 desta edição

DIRETORIA E ESTATUTOS DA CSN COM NOVA CONFIGURAÇÃO

Tiveram repercussão na CSN, com a seguinte cronologia, os acontecimentos político-militares das últimas semanas, que culminaram com a vitória da Revolução Democrática brasileira:

- 7 de abril — Nomeado presidente da CSN o gen. Osvaldo Pinto da Veiga, por ato do presidente em exercício Raniere Mazzatorta.
- 8 de abril — Posse do novo presidente, em cerimônia realizada no Escritório Central, no Rio de Janeiro.
- 9 de abril — O gen. Osvaldo Pinto da Veiga endereça saudação a toda a família siderúrgica, por motivo do aniversário da CSN.
- 11 de abril — O presidente visita as instalações industriais de Volta Redonda, acompanhado com os engenheiros, técnicos e chefes de serviço.
- 23 de abril — O presidente Humberto Castelo Branco confirma o gen. Pinto da Veiga na presidência da CSN.
- 25 de abril — Assembleia Geral Ordinária, para exame das contas do exercício anterior e outra Extraordinária, para modificação dos estatutos e aumento do capital social, nomeação dos novos diretores, conselheiros e aprovação do prêmio do art. 49.
- 27 de abril — Posse dos novos diretores e membros dos Conselhos Consultivo e Fiscal.
- 1.º de maio — Festividades do "Dia do Trabalho" em Volta Redonda.

De todos esses acontecimentos, damos noticiário detalhado nesta edição do LINGOTE.

Na edição de junho de 1964, logo na segunda página nota-se a preocupação dos militares e da CSN não apenas em dominar o trabalho operário, mas também em exercer uma grande influência subjetiva sobre os seus empregados, moldando da forma que bem entender o seu trabalhador. Chama a atenção o fato de que a CSN menciona que a “Diretoria de Pessoal e Assistência Social” poderia ser denominada “Diretoria de Engenharia Humana”, o que indica claramente o objetivo de entender, controlar e moldar o operariado.

Valorização do Homem

Objetivo da Diretoria de Pessoal e de Assistência Social
Eng. Newton Coimbra B. Cotrim
Diretor de Pessoal e de Serviços Sociais

É muito frequente em projetos de expansão industrial, no Brasil e no mundo, relegar a um plano secundário o problema do homem que deve fazer funcionar o complexo equipamento e as intrincadas organizações dele decorrentes.

Aqui mesmo no CSN, não obstante a majestosidade das instalações industriais, projetadas com os recursos da moderna técnica, são constatadas algumas falhas no que diz respeito às facilidades que deveriam ser postas à disposição daqueles que têm o dever de fazê-las funcionar. Era mister corrigir tais deficiências e, nesse campo, muito foi feito pelas Diretorias passadas, e apesar disso, muito mais precisa ainda ser feita pelo atual. É imprescindível, contudo, conhecer o homem em todos os seus aspectos, para poder atacá-lo convenientemente.

Cabe à Diretoria de Pessoal e de Serviços Sociais, dentro da conceituação moderna de empresa industrial ou comercial, uma tríplice finalidade:

a) — fazer com que sejam utilizados racionalmente os recursos humanos de que possa dispor a empresa;

b) — obter o máximo de desenvolvimento profissional e intelectual possível dos componentes das equipes de trabalho;

c) — promover o perfeito entendimento entre dirigentes e dirigentes, assegurando, pela justiça no trato dos problemas derivados do trabalho e pelo amparo social ao trabalhador e sua família, um clima de tranquilidade e de bem-estar social.

Este tripleno objetivo demonstra a complexidade dos problemas que devem ser enfrentados pela nova Diretoria de Pessoal e de Serviços Sociais, que bem poderia ser chamada de Diretoria de Engenharia Humana, pois terá que lidar com um único material — o Homem, e para isto deverá empregar técnicas apropriadas.

É indispensável conhecer a matéria-prima com que se deve trabalhar para poder indicar as técnicas e os processos mais aconselhados.

O Homem é um complexo de sentimentos, de qualidades e de defeitos. Cada trabalhador, a par de suas habilidades culturais e profissionais, possui certas aspirações, gostos, esquisitices, preocupações e entusiasmos, e seu comportamento, no trabalho e na vida social, é por elas ditado.

Qualquer indivíduo humano, é impossível quem ele seja, dentre suas aspirações e objetivos, tem alguma que considera mais vital que outras, e, em consequência, está mais apto a aceitar determinadas limitações em uns, reagindo, contudo, violentamente, ao menor sinal de cerceamento de outros.

Dentre as aspirações mais vitais podem-se reconhecer, com facilidade, algumas delas, dentre elas, o desejo de dar expansão ao gênero criativo, o senso de propriedade, o desejo de se fazer distinguir ou reconhecido, o anseio pela estabilidade de recursos econômicos, o amor próprio, o espírito de luta, o espírito associativo e o desejo de servir ao próximo desinteressadamente.

É em torno dessas aspirações que se situa o campo de ação da engenharia humana. É procurando interpre-

tá-las que se pode atingir um de dos maiores objetivos objetivos — a paz social.

Para maior facilidade no ataque ao conjunto de problemas a serem enfrentados pela Diretoria de Pessoal e de Serviços Sociais, é conveniente que sejam abertas duas frentes de trabalho:

- a) — o Homem no trabalho
- b) — o Homem na família e no meio social.

Para atacar o primeiro objetivo, é constitutivo da direção permanente de Pessoal e, para o segundo, reformular-se a Superintendência dos Serviços Sociais. É evidente, contudo, que qualquer dessas Superintendências não pode agir isoladamente, pois são grandemente interdependentes. O comportamento do Homem no trabalho é fortemente influenciado por suas experiências na vida em família ou no meio social, e, de igual maneira, o comportamento na sociedade é condicionado pelo ambiente no trabalho.

A Superintendência de Pessoal caberá resolver os dois primeiros objetivos da Diretoria de Pessoal e de Serviços Sociais, isto é, atenta ao problema econômico da empresa, selecionar convenientemente aquelas que devem exercer determinadas atividades, dar a todos igual oportunidade de aperfeiçoarem seus conhecimentos técnicos e profissionais, desempenhando ao máximo as suas capacidades, fixar adequadamente as estruturas organizacionais e os níveis salariais, premiar, com justiça, aquelas que mais se distinguem, assegurar o acesso a todos os altos postos de trabalho àqueles que mais o merecerem, certificar-se de que cada um está recebendo, de seus superiores hierárquicos, atenções e tratamento equânime, compatíveis com a dignidade da pessoa humana. Assim fazendo, a Superintendência estará na oportunidade de a que o trabalhador se sinta realizado, pois estará exercendo suas atividades em ocupação que lhe permita satisfazer o seu instinto criativo, o seu amor próprio, o seu desejo de sobressaír, o seu sentimento de posse, sua segurança no trabalho e sua estabilidade no emprego, proporcionando-lhe, ainda, oportunidade de um convívio saudável com os companheiros de trabalho.

Paralelamente a essa atividade da Superintendência de Pessoal, estará a Superintendência dos Serviços Sociais proporcionando ao próprio trabalhador e à sua família assistência médica-hospitalar, assistência alimentar, assistência habitacional, assistência profissional e assistência social, facultando-lhe, ainda, os meios para que possa praticar os esportes, assistir a espetáculos esportivos, artísticos e culturais, dando-lhe, enfim, oportunidade para servir a seus semelhantes, completando, destarte, a satisfação pela vida. É indispensável que o homem sinta que sua família está sempre presente, amparada, na vivência e no infarto, que a sua filhos são encorajadas as mesmas oportunidades de instrução e de progresso que a qualquer outro, que lhe seja possível obter sua casa própria ou alugada, enfim, que, qualquer que seja sua condição hierárquica no empreendimento, é ele merecedor do respeito e da consideração de seus con-

cidadãos na sociedade em que vive.

São estes os caminhos traçados pela Diretoria de Pessoal e de Serviços Sociais para alcançar o seu objetivo fundamental — a **VALORIZAÇÃO DO HOMEM**.

XI Aniversário do Hospital

Com Debates e Comemorações

Ocorreu no mês de maio o XIº aniversário do Hospital de Volta Redonda. Possuindo um Centro de Estudos onde são tratados e debatidos em constantes reuniões os mais interessantes assuntos de clínica médica da cidade do aço, representa, o Hospital, um papel importante na comunidade. Na instalação solene das festividades o Dr. Haroldo Arnaud Taveira, Diretor do Hospital, fez uma breve exposição das atividades de assistência médica que vem prestando a Companhia Siderúrgica Nacional a seus empregados e dependentes, ressaltando, também, a participação da diretoria do Centro de Estudos Paulo Menes, pelos resultados obtidos em seus trabalhos.

PROGRAMA

Como parte das comemorações do aniversário do Hospital, foi cumprido um intenso programa de estudos, com reuniões que se realizaram às sextas-feiras, para as quais foram convidados renomados especialistas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

No dia 8 foram apresentados os trabalhos sobre Encarceramento

Novo Chefe Para o Escritório de NY

Para chefiar o Escritório de New York, em substituição ao Engº Geraldo Fonseca, o Presidente da CSN, General Oswaldo Pinto da Veiga, vem de designar o Engº Aparecido Rodrigues da Cunha, que assumirá imediatamente o seu novo posto.

Dois mais antigos engenheiros da CSN,inha o Engº Aparecido Rodrigues da Cunha desempenhando as funções de Gerente Geral de Compras, em Volta Redonda. Esta é a segunda vez que o Engº Aparecido chefa o ENY, sendo a primeira de princípios de 1953 a fins de 1957.

BELO TRABALHO DA OFICINA GRÁFICA DE VR

Está sendo distribuído o Relatório da Diretoria referente ao Exercício de 1963. O documento detalhando o resultado das atividades da Oficina Gráfica de Volta Redonda (CSN). As capas e paginação são de José Asmar.

A Divisão de Artes Gráficas lavorou um tanto com a impressão do Relatório de 1963.

AGRADECIMENTOS

Recebemos, na redação "d'O Linge", carta do Dr. Percy Jorge Henrique e sua esposa D. Alice Almeida Henrique, pedindo que tornássemos público o agradecimento do casal a todos aqueles que os confortaram no transe profundo a que o destino os submeteu. Pediram que o agradecimento não fosse preso, mas sim o estendido para todos aqueles que compuseram suas atividades em Volta Redonda; mas, por um devere de justiça, solicitaram-nos fosse ressaltada a dedicação e o carinho da equipe do Hospital da CSN e aos cirurgiões-dentistas e profissionais, colegas e amigos do casal, que viveram e vivem sua sorte.



Acima, o Dr. Mario Miranda, quando falava no Centro de Estudos. Ao centro, o Dr. Pedro Jaimovich falando sobre a Maternidade. Em baixo, o Dr. Arnaud Taveira quando procedia à abertura solene dos trabalhos.



mento Pulmonar (Dr. Reginaldo S. Marcelo); Hipernefroma (Dr. Pedro Carlos Teixeira); Puericultura e Educação Sanitária (Drs. Riva Tavares Rezende); Doença sem pulso (Dr. Randolfo S. Thiago Fernandes) e ainda foram tratados em Volta Redonda os problemas do "Pré e Post-Operatório", em que participaram os Doutores Walter Ferreira, Edílio Guettzenstein, Mário Miranda, Edmundo Blundi e Randolfo S. Thiago Fernandes.

Como a participação dos Doutores Fletz Neto, Gil Spilhorghs, Valdo Rolim de Moraes, Artur dos Santos, de São Paulo, e do Dr. Dival Ramos, da CSN, foi realizada, no dia 15, uma interessante mesa redonda sobre tratamento de "Artrite Reumatoide". Neste momento foram abordados os temas "Prevenção e combate ao alcoolismo" pelo Dr. Hermano Guimarães; "Cirurgia Oral", Dr. Antônio D'Aparecida Baptista; "Traumatologia de Urgência", Dr. Walter Burger e "Noborabóticos na prática", Dr. Ney de Almeida Melo.

No dia 22 o Dr. Soares Maia, do Estado da Guanabara, apresentou trabalhos sobre a Cirurgia da Câncer, Uterino, Cervico-Vaginal e Prevenção do Câncer do Colo Uterino. Na parte referente a temas livres o Prof. Ayres Duarte apresentou o trabalho "Treinamento Intra-Hospitalar" e os Drs. Osório Leme Monteiro e José Augusto Mourado de Palava apresentaram "Hemograma do Controle na Indústria" e "Reabilitação e Reemprego", respectivamente. Sobre o tema "Acefia e Educação Sanitária" foi o trabalho da Enfermeira Joséfa Monteiro Bastos, que e colaboraram os enfermeiros Dolores Diger Freitas, Maria Luiza Teixeira Marilia, Maria Cecília Barbosa, Maria Stela Vilela e Margarida Souza Lima. A dietista Stela de Albuquerque tratou de "Dieta e Emagrecimento".

Com a participação do Professor Nicola Caminha e dos Drs. Amaral de Oliveira Carvalho e do Dr. Atilio Ribeiro, foi realizada, no dia 29, a mesa redonda versando sobre "Radiologia simples do Abdomen". Na parte dedicada aos temas livres o Dr. Heyder de Oliveira tratou da "Anestesia Geral e Transfusão de Sangue" e o Dr. Pedro Jaimovich apresentou "Vácuo-Conduktor" — análise dos casos ocorridos na Maternidade. O trabalho da Irmã Irene Reis foi sobre "Serviço Médico-Social na Medicina Moderna".



Na edição de junho de 1964, começa a ser publicada a coluna “O Homem no Trabalho”, que reafirma o discurso nacional-desenvolvimentista em prol da coletividade dos operários para o avanço da produção, ou seja, que com o avanço do quantitativo da produção teríamos o progresso do desenvolvimento do país. É simbólico que os operários escolhidos para ser retratados na 1º edição da coluna “O Homem no Trabalho” sejam os do alto forno, pois além de serem um símbolo da siderurgia, essa é a área de produção final dos lingotes de aço tendo seu rendimento sido usado para enaltecer o aumento da produção naquele período.

Nesta estreia da coluna, já chama à atenção a quantidade de tempo de trabalho de dois operários ali destacados – que pelas fotos podemos ver que são negros – e a manutenção efetiva na função, de baixa remuneração, em que ainda serviam ` empresa. Um deles, porém, obteve mais mobilidade comparado aos outros casos analisados. José Maria Gomes trabalhou com descarga de matéria-prima desde 1953 e foi alçado à condição de mestre naquele ano de 1964, sendo o único caso da coluna em que identificamos um operário negro tendo mudado de profissão após 10 anos de serviço. Geraldo Francisco, operário negro, tinha antes sido canaleiro e era agora operador, mas já ocupava o mesmo cargo há mais de dez anos.

Imagen 3

O HOMEM

NO

TRABALHO



Manoel dos Santos Reis Fernandes, abrindo a Válvula de Gás de um dos Regenadores.

SIDERURGIA é, antes de tudo, trabalho de equipe. Não importa em que fase do processo de produção esteja colocado o trabalhador siderúrgico, a sua contribuição será sempre importante para o resultado final das atividades da Usina. Quando o DEX, em Volta Redonda, entrega uma partida de laminados ao cliente da CSN, ali está a soma de esforços de toda uma coletividade. Tem uma parcela de mão-de-obra do minério de carvão no Sul, do cavaqueiro em Minas, do canaleiro do Alto-Forno, do operário de oficina, operador da Laminaria e do homem da Coqueira, tem o trabalho especializado do engenheiro e do técnico e também daqueles que executam serviços auxiliares. Todos são peças importantes de uma grande engrenagemposta a funcionar, para dar mal aço, de melhor qualidade, ao Brasil.

Com a seção "O Homem no Trabalho" iniciamos uma série de pequenas reportagens para mostrar quem são e como atuam, nos diferentes setores da Companhia Siderúrgica, os homens incumbidos da produção.

Os Altos-Fornos vêm marcando sua atividade, nos últimos tempos, por acentuado rendimento de produção. Novas marcas vêm sido registradas, com frequência regular, demonstrando que o pessoal do DAF vem correspondendo, com o seu trabalho, ao esforço geral para aumento da produção e da produtividade na Usina da CSN.

Pelos motivos acima e também por que o Alto-Forno é a unidade símbolo de uma planta siderúrgica, vamos focalizar no trabalho de hoje uma das equipes de turno do Alto-Forno n.º 1, que estava em plena faina para preparar uma corrida de gusa, quando da visita da reportagem de O LINGOTE.

Quatro canaleiros ultimavam

o seu trabalho, na ocasião. A preparação dos canais por onde a gusa é levada para a faina que se renova a cada corrida, é sempre remover os restos do ferro que se depositam e solidificam. E disso estavam incumbidos, no seu turno, no AF n.º 1, José Cristiano de Oliveira, Altamyr Gomes de Oliveira

Campbell, José Custódio Marques e Oliveira Cristiano Malta.

José Cristiano da Silva nascera aquela oportunidade estava substituindo o forneiro, comandando a perfuração do AF para a corrida, depois de completados os trabalhos de preparação do canal. Com 12 anos de casa, é mestre de oficina na CSN como servente e depois de um ano, em que procurou se especializar, observando e procurando sempre aperfeiçoar seus conhecimentos, foi classificado canaleiro. É solteiro, adepto incondicional do Flamengo e não raras vezes se arranca de Volta Redonda para enfrentar as filas no Maracanã, para ver seu clube. Altamyr e Zé Custódio têm o mesmo tempo de casa (12 anos). O primeiro, começou no Largo da Pólvora de Belo Horizonte (NEU), é casado com D. Maria Salomé e possui 3 filhos. O Zé Custódio começou também como servente e foi melhorando pouco a pouco. É casado, com 4 filhos, dos quais dois também casados. Mora no Acampamento Central

José Maria Gomes de Carvalho é simplesmente "Zé Maria" é foi anteriormente focalizado em O LINGOTE, na seção "Conheça seu colega". Naquela época trabalhava na seção de descarga de matérias-primas. Isso foi em 1953. Na Usina, já serviu no Almoxarifado, na Aclaria, na Laminaria e, nas Oficinas Mecânicas. Zé, é mestre do Alto-Forno e nessa qualidade acompanha atentamente as variações de temperatura e os equipamentos de registro existentes na cabine de controle. Sente-se realizado nessas funções.

e espera receber, em breve, sua casa. O que tem menos tempo de casa é Oliveira Cristiano Malta. Mas já vai fazer oito anos de CSN. Casado, é pai de seis filhos e mora no Retiro. Está na casa dos oitocentos e poucos, na lista dos moradores e seu grande sonho é morar na Vila. Quando isto acontecer, vai deixar a bicicleta, que atualmente usa como condução individual, apenas para passeios aos domingos.

Como escorreiros, encarregados de remover a escória do Alto-Forno, trabalhavam, na ocasião, Pedro Martins e Joaquim da Paula. Pedro está no AF n.º 1 desde a primeira corrida de gusa registrada em Volta Redonda. Naquela época era ajudante de escorreiro, tendo sido antes, na fase de construção, lubrificador de máquinas e da parte mecânica do Alto-Forno. De seu casamento com D. Edite tem três filhos que são sua constante alegria e cujas traquinadas muito o divertem. Quase tanto como os filmes de Grande Otelo ou Mazarol, que não perde um. Joaquim de Paula vai fazer 13 anos de CSN, dos quais 9 como escorreiro de escorreiro, que é que veio com segurança e comprova. Tem seis filhos, de seu casamento com D. Maria das Dores, e mora com a família no Bairro São Geraldo. Trabalhando como ajudante de escorreiro, encontramos também Salvador Celestino. Tem apenas 8 meses de serviço, o que vale dizer, é muito "brôto" ainda na CSN. Mas já é conhecido pela sua atuação esportiva, nas fileiras do Industrial.

Geraldo Francisco Roque é o operador da ponte rolante, cargo que ocupa há dez anos. Antes, foi canaleiro do Alto-Forno. Com 12 filhos e sete netos, sua grande alegria é, ao lado da esposa, o que vale dizer, é muito "brôto" ainda na CSN. Mas já é conhecido pela sua atuação esportiva, nas fileiras do Industrial.



Nas fotos aparecem: o Mestre de Alto-Forno José Maria Gomes de Carvalho e o Operador da ponte rolante Geraldo Francisco Roque, em movimento na área de corrida.

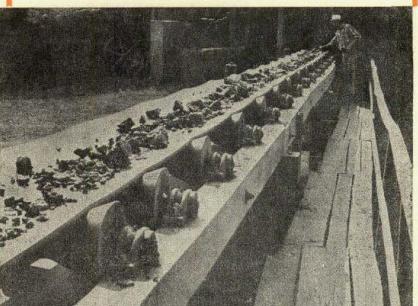
PROGRESSO EM ÁGUA PRETA

A CSN acaba de mecanizar integralmente os serviços de lavra subterrânea e reformar a planta de tratamento da mineração de Água Preta, obtendo assim melhor produtividade.

Situada nos subúrbios da cidade de Conselheiro Lafaiete, a antiga mineração do mangânese vem sendo lavrada desde 1904. Para mecanização da lavra subterrânea foi perfurada uma galeria com 2.000 metros, com 164 metros de extensão, através das rochas de cimento, até atingir o corpo mineralizado. Nesta lava a extração se faz do teto da galeria para a superfície. Vagonetas, conduzindo o minério de mangânese, são descarregadas na praça fronteira à boca da galeria onde é feita a escolha prévia do material que provém das frentes subterrâneas de mineração, a fim de libertá-lo do material estéril. Em seguida o minério é transportado para o processo de tratamento.

Também a planta de tratamento sofreu inteira remodelação, aumentando o seu rendimento quer no setor operacional que na escolha do minério. As instalações foram modernizadas, utilizando agora o sistema de uma correia transportadora, acionada por motor elétrico e associada a aparelhagem aperfeiçoada, de rendimento muito superior ao que obtinha anteriormente.

Para aumentar a capacidade técnica dos novos mestres, mecânicos e operários todo o equipamento empregado foi recuperado da antiga planta de tratamento de minério de ferro da Casa de Pedra, e outros equipamentos como os redutores de velocidade, polias de reversão do cabo do guincho, tambor de enrolamento, assim como toda a correia transportadora, foram confeccionados no Setor.



Nova correia transportadora na mineração de Água Preta.

Salvador e Pedro Martins, à esquerda, e Joaquim de Paula, quando perfuravam o forno para a descarga de escória.

A coluna “O Homem no Trabalho” do mês de setembro de 1964, é pertinente para evidencarmos como os operários negros, em sua maioria, aparecem em postos de trabalho mais pesados e insalubres que os trabalhadores brancos. Nela vemos destacados trabalhadores da empresa terceirizada Fábrica de Estruturas Metálicas (FEM), sendo dois deles trabalhadores brancos, que recebem destaque na matéria.

O primeiro, Fernando Santos Pinho, 22 anos de CSN tendo iniciado como desenhista, é citado como exemplo de orgulho por ter percorrido toda a hierarquia até se tornar chefe e engenheiro da FEM, inclusive tendo suas iniciais marcadas num equipamento da empresa que aparece em destaque no periódico. Já o desenhista João de Brito recebe destaque por ser antigo na FEM, porém novo de idade. Ele tivera a oportunidade estudar na Escola Técnica (ETPC) da cidade – instituição criada para treinar mão-de-obra especializada para o uso de novas tecnologias, que se distingua por dar um nível técnico a poucos trabalhadores, criando uma hierarquia entre eles. Era o que ocorria com Brito, que já ostentava o cargo de chefe. Ambos são brancos, como podemos notar nas imagens.

Também na coluna “O Homem no Trabalho”, encontramos alguns exemplos de janeiro a agosto de 1965 que são pertinentes para nossa pesquisa. Nas edições desse período, há exemplos da disparidade entre trabalhadores brancos e negros em relação a mobilidade nos cargos ocupados na empresa ao longo dos anos. Jorge Negri e Paulino Cadinelli, brancos, iniciaram na CSN respectivamente em 1950 e 1947. Jorge foi de auxiliar de escritório na rádio da empresa a secretário, possuindo alguns programas ao seu cargo em 15 anos trabalhados. Paulino foi de mensageiro a auxiliar até assumir o cargo de contabilista em pouco mais de 11 anos de empresa. Em comparação, temos o exemplo de Eurico da Cruz, negro, fichado na CSN desde 1943 como servente, que em 1950 passou a ser jardineiro da rádio, exercendo a mesma função até o segundo ano da Ditadura Militar. A partir daí, não houve mais nenhum avanço funcional dentro da empresa para Eurico, que seguia ainda como jardineiro até a data da publicação.

O Homem (Está Sempre) no Trabalho

para manter

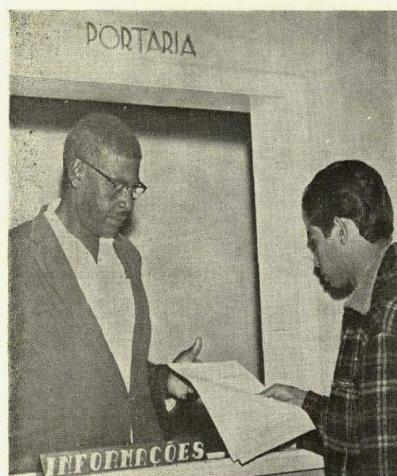
ZYP-26 NO AR



Jair Tavares, José Alves e Alvaro Iglesias, na sala de operações da Rádio.



Acima José Madureira e Eduardo de Carlos, dois locutores da ZYP-26 e, em baixo, Sebastião Custódio Filho, o homem das informações e o mensageiro Jorge Rodrigues Ribeiro.



1

FIGURANDO como um dos pontos altos das festividades comemorativas ao 14.^o aniversário da Companhia Siderúrgica Nacional precisamente as 8,30 hs. do dia 9 de abril de 1955 entrou no ar a ZY-26. Coube ao então Presidente da CSN, Gén. Edmundo de Macedo Soares, acionar a chave que pôs em funcionamento a emissora. Desse dia em diante, constante e permanente, o sinal de queimada de quase todos os Valt. Voltou a conhecer a Rádio Siderúrgica Nacional, a sua discoteca, o auditório e o grande estúdio, dotados de todos os recursos modernos e convenientemente aparelhados, como também a sua bela decoração.

Com pouco mais da dezena de transmissões destinadas à CSN e à comunidade da redondez, a ZYP-26 desenvolveu o programa dos mais diversificados em temática de radiodifusão, contando em suas atividades com divulgações de caráter cultural, literário, esportivo, teatral, relações públicas, educativo e musical, além de boa parte publicitária, destinada à própria CSN e ao desenvolvimento do bairro, com destaque ao comércio local, inspirado no tipo de radiodifusão lantearia. Foi, aliás, o Professor Ronante que, no Brasil, pelo Professor Ronante

RSN, sem dúvida, é uma rádio que, dezenas de existência já possui, a despeito de todos os serviços prestados à CSN e ao princípio. Foi reconh'ida como de grande utilidade pública pela Câmara dos Vereadores.

programa para levar alegria e satisfação aos curitibanos. O dia 26 é bastante conhecido em Volta Redonda. Meses vemos atraídos para lá os turistas. Nossa é o seu dia. Com muitos serviços da empresa e daqui a pouco, estará comemorado, o seu dia, o dia de Prata da CNS. Temos como convidado o Exmo. Deputado de Almeida Faria, barreiro, que ainda hoje é presidente da Confederação, ladeado da presidente da Central do Brasil.

Se transforma para a Capital da Serra, para os amigos, para os amigos, quer amar, que no velho Escritório Central. Em 1952 veio para o Rio de Janeiro, para a direção da Escola de Vozes, durante dois anos. Neste período, fiz um curso na Rádio Mário Covas, que era só administrativa, locução e radiofônicos. Quando a CNS desapareceu, fui para a Rádio Cidade, mesmo no lugar, foi aproveitado restando a Volta Redonda, onde estruturou a rádio, onde se encontra em sua oração, desde então.

Em suas atividades como professora de canto, no meio das classes conservava o nome de Cidene do Aco, que era o nome de sua associação, o Clube de Professores de Artes, Comercial, Industrial e

A black and white photograph of a man with dark hair, a mustache, and glasses, wearing a striped short-sleeved shirt. He is seated at a desk, looking down at a large, open document he is holding with both hands. Behind him is a large, dark bookshelf filled with books. To his left on the desk is a telephone. The room has a plain wall and a framed picture hanging on it.

Nazer Feres Themes, Sub-chefe do Serviço de Imprensa, é quem dirige a Rádio Siderúrgica Nacional.

administração no Departamento Hospitalar. Hoje, na Rádio Siderúrgica Nodonal, além da Secretaria, tem um seu cargo. "Atendendo ao Outubro", Nequí é um capixaba que gosta de bom circuito de rádio, e é naturalmente um homem de distração e dirigiu carros. Gosta também de natação, e no futebol é um "honesto torcedor". Paulino Cadellini é o homem da "galinha" na RSN, é diretor de programação musical, é diretor de rádio, é quem guarda no cofre, faz pagamentos e pode sair, saídos nos cofres da CSM, com a mesma liberdade que o diretor da ZYF-26, designado pelo CCRV. Entrou para a Companhia em 21 de outubro de 1962, e é diretor de Programação da Rádio DAL, no DPT, já como Auxiliar de Executivo, e a partir de 1962, no CCRV, como Consultor de Programação. É casado com Jesus Oliveira Cadellini, é pai dos filhos Cecília, Lucília, Augusto, e do diretor Henrique. Tudo é Augusto, Cecília. Os dois primeiros já estuda-ram no Colégio Mairicó São Paulo, e Cecília, que é a mais nova, no Colégio do Aço, quando interveu a equipe do Clube dos Funcionários. Hoje, em ma-
trícula final, limita-se a torcer pelo Flamingo.

Braço da Cosa

Diário de Paula é mais novo. Localizada em Vale do Paraisó, é autêntica praça da casa. Sua carreira foi iniciada em 1957. Com 10 anos de idade, já havia se apresentado no Teatro Municipal Estudantil, tendo alcançado grande sucesso, com interpretações de personagens "Chester" e "Tainha", no Grande Teatro das Artes. Paula, que sempre se considerou destinado para participar de uma transmissão de rádio, fez sua estréia profissional, a partir de 1962, na CTV, como Contabilista. Casado com D. Thelma, tem uma filha, Paula, de 26 anos, e dois filhos — Luciano Augusto, Eduard e Henrique. Tresses Catarina e Pa- trícia, que é a mais nova. Paula, que está dando nome ao Colégio Macêdo Soárez, Pauli- na foi a 1ª em sua turma. Hoje é professora de Ciências Sociais. Paula é casada com o ex-jogador de futebol, Clube dos Funcionários. Hoje, em ma- chado futebol, limita-se a torcer pelo

Segundo os Pogados

Quando a CSN estiver comemorando seu Jubileu de Prata, Jorge Rodrigues Raposo estará completando seu primeiro aniversário de CSN. Jorginho sente-se orgulhoso de já pertencer à comunidade siderúrgica, seguindo as pegadas de seu pai, o ex-empregado Ledisau Rodrigues Raposo.

Quem dá as Informações

Sebastião Custodio ingressou na CSN há 21 anos passados, isto é, em 14 de junho de 1944. Cmo Eletricista iniciou seu trabalho no ex-DEL. Esteve na operação de Fazenda das Lajes por quatro anos, quando foi para a Fazenda das Lajes. Em 1945 adoeceu e ficou parado até janeiro de 1956, quando retornou ao serviço, para servir na Portaria da ZYB-26, quem presta informações sobre horários e programação das vias para Valti Voita. Sebastião trabalhou 9 anos na Ráde Minas de São João, na Estação de Carlos Euler, em Mnas. De seu casamento com D. Jovita Custodio, nasceu o casal Jônatas e Júlio César, Jólio Onofre, Aldo, Mora, Terme, Júlio, Aram, 5 netinhos.

Contrôle de Som

Como Escritor entra na Direção Industrial, Jair Tavares entra para a Rádio em agosto de 1934. Passou pouco depois para a Rádio, como Atendente, sendo hoje Operador de Mesa de Controle de Som. Muito benquisto entre os companheiros de trabalho, Jair é sempre esforçado e estudioso, não só bonito, mas com um sorriso que encanta. Casado com D. Ira Afonso Tavares, possui um casal de filhos: Gefolmo e Sônia Lígia. O menino, com seis anos, já está no 2º ano primário do Colégio Maçayo S. S. Gosta de leitura e é um fã do Fluminense.

Técnicas e Comerciais

O discurso de valorização do trabalhador, visando apresentar o avanço do Brasil com um país sem conflitos e sem desigualdade social – um verdadeiro paraíso racial – se construía sobre com base em uma estratégia de apagamento do discurso e do empoderamento negro, camuflada sob o arcabouço ideológico do mito da democracia racial. Conforme apontamos aqui, esse período da Ditadura Militar deu maior amplitude e fomento ao uso ideológico da democracia racial, mesmo quando comparado à ditadura varguista. Pois, conforme já mencionamos, os militares desenvolveram toda uma censura e perseguição a qualquer ação que pautasse discursos sobre raça e negro. Houve perseguição aos bailes *black soul*, ao movimento negro, aos clubes feito pelos negros, apagamento da pesquisa sobre raça e cor no IBGE, manutenção do nosso povo negro nos postos mais baixos e braçais de trabalho. É nesse contexto que vamos falar agora da “missão de abolição da CSN” em relação a todos os operários do país.

Deixei este ponto por último, por ser uma das últimas evidências mais significativas que localizamos durante a pesquisa. Ela contextualiza nossa afirmação de que a CSN – por meio de *O Lingote* – foi uma das canais por meio dos quais a Ditadura Militar propagou o discurso da harmonia racial brasileira, servindo até de exemplo para outras nações do mundo. Sob os títulos “VR é outra abolição” e “Um exemplo de renascimento”, utilizando-se de um jogo de palavras como “etnia brasileira”, “harmonia de raças” e “democracia racial”, a matéria traz na íntegra o discurso do embaixador do Senegal dirigido aos futuros técnicos e engenheiros da CSN na Escola Técnica Pandiá Calógeras, que contém o seguinte trecho:

“ Assimilado pela etnia brasileira, o negro africano escravo de outrora é o brasileiro de hoje que se confunde nesta harmonia de raças, neste extraordinário colorido humano que é a democracia racial em evolução no Brasil. Esta usina siderúrgica de Volta Redonda trabalha agora para uma outra abolição, que atinge todos nós – a emancipação sócio-econômica desta nação – continente”.⁶

Observe-se como a palavra abolição foi utilizada para ilustrar que o principal objetivo da empresa – por meio de todos seus operários – era o avanço econômico geral.

⁶ *O Lingote* edição de janeiro – fevereiro de 1969, página 4.

Ao apontar essa empresa como símbolo de abolição para outra nação, esse discurso ignora as nítidas evidências da existência de espaços de segregação racial no seu interior, como as apontadas por nós e por Leonardo Ângelo da Silva (2019). A estratégia dos militares ao difundir a imagem simbólica de paraíso racial, tentando camuflar toda violência e tortura que já iniciavam naquele período de forma tão intensa em Volta Redonda também, parecia surtir efeito frente à diplomacia internacional ao menos nos anos iniciais da Ditadura, antes das denúncias do Movimento Negro Unificado – ainda não existente – e de outros ativistas ganharem visibilidade.

Imagen 6

O Cel. Antônio Carlos Gonçalves Penna e elementos de sua equipe prestaram detalhadas informações ao Embaixador Senghor, durante toda a visita, em Volta Redonda.

Embaixador do Senegal: VR é outra abolição

— A história do desenvolvimento sócio-econômico deste vale está ligada à presença do negro africano, como um dos primeiros desbravadores. E o Vale do Paraíba saiu um dos grandes vultos da luta abolicionista, refiro-me ao José do Patrocínio. Esta usina siderúrgica de Volta Redonda trabalha, agora, para uma outra abolição, que atinge a todos nós, a emancipação sócio-econômica desta nação-continentre — disse o Embaixador do Senegal, Sr. Henri A. Senghor, em discurso proferido na Escola Técnica Pandia Calógeras, quando de sua visita à Companhia Siderúrgica Nacional, a convite do Clube Palmares, de Volta Redonda.

★ Um exemplo de renascimento

Integra do discurso:

“Esta gigantesca usina siderúrgica, plantada no vale que é a Paraíba, é um testemunho da dinâmica do povo brasileiro no equacionamento de seus problemas. Representa bem este complexo industrial o símbolo do renascimento da economia do vale deste importante rio, que viveu no período colonial as glórias da economia rural.

“A história do desenvolvimento sócio-econômico deste vale está ligada à presença do negro africano, como um dos primeiros desbravadores. E o Vale do Paraíba saiu um dos grandes vultos da luta abolicionista, refiro-me a José do Patrocínio.

“Assimilado pela etnia brasileira, o negro africano escravo de outrora é o brasileiro de hoje que se confunde nesta harmonia de raças, neste extraordinário colorido humano, que é a democracia racial em evolução no Brasil.

“Esta usina siderúrgica de Volta Redonda trabalha, agora, para uma outra abolição, que atinge a todos nós — a emancipação sócio-econômica desta nação-continentre.”

★ Importação

de trilhos

Adriano, falou o sr. Henri A. Senghor:

— Chega a esta usina permitir-me sentir de perto as possibilidades do mercado produtor brasileiro no que se refere à indústria pesada.

— A África, que sempre se constituiu no mercado natural da Europa, busca, hoje, novas áreas econômicas para o fortalecimento de suas estruturas. A América Latina, notadamente o Brasil, está despertando para o mundo africano, onde há um potencial humano de ordem de 340 milhões de pessoas, com 41 nações jovens, ávidas de todos os produtos, desde os artigos de consumo aos produtos de infra-estrutura.

— Carecendo o Senegal de reparar e abrir estradas de ferro, encaminhamos uma consulta ao Itamarati para estudo das possibilidades de aquisição de trilhos no mercado brasileiro. Já iniciamos uma boa experiência comercial na importação do arroz brasileiro. O Senegal importa cerca de 200 mil toneladas

de arroz por ano, sendo 100 mil do Brasil.

E concluindo:

“As relações comerciais não são tudo na vida dos povos e a necessidade de se criar um homem integralmente desenvolvido tem levado a África a preocupar-se com o seu desenvolvimento tecnológico, sem desconsiderar os valores culturais.

A ciência e tecnologia têm sido o grande ativo da libertação dos homens, dos quais mais amplamente falei no horizonte.

“Esta Companhia Siderúrgica, que funciona como o grande centro polarizador da economia deste vale, poderá, em muito, contribuir para a integração e desenvolvimento cultural do município de Volta Redonda.

“Agradeço sensibilizado, em nome do Governo do Senegal, à Diretoria desta Companhia, pela acolhida e atenção que me foi dispensada. Espero que esta grande usina venha a contribuir para o desenvolvimento do Acordo Comercial-Cultural Brasil-Senegal, prestando o seu auxílio no estreitamento dos laços de amizade e de cooperação técnica — cultura entre nossas nações irmãs”.

★ Recepção e visitas

O sr. Henri A. Senghor foi recepcionado no Hotel Bela Vista, em Volta Redonda, pelo Coronel Antônio Carlos Gonçalves Penna, Diretor-Industrial e representante do General Alfredo Américo da Silva, Presidente da CSN, presentes o Engenheiro Renato de Oliveira, Recôncavo, Engenheiro Ervin Michelstädter, Vereador Fernando Mário Netto, Presidente da Câmara Municipal, e os diretores do Clube Palmares, Engenheiro Nazario Santos Dias, Presidente, Sebastião Marcellino, Lúcio Andrade e Síguero do Patrocínio.

★ Mobilização resultou em programa de amplitude

Como fontes de divulgação do recenseamento, foram confeccionados cartazes e esquadrões pela USP, UERJ, UFF, UFG, Varginha, e pela rádio (Rádio Igreja, cinema, hospital e outros locais públicos). Com a Rádio Siderúrgica foi feito acordo para divulgação gratuita do recenseamento durante um mês. Todo o trabalho foi realizado e em nenhum ônus, a não ser o da impressão de fichas.

Da apuração do recenseamento, participaram Assistentes Sociais, Auxiliantes Sociais e funcionários da DAS. Uma vez levantado o quadro geral da população, com base em dados concretos, foi feita a programação para o desenvolvimento dos Centros Comunitários.

Os 3 Centros Comunitários da CSN e mais o da Matriz do Conforto já estão trabalhando com equipe formada por Assistente Social e Auxiliar Social. Os tradicionais cursos ali ministrados deixaram de significar o objetivo único dos Centros, mas passaram a ser o meio pelo qual a população tem oportunidade de integrar-se e, através dessa inte-

gração, tomar consciência dos problemas comunitários coletivos e saber como agir para solvê-los. Como consequência, a população passará a prescindir da tutela da CNS, tutela essa que até aqui sufojava a iniciativa individual, conflitando com a valorização da pessoa humana.

Todos os grupos da população deverão ser atingidos pelos programas culturais, recreativos, esportivos e sociais, porém, a maior ênfase será dada à juventude, essa com tem restrições as perspectivas de realização profissional, numa cidade onde 67,49% da população são menores de 25 anos, e o mercado de trabalho bastante limitado.

Os cursos e as oportunidades

Os programas dos Centros Comunitários encontram-se em desenvolvimento. Recentemente, 48 senhoras receberam o

certificado de conclusão do curso de “Enfermagem de Lepra e Paracatáctes”. Foram ministradas aulas de música, estando um professor de violão ocupado em horário integral nos três Centros. Ainda com vistas à formação profissional dos jovens, foi feito contato com o Ministério da Marinha no sentido de obter a instalação de um posto de inscrição para a Escola de Marinheiros, em Volta Redonda.

Dentro, ainda, do objetivo de promover a grande massa populacional a grande número de jovens de Volta Redonda, estão sendo estudadas outras iniciativas, entre elas a criação de um órgão com personalidade jurídica própria, tendo por finalidade administrar e ser responsável pela criação e manutenção de oficinas de aprendizado de caráter monótonico, dirigido por um conselho administrativo e técnicos, composto de elementos representativos da comunidade. A CSN cederá áreas para instalação de oficinas, preparará projetos e dará a orientação necessária.

Criança Tem Maior Assistência Com Depósitos

O Dr. Clímaco, Diretor Executivo do PLEP/VR, conferiu brindes às alunas Sheila Dias Coelho e Sheila Mariz Batista. Em baixo, o Presidente da CSN, visitando o Depósito de Materiais Para Obras

4

Conclusão

Primeiramente, os elementos trazidos pela nossa pesquisa corroboram a hipótese de que a Ditadura Militar, em seus anos iniciais, amplificou e fortaleceu o mito da democracia racial ao passo que perseguiu e censurou todo o discurso racial e do movimento negro. Em conseguinte, esta pesquisa se insere no campo teórico – metodológico proposto pela História Global do Trabalho, procurando expandir as reflexões estudadas e debatidas por esta perspectiva.

Em se tratando do insight levantado por Flávio Gomes e Marcelo Paixão, que move boa parte das questões desta pesquisa – o mito da democracia racial serviu como motor para desenvolvimento do nacional desenvolvimentismo - procuramos demonstrar por meio das imagens e textos publicados em *O Lingote*, que praticamente toda abordagem referente aos trabalhadores de diferentes níveis técnicos de aprendizagem, carregava também juntas situações de diferenciações relacionadas à raça/cor desses trabalhadores. Não era casual que os operários negros destacados pela coluna “O Homem no Trabalho”, em sua grande maioria, ocupasse postos de trabalho pesado, braçal, e tivessem baixíssima mobilidade funcional nos cargos da empresa.

A CSN não tinha pretensão nenhuma de mudar este panorama de segregação racial. Muito menos de empoderar o trabalhador negro. Seu foco principal, era aumentar a produção para saciar a “fome de aço” herdada do governo JK, criando e organizando hierarquias entre seus trabalhadores e aumentando ao máximo o rendimento individual de cada um. Ao mesmo passo, A CSN era utilizada pelos militares para camuflar, ou esconder por baixo dos panos, toda censura e violência que já eram exercidas pelo Estado militar desde o golpe de 64 - inclusive em Volta Redonda que foi área de segurança nacional durante aquele período – passando uma imagem simbólica de ser uma empresa que ofertava oportunidades iguais de trabalho e de valorização do trabalhador.

A partir da fala do embaixador de Senegal, em visita à cidade, fica evidenciado que o mito da democracia racial não só era utilizado pelos militares, como foi difundido para o exterior do Brasil, influenciando outros países a acreditar que por aqui existia “um paraíso racial” sem desigualdades entre brancos e negros. É nítido que a CSN procurava manter forte, a imagem de destaque como símbolo para o avanço da modernidade do país,

e também como progresso sócio econômico para a vida do operário. Nossa pesquisa apontou que no seu interior fabril, ao contrário, a CSN mantinha esferas de segregação racial nas suas áreas, sendo pela via da falta de oferta de mobilidade estrutural para seus operários negros, ou sendo pela quantidade de operários negros que eram expostos a áreas insalubres sem ter o devido tratamento médico, sendo vítimas de intoxicações por gases, excesso de barulho alto, altas temperaturas, entre outras violações no local de trabalho.

Uma evidência que não pesquisamos diretamente, mas que é debatida na literatura acadêmica e que acreditamos ser pertinente para se agregar à nossa hipótese, é o grande contingente de operários negros na coqueria, uma das áreas mais insalubres, expostos à intoxicação por vazamento de gás benzeno ao longo do período da Ditadura Militar, muitos deles adoecendo por leucopenia.

Se traçarmos uma breve linha do tempo “surgimento da proibição e das pesquisas sobre benzeno x casos de intoxicação e leucopenia” temos em ordem cronológica⁷:

- 1932 – Primeira Portaria do país proibindo às mulheres o trabalho com benzeno;
- 1939 – Estabelecido o adicional de insalubridade aos serviços que utilizam o benzeno;
- 1943 – Proibido o trabalho com benzeno aos menores de idade;
- 1970 – Início de pesquisas feitas pelos trabalhadores da área de saúde do país alertando os perigos do uso excessivo do benzeno;
- Novembro de 1985 – Primeira denúncia sobre cerca de 70 operários intoxicados por benzeno na CSN no *Jornal do Brasil*;
- Dezembro de 1986 – *Jornal do Brasil*: Explode o número de casos de operários da CSN, a grande maioria da coqueria, intoxicados por benzenismo para mais de 100 trabalhadores. O INPS ainda não reconhecia a leucopenia como uma doença profissional;
- Março de 1987 – Grande explosão de gás no alto forno da CSN é noticiada pelo *Jornal do Brasil*, ferindo 4 operários ambos tendo tratamento no hospital da própria CSN.

⁷ Dados consultados nas edições do Jornal do Brasil (anexadas ao final do texto) digitalizadas no site da Hemeroteca digital e na bibliografia de ROCHA, Lys Esther. Isto é trabalho de gente?: vida, doença e trabalho no Brasil. São Paulo: Vozes, 1993.

Chama à atenção a diferença de tratamento dado aos operários intoxicados por benzeno da coqueria. Enquanto os quatro operários receberam tratamento hospitalar da própria CSN, os operários da coqueria que sofriam de leucopenia apenas eram remanejados de área – de acordo com as reportagens no *Jornal do Brasil* – sendo poucos dele afastados para tratamento – os demais continuam a trabalhar na empresa.

Destaca-se, portanto, o aumento de casos de operários da CSN sendo intoxicados – mesmo quando o gás benzeno passou a ser pesquisado e proibido – e o pouco caso da CSN em prestar alguma reparação tanto financeira quanto médica, aos seus operários que sofriam de leucopenia. Por que a grande maioria dos intoxicados por benzeno na CSN apenas foram remanejados de área? Por que, ao contrário dos quatro trabalhadores atingidos pela explosão de gás do alto forno, aos operários da coqueria não era oferecido nem o tratamento hospitalar mínimo? São perguntas que apontam para outras dimensões importantes que podem ser exploradas em trabalhos futuros sobre a relação entre raça e classe em Volta Redonda.

Isto posto, nossa pesquisa se insere e no campo da História Global do Trabalho fortalecendo a História social do trabalho. A partir da criação e afirmação da iniciativa GT Mundos do Trabalho da ANPUH em 1999, os estudos sobre o trabalho tiveram um novo olhar para várias questões, ampliando o leque de análises e reflexões identificando novos atores sociais. Novas perguntas sobre o que faz parte da história global do trabalho? O que pode ser tratado pela história do trabalho? entre outros, foram retomados lançando uma nova ótica ao olhar para essas questões.

As críticas e propostas a partir desta História Global do Trabalho, busca integrar a história do trabalho para a área da história social do trabalho, e ir além, fomentando o uso de novas abordagens metodológicas, fortalecendo a interdisciplinaridade através dos ganhos que cada área – como a antropologia, sociologia ou psicologia – pode nos oferecer ao percorremos o caminho do interrogatório das evidências. O uso de fontes variadas, como a imprensa fabril – assim feito nesta pesquisa – amplia a formulação das questões que podem ser levantadas por nós pesquisadores.

Em consequência, todo esse esforço de criar e organizar um processo mais amplo que visa repensar o nosso campo historiográfico, traz como um dos principais objetivos

suprir a partir de novas análises, temas que foram negligenciados pela historiografia positivista e engessada. Propor o estudo de novas formas organizativas, expandir o olhar para as classes mais subalternas de nossa sociedade – chamado de História vista de baixo – expandir a cronologia analisada para períodos pré-industriais, são algumas das provocações trazidas. A História Global do Trabalho procura estudar as relações de trabalho e dos movimentos de trabalhadores, dentro de circunstâncias amplas de todos os processos históricos, não importando quão pequenos ou grandes sejam seus resultados e processos.

Em conseguinte, nossa pesquisa se insere neste campo ao tratar sobre raça, classe e insegurança estrutural na formação da classe trabalhadora, analisando um caso regional dentro de um período específico, trazendo provocações visando ampliar o campo das análises referentes a problematização do racismo em nossas estruturas e meio operário:

“Aponta-se um giro da história do trabalho para temas que foram negligenciados pela historiografia do trabalho tradicional, assim como formas organizativas menos estudadas; expande para o estudo do “sul global”; e cronologicamente, para formas de trabalho pré-industriais”. (MATIAS, 2016:45).

Procuramos matizar pontos poucos pesquisados em nossa historiografia, em grande parte das análises sobre a formação da classe operária, questões referentes ao debate sobre raça e racismo passa despercebida, se diluindo no debate sobre classe operária não tendo o seu devido destaque. Isto posto, nossa proposta traz ganhos pertinentes antes não levantados pelas pesquisas, sobre a cidade de Volta Redonda e a influência exercida pela CSN dentro de todo esse processo que envolve a formação sócio econômica e cultural da cidade.

ANEXOS

Jornal do Brasil de 29/11/1985

trabalha em V. Redonda

A presença do benzeno na Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, causa doenças como a leucopenia (diminuição dos glóbulos brancos do sangue), que pode levar à leucemia. Em Volta Redonda já foram registrados 70 casos, constatou a diretora do Departamento Regional de Saúde do Litoral Paulista, Lia Giraldo da Silva Augusto, que teme uma repetição do caso de Cubatão, onde o **benzolismo** fez cerca de mil vítimas em dois anos.

O assunto foi o tema de ontem do 4º Congresso Brasileiro de Toxicologia, na Fundação Oswaldo Cruz, que reúne especialistas de todo o país. Lia Giraldo disse que "o número de casos de **benzolismo** constatados na Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista) deve-se à atuação do Sindicato dos Metalúrgicos, e não das autoridades competentes". Segundo ela, o limite máximo de benzeno no ambiente de trabalho é de 16 PPM (partes por milhão), o que leva a interdição imediata da empresa. Em Cubatão, porém, o limite chegou a 2 mil PPM e nada foi feito.

O benzeno é um hidrocarboneto aromático, obtido na siderúrgica como subproduto durante a destilação do carvão mineral na produção do coque, matéria-prima para a produção do aço. Ele penetra no organismo através das vias respiratórias e cutânea, exercendo efeitos tóxicos agudos e crônicos. Segundo Lia, a doença leva de 10 a 15 anos para evoluir, atingindo, em 70% dos casos, pessoas com menos de 40 anos.

trata de doenças ocupacionais (doenças causadas por poluição no ambiente de trabalho). Diante do elevado número de casos, o Sindicato comunicou o fato à Secretaria das Relações do Trabalho, que tomou providências como inspeções nas empresas, possibilitando a divulgação do problema entre os trabalhadores, bem como uma reestruturação da empresa em relação à melhoria da segurança e do controle médico.

Cubatão

Cubatão é o polo petroquímico e siderúrgico mais importante do país e o sexto em arrecadação de ICM. As indústrias que ali se instalaram se preocuparam apenas com a parte técnica e econômica, não levando em consideração o ponto-de-vista ambiental. A população daquele município é de 95 mil habitantes, dos quais 40% vivem em favelas na encosta da Serra do Mar, sem rede de esgoto e abastecida de água encanada em apenas 30%. Além do perigo diário da poluição ambiental, convivem com a ameaça de um deslizamento pela falta de vegetação na serra causada pela poluição.

Mesmo com a atuação dos grupos de trabalho criados pela Secretaria de Saúde de São Paulo, do Sindicato e das empresas para melhorar as condições de vida dos habitantes de Cubatão, Lia Giraldo acha importante que o Governo federal faça cumprir as leis trabalhistas e, se for necessário, feche alguma siderúrgica. Deste congresso deverá sair um documento sobre os problemas toxicológicos da maior

Jornal do Brasil de 26/12/1986

do, meu filho."

Caso médico

Quase cem metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) com leucopenia continuam trabalhando porque o INPS do Rio de Janeiro ainda não reconhece essa doença como profissional.

A denúncia é do diretor de saúde do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Volta Redonda.

A leucopenia — uma espécie de leucemia que degenera as células do sangue — é causada pela inalação do benzeno, gás produzido nas siderúrgicas e que atua diretamente na medula óssea.



Explosão de gás na CSN intoxica metalúrgicos

Uma explosão de gás no alto-forno da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, na quarta-feira, intoxicou quatro metalúrgicos. Dois deles estão internados, um dos quais na unidade de tratamento intenso do Hospital da CSN, vítima de intoxicação aguda por aspiração de monóxido de carbono e dióxido de enxofre.

O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Gilberto de Souza Caldas, atribuiu o acidente "aos constantes vazamentos que ocorrem na siderúrgica". Denunciou que 99 trabalhadores sofrem de leucopenia (redução dos leucócitos) por causa do vazamento contínuo de benzeno na coqueira da usina. A CSN se recusa a afastar esses trabalhadores, a exemplo do que já fez a Cosipa, que afastou 1 mil 900 empregados que ficaram doentes com a exposição ao benzeno.

O benzeno é um gás utilizado na fabricação do coque, material fundamental para a produção de aço. O gás praticamente não tem cheiro e, quando aspirado continuamente, entra na medula óssea, reduzindo o número de leucócitos (glóbulos brancos do sangue). Quando a quantidade de leucócitos bate à metade do normal — 5 mil por milímetro cúbico de sangue —, o doente já é considerado vítima de leucemia.

Anda não há nenhum trabalhador com leucemia na CSN, mas o número de leucopénicos, segundo o sindicato, já é

mento e, em alguns casos, impotência sexual. O único tratamento é o doente parar de aspirar o benzeno.

Os quatro trabalhadores afastados continuam a receber salários da CSN. Para afastar os demais, a empresa quer que a Previdência Social assuma o pagamento. Para isso, diz Luís Xavier, o Inamp tem que autorizar a CSN a emitir o Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT), documento a partir do qual o INPS assumiria o custo do afastamento. "Mas, para isso, o INPS do Rio de Janeiro tem que reconhecer a leucopenia como doença profissional", explicou o presidente da CSN, Juvenal Ovírio Gomes.

O INPS, por sua vez, considera que "cabe ao Ministério do Trabalho fiscalizar a CSN para corrigir essa situação", segundo Arlindo José de Carvalho, assistente da Secretaria Regional de Serviços Previdenciários. Esse reconhecimento já foi feito, em 1979, pelo INPS paulista, o que permitiu à Cosipa afastar seus 1 mil 900 empregados doentes.

O presidente da CSN diz que a empresa está "fazendo reformas para que, dentro de dois anos, não haja mais vazamento na coqueira". O diretor do sindicato afirma que "essas reformas foram a colocação de asfalto, a pintura das paredes e o plantio de grama. A colocação de amianto e barro em volta das portas, para vedar o vazamento, não está adiantando". Enquanto não há solução para o

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. *O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado*. II Seminário de História Oral. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. In: Ribeiro, Djamila. Feminismo plurais. São Paulo: Pôlen, 2019.
- ANJOS, Gabriele dos. *A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais*. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 103-118, 2013.
- BARTH, Frederik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.
- BEDÊ, Edgard Domingos Aparecida Tonolli. *Pedagogia do Mundo do Trabalho na Companhia Siderúrgica Nacional: Americanismo, Compromisso Fordista e a Formação da Classe Operária em Volta Redonda*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2007.
- BEDÊ, Edgard D. A. Tonolli. *Formação da classe operária em Volta Redonda*. 1 edição. Volta Redonda: 2010.
- BERDU, Lívia Cintra. *A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café no Rio de Janeiro: novos questionamentos para incontornáveis debates (1904 – 1913)*. Revista Mundos do Trabalho. Florianópolis: v.12, 2020.
- BERDU, Lívia Cintra. *Quem são os trabalhadores? Reflexões acerca do processo de formação da classe trabalhadora carioca*. Recife: 30º Simpósio Nacional de História, 2019.
- BLACKBURN, Robin. *Por que segunda escravidão?* In: SALLES, Ricardo; MARQUESE, Rafael. Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CORREA, Larissa Rosa. FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *As falas de Jerônimo: trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira*. Artigo – Anos 90. Vol. 23, nº 43. Porto Alegre, 2016.
- COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *Migrações negras no pós – abolição do sudeste cafeeiro (1888 – 1940)*. Revista Topoi. Rio de Janeiro, v. 16, nº. 30, p 101 – 126, 2015.
- Coleção de Monografias. Volta Redonda (Rio de Janeiro). Fundação IBGE, n. 393, 1966.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Revista Estudos Feministas., Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan. 2002.
- DA SILVA, Leonardo Ângelo. *Volta Redonda em Preto e Branco: Trabalho, Desenvolvimentismo e Relações Raciais (1946-1988)*. Tese de doutorado – UFRRJ. Nova Iguaçu/RJ, 2019.
- DE LUCA, Tania Regina. *História do, nos e por meio dos periódicos*. Artigo – Fontes Históricas. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- DOMINGUES, P. ESTILO AVATAR: Nestor Macedo e o populismo no meio afro-brasileiro: No Prelo 2015.

ESTEVEZ, Alejandra; ASSUMPÇÃO, San Romanelli. *Ditadura e repressão contra a classe trabalhadora: questões de justiça de transição, direitos humanos e justiça social em uma abordagem histórica e político - normativa*. Artigo – Revista Anistia Política e Justiça de transição/ Ministério da Justiça. N 10 (jul. / dez. 2013). Brasília, 2014.

ESTEVEZ, Alejandra; ASSUMPÇÃO, San Romanelli; GUIMARÃES, Vitor. *O caráter de classe da ditadura e a invisibilidade dos trabalhadores*. Artigo – Revista Verdade, Justiça e Memória. 2015.

ESTEVEZ, Alejandra. Lima, Raphael. *A articulação empresarial-militar na cidade de Volta Redonda: violações aos direitos humanos da classe trabalhadora*. Artigo – Direitos Humanos na América Latina. Nova Petrópolis: Nova Harmonia/São Leopoldo: Karywa, 2015.

ESTEVEZ, Alejandra. *Relações Igreja – Estado em uma cidade operária durante a ditadura militar*. Artigo – Revista Brasileira de História. Vol35. Nº69. São Paulo, 2015.

FAUSTO, Boris. *História Geral do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *História oral: desafios para o século XXI*. / Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tania Maria Fernandes e Verena Alberti. — Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000.

FONTES, P. *Um nordeste em São Paulo*: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008.

FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito*: A classe trabalhadora porto alegrense e a Era Vargas. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FORTES, Alexandre. *Do reformismo tecnocrático ao nacionalismo de massas*: A Segunda Guerra Mundial e a emergência do trabalhismo brasileiro. In: FERRERAS, Norberto (org.). A questão nacional e as tradições nacional-estatistas no Brasil, América Latina e África. Rio de Janeiro: Editora FGV Faperj, 2015. p. 67–88.

FORTES, Alexandre. *Os impactos da Segunda Guerra Mundial e a regulação das relações de trabalho no Brasil*. Novo Mundo Mundos Novos, Latinoamerica y los enfoques globales – Coord. Sergio Serulnikov et Andrea Lluch, 2014. Acesso em <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.66177>.

FORTES, Alexandre; RIBEIRO, Felipe. *Trabalhadores e Segunda Guerra Mundial*: debates introdutórios para um dossiê. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, vol. 11, 2019. p. 1 – 17.

FORTES, Alexandre. *Formação de classe e participação política*: E. P. Thompson e o populismo. Anos 90, [s. l.], v. 17, n. 31, p. 173–195, 2010.

FORTES, Alexandre. “*Miríades por toda a eternidade*”: a atualidade de E. P. Thompson. Tempo Social, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 197–215, 2006.

FORTES, Alexandre. *O direito na obra de E. P. Thompson*. História Social, [s. l.], n. 2, p. 89–111, 1995.

FORTES, Alexandre. *O processo histórico de formação da classe trabalhadora*: algumas considerações. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), [s. l.], v. 29, n. 59, p. 587–606, 2016.

FORTES, Alexandre. *Razão e Paixão na Construção de uma Historiografia Engajada*: São Paulo, [s. l.], n. 48, p. 23, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. *História oral e historiografia: questões sensíveis*. São Paulo: SP. Letra e Voz, 2020. Pág. 81 – 105.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: 3 Ed. Editora FGV, 2005.

GOMES, F.; PAIXÃO, M. *Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates*. Revista Maracanã, v. 4, n. 4, p. 171-194, 2008.

GONZALES, Lélia. *Racismo e Sexismo na cultura brasileira*. IV Encontro Anual da Associação Brasileira de Pós-graduação e Pesquisa nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1980.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *J. Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história operária*. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2005.

LARA, Silvia Hunold. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. São Paulo: UNICAMP, 1998.

KERNER, Ina. *Tudo é interseccional?*: Sobre a relação entre racismo e sexismo. Novos estudos - CEBRAP, São Paulo, n. 93, p. 45-58, July 2012.

KOSSLING, Karin Sant'Anna. *As lutas antirracistas de Afro – descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964 – 1983)*. Dissertação de mestrado. São Paulo:USP, 2007).

MAIO, Marcos Chor. *O Projeto UNESCO e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.14, n41, outubro 1999.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Antiracism and the uses of science in the post-World War II: An analysis of UNESCO's first statements on race (1950 and 1951)*. Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology, Vol: 12, Issue: 2, Page: 1-26, 2015.

MATIAS, Lilian de Souza Lima. *Reflexões sobre os caminhos da História Social do Trabalho e o conceito de classe trabalhadora*. Espaço plural. Unioeste, vol. XVII, n. 34, janeiro – junho, 2016.

MOREL, R. L. D. M. *A Ferro e Fogo. Construção e Crise da Família Siderúrgica: O Caso de Volta Redonda (1941-1968)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1989.

MUNANGA, Kebengele. *Redisputando a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autentica, 2008.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”*: contribuições à história social do trabalho no Brasil. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 29, no 59, p. 583-586, setembro-dezembro, 2016.

NEGRO, A. L. Linhas De Montagem: *O Industrialismo Nacional-desenvolvimentista e a sindicalização dos trabalhadores*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004a.

NEGRO, Antonio Luigi. GOMES, Flávio. *Além de senzalas e fábricas uma história social do trabalho*. Revista de sociologia Tempo social. v. 18, n1. USP. 2006.

PACHECO, Beatriz. *A Construção do Discurso Nacionalista: Volta Redonda – da Modernidade sólida a líquida*. XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 03. Setembro. 2002.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. *Raça, pós – emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates*. Revista Maracanã. Rio de Janeiro: n.4, p. 171 – 194, 2007/2008.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. *A trajetória de Tácito Pires entre a história social do trabalho e do pós – abolição (Rio Grande do Sul 1874 – 1939)*. Revista Mundos do Trabalho. Edição especial: v. 10, nº19, 2018.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. *Relatório de Pesquisa – Colorindo memórias e redefinindo olhares: Ditadura militar e Racismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Comissão da Verdade, 2015.

PORTELLI, A. *História oral italiana: raízes de um paradoxo*. Tempos Históricos, [S. l.], v. 12, n. 2, 2000. DOI: 10.36449/rth.v12i2.2210. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/2210>. Acesso em: 16 mar. 2022.

RAMALHO, J. R. G. P. *Estado-patrão e luta operária: o caso FNM*. Paz e Terra Rio de Janeiro, 1989.

RAMOS, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1995, Cap. “Patologia social do branco brasileiro”.

ROCHA, Lys Esther. *Isto é trabalho de gente?: vida, doença e trabalho no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1993.

RODRIGUES, Carlos Henrique Lopes. *Imperialismo e Empresa Estatal no Capitalismo Dependente Brasileiro (1956-1998)*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2017.

SANTANA, Marco Aurélio. *Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil*. Artigo – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro, 2014.

SANTANA, Marco Aurélio e ESTEVEZ, Alejandra. *Trabalho, memórias e identidades: os usos do passado na experiência da Cidade do Aço*. Artigo. 2016.

SAVAGE, M. *Classe e história do trabalho*. In: (Ed.). *Cultura de classe*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004. p.25-48.

SAVAGE, M. *Espaço, redes e formação de classe*. Mundos do Trabalho, v. 3, n. 5, p. 6-33, 2011.

SILVA, Marcio Seligmann. (org.) *História, memória e literatura. O testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Unicamp, 2003. Cap. 1.

SILVA, Eduardo Ângelo. “*Arigós” e “Peões” na “Cidade do Aço”*”: Experiências Urbanas e Fabris, Cultura e Identidades de Classe (Volta Redonda-RJ, 1970-1980). Dissertação de mestrado – UFRRJ. Nova Iguaçu/RJ, 2010.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa vol.III*. Revisão técnica Edgar de Decca, Robert Slenes – São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2002.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELASCO, Maria Cecília e. *Da tutela ao contrato: “homens de cor” brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição*. Topoi (Rio de Janeiro), v. 11, n. 20, p. 114–135, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2010000000114&lang=pt>.

VELASCO, Maria Cecília et al. *Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908*. Revista USP, n. 68, p. 188-209, 2006.

ZICMAN, Renée Barata. *História através da Imprensa – Algumas Considerações Metodológicas*. PUC – SP, 1985.